

# **SÍNTESE DO PROJETO PEDAGÓGICO**

## **CURSO DE DIREITO**

### **MODALIDADE PRESENCIAL**

#### **BIÊNIO 2024-2025**

## **A – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **1. PERFIL DO CURSO**

Em 2017 a Univali aprovou a oferta do Curso de Direito em Florianópolis, modalidade presencial, mediante Resolução nº 012/CONSUN/2017, de 23 de março de 2017, com o objetivo de formar bacharéis em Direito. Sua organização em dez períodos justifica-se em virtude das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES n.º 05 de 2018), definindo uma carga horária de 3.720 horas para o curso. A matriz curricular foi organizada com base na contribuição de diferentes áreas de conhecimento a partir dos seguintes eixos temáticos: Profissional, Fundamental e Prático

Esses eixos formadores compreendem uma carga horária de 3.720 h que inclui Atividades Didáticas e/ou Conteúdos Curriculares, 120h, destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso, 300 h para o Estágio Supervisionado e 300 h de Atividades Complementares, sendo todos estes componentes obrigatórios na matriz curricular. O Curso de Direito está previsto com ingresso semestral, podendo ser concluído em 5 anos.

A oferta do Curso de Direito da Univali, Campus Florianópolis, uma das áreas de abrangência da Universidade do Vale do Itajaí, responde à demanda crescente por serviços jurídicos, identificada a partir do diálogo permanente dos gestores institucionais com entidades representativas de classes e órgãos públicos, bem como pela sintonia da comunidade acadêmica com a realidade ambiental, socioeconômica e cultural da região litorânea de população multiétnica, receptora de intenso e constante fluxo migratório e sujeita ao fenômeno da sazonalidade turística.

Em meio a esse cenário, a IES estabelece parcerias institucionais e interinstitucionais, articula ensino, pesquisa e extensão para a realização de projetos e a prestação de serviços em saúde, tecnologia, cultura, cidadania, direito, ambiente; e realiza, a partir de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), políticas, programas e ações estratégicas de educação,

consciência ambiental e respeito pelo uso responsável das fontes naturais e dos recursos tecnológicos, a fim de promover qualidade de vida, em consonância com a missão a que se propõe.

Tal missão consiste em "[...] produzir e socializar o conhecimento pelo ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo parcerias solidárias com a comunidade, em busca de soluções coletivas para problemas locais e globais, visando à formação do cidadão crítico e ético". A vocação de Instituição Comunitária de Ensino Superior coloca o curso e a universidade inserida na comunidade e, mais do que isso, sinaliza seu comprometimento com o desenvolvimento por meio da produção de conhecimento contextualizado à realidade local e regional, envolvendo os aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais.

Cabe destacar que na região da Grande Florianópolis há apenas dois cursos de Direito de universidades não privadas: o Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina e o Curso de Direito da Univali (Universidade Comunitária do Sistema Acafe).

Tendo em vista o perfil comunitário e a experiência de mais de 50 anos no ensino do Direito, a Univali se qualifica para oferecer um Curso de Direito com infraestrutura adequada, profissionais qualificados, currículo atualizado e conectado com as demandas emergentes.

Para isso, as atividades práticas do Curso são realizadas dentro do Núcleo de Práticas Jurídicas. É nele que o atendimento jurídico comunitário é realizado e, portanto, o currículo do curso é desenvolvido aproveitando-se da proximidade com a comunidade, do conhecimento e compreensão de suas dores por meio da análise do perfil de atendimento local e regional no qual a instituição está inserida.

Além disso, seu corpo docente é formado por mestres e doutores, grande parte atuante como juízes, promotores, delegados, defensores, advogados e outros professores atuantes em outras profissões da área jurídica, na comunidade em que a instituição está inserida, permitindo que exemplos práticos e atuais sejam trazidos para dentro da sala de aula aproximando, mais um vez, o acadêmico da realidade local e regional.

Em relação aos trabalhos de conclusão de curso, esses têm como lócus o sistema jurídico internacional, regional e local, por meio de pesquisa bibliográfica e documental em documentos oficiais, colaborando para o desenvolvimento do direito em todas as suas esferas.

Há grandes contribuições para o currículo do curso que partem dos convênios de intercâmbio e internacionalização. Tais convênios permitem que acadêmicos transitem por instituições de ensino internacionais e assim expandam seus horizontes de aprendizagem e de pesquisa contribuindo para solução de problemas globais.

Cabe destacar ainda que, desde o momento de implantação do Curso de Direito, diversas ações vêm acontecendo para aproximar os estudantes e professores da área jurídica da região, estreitando as relações entre o Curso e a comunidade do seu entorno. As oportunidades de estágio, emprego e de trabalhos são divulgadas por meio do site da Univali, e-mail marketing e por meio da lista de contatos.

Diante do exposto, o Curso de Direito, Campus Florianópolis, apresenta-se em sintonia com as demandas do ensino da área de forma inovadora, propondo a articulação com o mercado e fomentando ações de responsabilidade social, sendo estes os diferenciais na formação do egresso do curso.

## **2. OBJETIVO DO CURSO:**

O Curso de Direito, integrante da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais, está instalado no Campus Florianópolis, e tem como **objetivo geral**: Formar profissional crítico, ético, humanista, inovador com perfil voltado à valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, para atuação na área jurídica regional, nacional e internacional. E como **objetivos específicos**: formar cidadãos críticos e conscientes do papel transformador do jurista no contexto econômico-social e político-jurídico no tocante às demandas sociais; promover a formação geral, humanista e axiológica e o desenvolvimento do pensamento reflexivo que atenda aos anseios das demandas vinculadas ao Direito Público e Privado e das garantias constitucionais dos cidadãos a partir de uma visão plural do ser humano e da sociedade, tendo como primado a realização plena da democracia, do bem comum e do desenvolvimento econômico sustentável; propiciar formação geral técnico-jurídica com elementos transdisciplinares de formação nas temáticas que abrangem Direitos Humanos, diversidade e pluralismo cultural, sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento, primando pela diversidade, justiça, equidade e solidariedade; formar profissionais aptos a construir o seu saber crítico, voltado à aplicação justa do direito, aptos à atuação político-jurídica considerando o amplo espectro das carreiras jurídicas de modo a contribuir para o desenvolvimento social e do Direito; promover a interdisciplinaridade, por meio de um percurso formativo apresentado tanto nas disciplinas da matriz curricular, quanto na realização das atividades de pesquisa e extensão, como pressupostos para a formação e atuação inovadora e globalizada, abrangendo a compreensão do processo dinâmico que abrange as relações entre mundo digital, sociedade e natureza nacionais e internacionais; permitir a formação outras disciplinas eletivas das Escolas do Conhecimento capazes de aprofundar a formação específica profissionalmente almejada; formar cidadãos que possam interagir e questionar os critérios de criação,

interpretação e fundamentação de decisões jurídicas na perspectiva interna e global do sistema jurídico.

### **3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

O perfil profissional do egresso do Curso de Direito está fundamentado nas DCNs e expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente, articuladas com necessidades locais e regionais e em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

O perfil profissional do egresso do Curso de Direito está fundamentado nas DCNs e expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente, articuladas com necessidades locais e regionais em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

O Estado de Santa Catarina ocupa a 11<sup>a</sup> posição em população e a 6<sup>a</sup> em renda entre as 27 unidades federativas do Brasil. (IBGE, 2021) Ele se destaca por 16 setores produtivos que envolvem desde a indústria têxtil ao empreendedorismo em áreas de desenvolvimento tecnológico, sendo um importante polo nos setores têxtil e de confecção, agroalimentar, construção civil, móveis e madeira. Neste norte, as áreas com maior potencial de desenvolvimento e crescimento são: economia agroalimentar, bens de capital, celulose e papel, cerâmica, construção civil, economia do mar, energia, meio ambiente, metalurgia, móveis, madeira, produtos químicos, plásticos, saúde, turismo, indústria criativa e tecnologia da informação e comunicação – TIC (com temas como big data, internet das coisas, realidade virtual e aumentada, e ainda robótica, automação, biotecnologia, nanotecnologia, novos materiais e sustentabilidade).

Segundo o IBGE, em 2021, o estado de Santa Catarina tinha 266.537 alunos matriculados no ensino médio, demonstrando o quão promissor é o mercado da Educação superior no Estado. Especial destaque deve ser dado também à escolaridade dos trabalhadores e o aumento da participação no mercado de trabalho de trabalhadores com ensino superior. Assim, entre 2011 e 2016 houve o aumento de 4,5 pontos percentuais, ou seja, um acréscimo de 112 mil trabalhadores com ensino superior completo no mercado de trabalho. Neste cenário, segundo dados de 2016 da RAIS, trabalhadores com formação superior completa têm salário 2,5 vezes maior em relação aos com ensino médio completo.

No tocante à região na qual o Curso está inserido, cumpre destacar que a região da Grande Florianópolis é composta pelos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz.

Vale ainda evidenciar que Florianópolis ocupa a 2ª posição em população no Estado, com 516.524 habitantes (IBGE, 2021) e a 6ª posição em PIB per capita entre as cidades da sua região geográfica imediata.

No ano de 2020, Florianópolis apresentou um salário médio mensal de 4,4 vezes o valor do salário mínimo. A taxa de ocupação em relação à população total foi de 66,1%. Em comparação com os demais municípios do estado, ocupou o primeiro lugar entre 295 municípios em ambas as métricas (IBGE, 2020). Além disso, a Grande Florianópolis está em segundo lugar, detendo 22% dos empregos do Estado, atrás apenas da região do Vale do Itajaí, que detém 25,7% dos empregos de Santa Catarina.

A capital catarinense destaca-se pela mão de obra qualificada, pois 30% de sua população possui diploma de graduação, o que demonstra uma preocupação dos seus habitantes com a qualificação pela educação. Outro dado importante é que em 2021, Florianópolis teve 18.293 alunos matriculados no ensino médio, desta forma, é possível perceber que a demanda pela educação superior na capital catarinense é interessante e com um futuro promissor.

Um dos principais setores produtivos da região da Grande Florianópolis é o de tecnologia da informação e comunicação (TIC) abrigando diversas empresas de tecnologia, startups e incubadoras, além de contar com espaços de coworking e centros de pesquisa e desenvolvimento. Esse ambiente favorável ao crescimento tecnológico tem atraído investimentos e profissionais qualificados, impulsionando a economia local.

No setor industrial, a Grande Florianópolis abriga empresas de diversos segmentos, como indústria têxtil, alimentícia, automotiva, metalúrgica, plásticos e embalagens, entre outras. A região conta com polos industriais e parques tecnológicos que impulsionam o desenvolvimento econômico e promovem a inovação, o que amplia a perspectiva profissional do amplo espectro do Bacharel em Direito.

Em resumo, o setor produtivo da Grande Florianópolis é caracterizado pela diversidade econômica, com destaque para os setores de tecnologia da informação, turismo, indústria, comércio e serviços. Essa variedade de atividades contribui para o crescimento econômico da região gerando empregos, atraindo investimentos e promovendo a inovação.

Vale ainda destacar que a cidade de Florianópolis apresenta IDH de 0.88 e que, de acordo com o ICE (elaborado pela filial brasileira da Endeavor) em 2014, Florianópolis é a cidade brasileira com ambiente mais favorável ao empreendedorismo.

Assim, diante deste panorama, destacam-se, entre as possibilidades de atuação do Bacharel em Direito, tanto no âmbito nacional quanto internacional, as carreiras voltadas à Advocacia, à Magistratura, ao Ministério Público, às Procuradorias (federal, estadual e municipal), além

da atuação docente ou como Delegados de Polícia, em nível Federal e Estadual, além da Defensoria Pública, por exemplo.

Dada a vocação tecnológica da cidade de Florianópolis, destaca-se também a contribuição do curso nas questões econômicas e sociais da região vez que o egresso poderá atuar em demandas que ocorrem nas áreas de propriedade intelectual (registros de marcas, patentes de software, etc...), direito do consumidor (relações entre usuários da internet e seus provedores, e-commerce, bancos eletrônicos), lei de proteção de dados, entre outras.

Diante disso, o Curso de Direito da Univali em Florianópolis traça a formação de alunos críticos, éticos, humanistas, inovadores de maneira a valorizar os fenômenos jurídicos e sociais e podendo atuar na área jurídica regional, nacional e internacional.

Essa formação técnico-jurídica com elementos transdisciplinares insere-se nas temáticas globais que abrangem Direitos Humanos, diversidade e pluralismo cultural, sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento, prima pela diversidade, pluralismo cultural, justiça, equidade e solidariedade.

Nesse contexto, ao promover a interdisciplinaridade por meio de um percurso formativo apresentado tanto nas disciplinas da matriz curricular, quanto na realização das atividades de prática, de pesquisa e extensão são estabelecidos os pressupostos para a formação e atuação inovadora e globalizada, abrangendo a compreensão do processo dinâmico que abrange as relações entre mundo digital, sociedade e natureza nacionais e internacionais.

Para que o acadêmico possa desenvolver as competências estabelecidas pelas DCN's de forma articulada com a realidade local e regional, para interagir e questionar os critérios de criação, interpretação e fundamentação de soluções apoiadas no diálogo, e fazer uso dos meios consensuais de solução de conflitos ou mesmo de decisões extrajudiciais, administrativas ou judiciais, é necessário possibilitar que ele compreenda os desafios e as especificidades dos setores produtivos locais, como a indústria têxtil, a tecnologia da informação, o turismo, o comércio e os serviços, e seja capaz de aplicar o conhecimento jurídico de forma adequada e contextualizada.

O acadêmico deve dominar tecnologias e métodos que facilitem a compreensão e aplicação do Direito. Nesse sentido, é essencial que ele esteja atualizado em relação às inovações tecnológicas que impactam o campo jurídico, como a digitalização de processos, a inteligência artificial aplicada ao Direito e a proteção de dados pessoais.

Essas competências permitirão ao discente atuar de forma mais eficiente, ágil e moderna, acompanhando as demandas da sociedade e das organizações locais e regionais e internacionais por meio da internacionalização do currículo pelos convênios de dupla titulação firmados com a Universidade de Perugia (Itália), Alicante (Espanha) e Delaware (EUA).

Em suma, o Curso de Direito da Univali em Florianópolis busca formar profissionais capacitados, éticos, com perfil inovador e comprometidos com as demandas jurídicas locais e regionais. Por meio de um currículo atualizado, corpo docente qualificado, vivência prática e infraestrutura adequada, a universidade proporciona aos estudantes uma formação sólida, que os prepara para os desafios e oportunidades da carreira jurídica.

Vale frisar que o perfil do egresso pode ser atualizado tomando por base discussões capitaneadas pelo Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Direito da Escola de Ciências Sociais e Jurídicas, visando atualizá-lo conforme as necessidades do mercado de trabalho.

#### **4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

Ao assumir seu efetivo papel, a Univali, desde o seu nascimento como Universidade Comunitária, fundamenta seu compromisso com a produção do conhecimento e com a universalização do saber em todas as áreas do conhecimento.

Assim, atenta às demandas socioculturais, políticas e éticas da sua comunidade de abrangência, se renova continuamente para a oferta de oportunidades de aprendizagens apoiadas por ambientes diversos e mediadores, em construções coletivas do conhecimento, via interconectividades em rede, pensamento flexível e criativo, interação livre de restrições espaço-tempo, intercâmbios de culturas e usos compartilhados de recursos. Fundamentados nessas premissas foram delineadas as Escolas do Conhecimento e o Currículo Conectado.

O Currículo Conectado com a pesquisa, a inovação, a internacionalização e a extensão é uma estrutura ambiciosa de aprendizado, que reconceitua a educação na Univali. Ele ampara os estudantes a aprenderem fazendo pesquisas, mediados pelas tecnologias, com foco na solução de problemas e na produção de ideias com um olhar para o mundo e para o outro.

Nesta nova proposta, ensino, pesquisa, extensão universitária, tecnologias, inovação e internacionalização estão alinhados por ações conjuntas, em redes não lineares. Com isso, os currículos passam a ser integrados, com mais disciplinas práticas e núcleos integradores de disciplinas para vários cursos. Como resultado, o ensino ganha mais possibilidades de assumir modelos flexíveis, amigáveis, híbridos, invertidos e de vivências práticas. São novos formatos de cursos, com inserção efetiva nas comunidades de entorno, aprendizagem em ambientes colaborativos e salas de aula reconfiguradas, buscando a transversalidade de áreas e o engajamento, tanto emotivo quanto intelectual, de estudantes e docentes.

Desse modo, na configuração do currículo, os cursos das Escolas do Conhecimento são estruturados englobando:

- **Núcleo Integrado de Disciplinas:** que contempla a oferta de disciplinas a serem compartilhadas por estudantes de vários cursos, estruturadas por trilhas de conhecimentos denominadas: humanidades, gestão e tecnologias;
- **Núcleo de Eletivas Interescolas:** conjunto de disciplinas de escolha do estudante;
- **Estágio:** disciplinas dedicadas à prática de mercado;
- **Trabalho de Conclusão de Curso:** disciplinas voltadas à elaboração de projetos com características de inovação e pesquisa;
- **Projeto Comunitário de Extensão Universitária:** disciplinas, projetos e cursos direcionados às práticas extensionistas na comunidade;
- **International Program:** oferta de disciplinas em língua estrangeira, validação de disciplinas cursadas no exterior e oferta de dupla titulação;
- **Atividades Complementares:** atividades personalizadas de acordo com os interesses do aluno.
- **Intercâmbios:** compreendidos na Univali como oportunidades de vivenciar outras realidades e culturas que, certamente, trarão um diferencial à vida pessoal e profissional. Programas são ofertados e diversas universidades que fazem parte da Rede de Cooperação Internacional são disponibilizadas aos estudantes para estas vivências. (<https://www.univali.br/intercambio/Paginas/default.aspx>).

Por meio dessas atividades e de outras ofertas, pretende-se desenvolver, substancialmente, oportunidades para a aprendizagem experiencial dos alunos com uma expansão de atividades de estágios, novas possibilidades para se estudar no exterior, inovação e empreendedorismo em projetos, além da aprendizagem de outras línguas.

O conjunto de disciplinas do currículo aliado às experiências extracurriculares possibilita trabalhar, ao mesmo tempo, nos níveis pessoal, profissional e social da formação, configurando percursos formativos personalizados que levam em conta as características do estudante nas dimensões intelectivas e emocionais.

A ênfase do Currículo Conectado na aprendizagem colaborativa e no aprendizado baseado em pesquisa, provavelmente mudará os padrões de ensino nos próximos anos. Como o conhecimento faz, este não se limita a fronteiras disciplinares, pois busca atravessá-las para criar novas experiências de aprendizagem e conexões.

Por decorrência, as abordagens metodológicas de ensino a serem utilizadas entram em sintonia com as concepções e os princípios de ensino-aprendizagem definidos. Pretende-se aproveitar o potencial da tecnologia para estender e enriquecer a experiência em sala de aula

por meio de metodologias ativas e ferramentas de sala de aula invertida, ambientes virtuais de aprendizagem e disciplinas digitais.

#### **4.1 Matriz Curricular**

O curso de direito tem duas matrizes em andamento. Temos a Matriz 2, aprovada pela Resolução 265/CONSUN/CAEN/2018 e a Matriz 4, aprovada pela Resolução 177/CONSUN/CAEN/2024. Em dezembro de 2025 a Matriz 4 estava sendo executada do primeiro ao quarto períodos e a Matriz 2 estava sendo executada do quinto ao décimo períodos.

A concepção e a dinâmica de funcionamento da matriz do Curso, traduz-se na convergência interdisciplinar e no trânsito flexível e ágil entre os campos do saber, convergência que se mostra também na composição do corpo docente, na otimização da infraestrutura e na organização das disciplinas. A ênfase do Currículo Conectado na aprendizagem colaborativa e no aprendizado baseado em pesquisa pretende qualificar e mudar os padrões de ensino na IES porque como o conhecimento não se limita a fronteiras disciplinares e físicas/presenciais, busca-se transpassá-las para criar novas experiências e conexões de aprendizagem e de relacionamentos.

A estrutura curricular do Curso tem 3720 horas, distribuídas em eixos de formação, a saber prático-profissional, técnico-jurídico, e geral. Dentro destas horas temos: horas de Estágio Obrigatório, enquanto disciplina(s) dedicadas à prática de mercado, horas de Extensão Universitária (disciplina com projetos e ações dedicadas a práticas extensionistas na comunidade), disciplinas do *International Program* (oferta de disciplinas em língua estrangeira, validação de disciplinas cursadas no exterior e oferta de dupla titulação com disciplinas do Núcleo de Inteligência Intercultural - NII), disciplinas do Núcleo de Disciplinas Eletivas Interescolas (NEI), disciplinas do Núcleo Integrado de Disciplinas (NID) Escola e horas de Atividades de Conclusão de Curso. Pontua-se ainda a curricularização da Extensão e a oferta da disciplina Projeto Comunitário de Extensão Universitária.

No Curso de Direito, a organização curricular, conforme ilustra a figura abaixo, fundamenta-se nos princípios do Currículo Conectado da IES e contempla a flexibilidade necessária ao atendimento de todos os componentes curriculares no percurso de formação do futuro profissional. Os quadros abaixo demonstram o movimento da formação proposta.

**Quadro 1:** Disciplinas que compõem a Matriz Curricular do Curso Direito da Univali, por eixos – Matriz 2

<b>Eixos</b>	<b>Disciplinas na Matriz Curricular</b>	<b>Período</b>
Fundamental	TEORIA DO DIREITO	1
Fundamental	CIÊNCIA POLÍTICA	2
Fundamental	LINGUAGEM JURÍDICA	2
Fundamental	HERMENÊUTICA JURÍDICA	3
Fundamental	HISTÓRIA DO DIREITO	3
Fundamental	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	3
Fundamental	ECONOMIA	4
Fundamental	DIREITOS HUMANOS	5
Fundamental	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	6
Fundamental	PSICOLOGIA	7
Prático	PROJETO COMUNITÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	4
Prático	TRABALHO DE CURSO II	10
Profissional	DIREITO CIVIL - PARTE GERAL I	1
Profissional	DIREITO CONSTITUCIONAL I	1
Profissional	DIREITO PENAL - PARTE GERAL I	1
Profissional	PESQUISA E CONHECIMENTO	1
Profissional	DIREITO CIVIL - PARTE GERAL II	2
Profissional	DIREITO CONSTITUCIONAL II	2
Profissional	DIREITO PENAL - PARTE GERAL II	2
Profissional	DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3
Profissional	DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL	3
Profissional	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	3
Profissional	DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4
Profissional	DIREITO DO TRABALHO I	4

Profissional	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	4
Profissional	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	4
Profissional	DIREITO CIVIL - POSSE E PROPRIEDADE	5
Profissional	DIREITO DO TRABALHO II	5
Profissional	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	5
Profissional	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	5
Profissional	ESTÁGIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS I	5
Profissional	DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	6
Profissional	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	6
Profissional	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	6
Profissional	DIREITO PROCESSUAL PENAL III	6
Profissional	ESTÁGIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS II	6
Profissional	DIREITO ADMINISTRATIVO I	7
Profissional	DIREITO CIVIL - SUCESSOES	7
Profissional	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	7
Profissional	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7
Profissional	DIREITO TRIBUTÁRIO I	7
Profissional	ESTÁGIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS III	7
Profissional	PROCESSO CONSTITUCIONAL	8
Profissional	DIREITO ADMINISTRATIVO II	8
Profissional	DIREITO AMBIENTAL	8
Profissional	DIREITO EMPRESARIAL I	8
Profissional	DIREITO TRIBUTÁRIO II	8
Profissional	ESPECIALIZANTE I	8
Profissional	DIREITO DO CONSUMIDOR	9
Profissional	DIREITO INTERNACIONAL	9
Profissional	DEONTOLOGIA E ÉTICA	9
Profissional	EMPRESARIAL II	9
Profissional	ELETIVAS	9
Profissional	ESPECIALIZANTE II	9
Profissional	TRABALHO DE CURSO I	9

Profissional	DIREITO EMPRESARIAL III	10
Profissional	DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL	10
Profissional	LEGISLAÇÃO ESPECIAL CIVIL	10
Profissional	LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL	10
Profissional	FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	10
Profissional	ELETIVAS	10

**Quadro 2:** Disciplinas que compõem a Matriz Curricular do Curso Direito da Univali, por eixos – Matriz 4

<b>Eixos</b>	<b>Disciplinas na Matriz Curricular</b>	<b>Período</b>
Fundamental	PSICOLOGIA	4
Fundamental	LINGUAGEM JURÍDICA	1
Fundamental	TEORIA DO DIREITO	1
Fundamental	CIÊNCIA POLÍTICA	2
Fundamental	HERMENÊUTICA JURÍDICA	2
Fundamental	HISTÓRIA DO DIREITO	2
Fundamental	DIREITOS HUMANOS	3
Fundamental	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	3
Fundamental	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	7
Fundamental	DEONTOLOGIA-ÉTICA PROFISSIONAL	8
Fundamental	ECONOMIA	9
Prático	PROJETO COMUNITÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	5
Prático	PRÁTICAS JURÍDICAS I	6
Prático	PRÁTICAS JURÍDICAS II	7
Prático	METODOLOGIA DO TRABALHO DE CURSO	8
Prático	PRÁTICAS JURÍDICAS ESPECIALIZANTE I	8
Prático	TRABALHO DE CURSO I	9
Prático	TRABALHO DE CURSO II	10
Prático	PRÁTICAS JURÍDICAS- ESPECIALIZANTE III	10
Prático	PRÁTICAS JURÍDICAS- ESPECIALIZANTE II	9
Profissional	FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	4
Profissional	DIREITO CIVIL – PESSOAS E BENS	1

Profissional	DIREITO CONSTITUCIONAL – TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	1
Profissional	DIREITO PENAL – TEORIA DO CRIME	1
Profissional	DIREITO CIVIL – FATOS JURÍDICOS	2
Profissional	DIREITO CONSTITUCIONAL–ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES	2
Profissional	DIREITO PENAL – TEORIA DA PENA	2
Profissional	DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3
Profissional	DIREITO PENAL – CRIMES EM ESPÉCIE	3
Profissional	DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PARTE GERAL	3
Profissional	DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4
Profissional	DIREITO DO CONSUMIDOR	4
Profissional	DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCESSO DE CONHECIMENTO	4
Profissional	DIREITO PROCESSUAL PENAL – INTRODUÇÃO	4
Profissional	DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL	4
Profissional	DIREITO CIVIL - POSSE E PROPRIEDADE	5
Profissional	DIREITO DO TRABALHO – TEORIA GERAL	5
Profissional	DIREITO EMPRESARIAL – TEORIA DA EMPRESA	5
Profissional	DIREITO PROCESSUAL CIVIL – RECURSOS	5
Profissional	DIREITO PROCESSUAL PENAL – ATOS E PROCEDIMENTOS	5
Profissional	DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	6
Profissional	DIREITO DO TRABALHO – CONTRATO DE TRABALHO EDIREITO COLETIVO	6
Profissional	DIREITO EMPRESARIAL – SOCIETÁRIO	6
Profissional	DIREITO PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO	6
Profissional	DIREITO PROCESSUAL PENAL – RECURSOS	6
Profissional	DIREITO ADMINISTRATIVO – TEORIA GERAL	7
Profissional	DIREITO CIVIL - SUCESSOES	7
Profissional	DIREITO EMPRESARIAL – RECUPERACIONAL E FALIMENTAR	7
Profissional	DIREITO FINANCEIRO	7
Profissional	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO –CONHECIMENTO	7

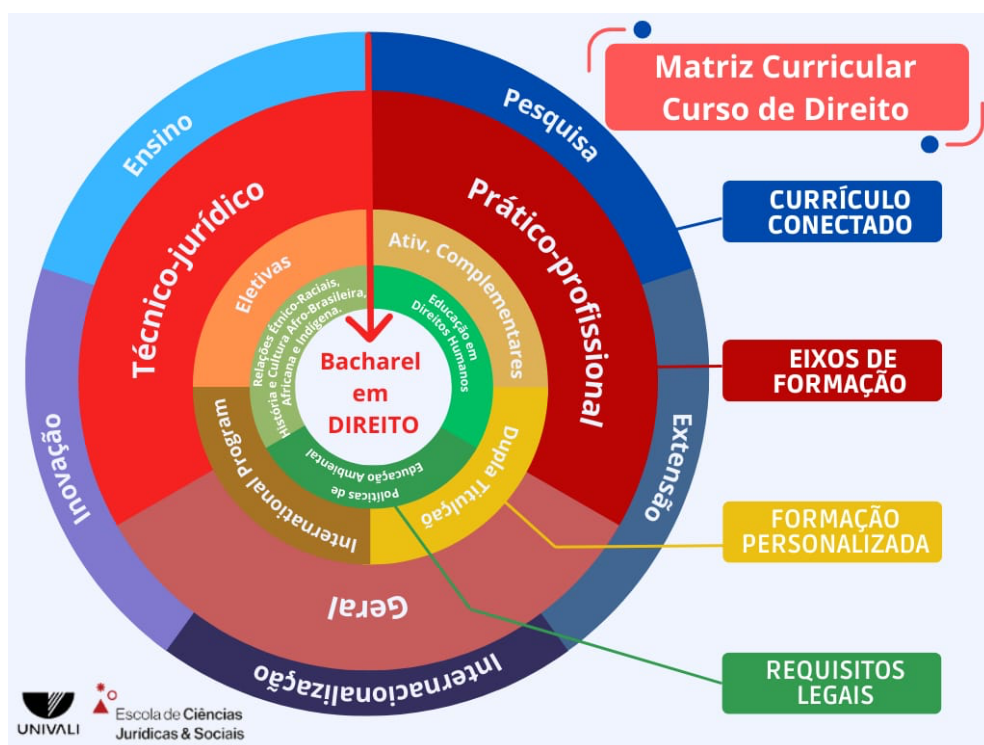
Profissional	DIREITO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO E CONTRATO	8
Profissional	DIREITO AMBIENTAL	8
Profissional	DIREITO DIGITAL	8
Profissional	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – RECURSOS E EXECUÇÃO	8
Profissional	DIREITO TRIBUTÁRIO – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	8
Profissional	DIREITO ELEITORAL	9
Profissional	DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	9
Profissional	TÓPICOS ESPECIAIS EM LEGISLAÇÃO PENAL	9
Profissional	TÓPICOS ESPECIAIS EM LEGISLAÇÃO CIVIL	9
Profissional	DIREITO INTERNACIONAL	10
Profissional	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PÚBLICO	10
Profissional	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	10
Profissional	INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NO DIREITO	10
Profissional	ELETIVAS	10

Fonte: Coordenação do Curso, 2025.

As disciplinas que estão distribuídas em dez períodos (semestres). Atendendo ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito a Matriz Curricular contempla áreas do conhecimento que definem os eixos estruturantes do currículo, assim distribuídos: eixo prático-profissional, eixo técnico-jurídico e eixo geral. Pontua-se também a curricularização da Extensão no Curso com a oferta da disciplina Projeto Comunitário de Extensão Universitária e de ações educativas no contexto das práticas pedagógicas nas disciplinas.

A disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras) consta como optativa da matriz curricular, conforme orienta o disposto no Art. 3º, §2º do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que decreta que a Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos cursos de educação superior, excetuando-se os cursos de Fonoaudiologia e de licenciatura, para os quais é obrigatória.

**Figura 1** Representação gráfica da matriz



Fonte: Coordenação de Curso 2025.

A seguir é apresentada a Matriz Curricular do Curso Direito, distribuída por períodos e com as respectivas cargas horárias.

### Quadro 3: Matrizes Curriculares 2 e 4 do Curso de Direito



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

Data: 01/04/25

Hora: 16:45

Pág.: 1

(ImzRelCur2)

#### \*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\*

ESCOLA: 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
 CURSO: 1468 DIREITO  
 MODALIDADE: 1 BACHARELADO  
 HABILITAÇÃO: 0  
 NRO.MATRIZ: 2 RESOLUÇÃO Nº265/CONSUN-CAEN/2018

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	C/H						
			Pre	Dig	Rem	Teo	Pra	TOT	Ext
<b>1 PERÍODO</b>									
1682	0	DIREITO CIVIL - PARTE GERAL I	60	0	0	60	0	60	30
1683	0	DIREITO PENAL - PARTE GERAL I	60	0	0	60	0	60	0
8740	0	DIREITO CONSTITUCIONAL I	60	0	0	60	0	60	0
22721	0	PESQUISA E CONHECIMENTO	0	60	0	60	0	60	15
24234	0	TEORIA DO DIREITO	60	0	0	60	0	60	0
<b>2 PERÍODO</b>									
1550	0	CIÊNCIA POLÍTICA	60	0	0	60	0	60	0
1687	0	DIREITO CIVIL - PARTE GERAL II	60	0	0	60	0	60	0
1688	0	DIREITO PENAL - PARTE GERAL II	60	0	0	60	0	60	0
8735	0	LINGUAGEM JURÍDICA	60	0	0	60	0	60	0
8741	0	DIREITO CONSTITUCIONAL II	60	0	0	60	0	60	0
<b>3 PERÍODO</b>									
1692	0	DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL	60	0	0	60	0	60	0
1706	0	DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	60	0	0	60	0	60	0
6188	0	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	60	0	0	60	0	60	0
8736	0	HISTÓRIA DO DIREITO	30	0	0	30	0	30	0
17267	0	HERMENÊUTICA JURÍDICA	30	0	0	30	0	30	0
22708	0	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	60	0	0	60	0	60	30
<b>4 PERÍODO</b>									
1699	0	DIREITO DO TRABALHO I	60	0	0	60	0	60	0
1703	0	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60	0	0	60	0	60	0
1704	0	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	60	0	0	60	0	60	0
1711	0	DIREITO CIVIL - CONTRATOS	60	0	0	60	0	60	0
22732	0	PROJETO COMUNITÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	60	0	0	15	45	60	60
22763	0	ECONOMIA	0	60	0	60	0	60	0
<b>5 PERÍODO</b>									
1702	0	DIREITO DO TRABALHO II	60	0	0	60	0	60	0
1707	0	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	60	0	0	60	0	60	0
1708	0	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	60	0	0	60	0	60	0
9937	0	DIREITO CIVIL - POSSE E PROPRIEDADE	60	0	0	60	0	60	0
22711	0	DIREITOS HUMANOS	0	60	0	60	0	60	60
24405	0	ESTÁGIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS I	60	0	0	0	60	60	30
<b>6 PERÍODO</b>									

**\*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\***

**ESCOLA:** 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
**CURSO:** 1468 DIREITO  
**MODALIDADE:** 1 BACHARELADO  
**HABILITAÇÃO:** 0  
**NRO.MATRIZ:** 2 RESOLUÇÃO Nº265/CONSUN-CAEN/2018

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	C/H						
			Pre	Dig	Rem	Teo	Prá	TOT	Ext
1691	0	DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	60	0	0	60	0	60	15
1709	0	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60	0	0	60	0	60	0
1712	0	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	60	0	0	60	0	60	0
1713	0	DIREITO PROCESSUAL PENAL III	60	0	0	60	0	60	0
8739	0	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	60	0	0	60	0	60	0
24406	0	ESTÁGIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS II	60	0	0	0	60	60	60
<b>7 PERÍODO</b>									
1705	0	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	60	0	0	60	0	60	0
1710	0	DIREITO ADMINISTRATIVO I	60	0	0	60	0	60	0
1717	0	DIREITO CIVIL - SUCESSOES	60	0	0	60	0	60	0
1721	0	DIREITO TRIBUTÁRIO I	60	0	0	60	0	60	0
9936	0	PSICOLOGIA	30	0	0	30	0	30	0
17268	0	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	30	0	0	30	0	30	0
24407	0	ESTÁGIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS III	60	0	0	0	60	60	0
<b>8 PERÍODO</b>									
6189	0	DIREITO AMBIENTAL	60	0	0	60	0	60	0
9934	0	DIREITO EMPRESARIAL I	60	0	0	60	0	60	0
9946	0	DIREITO ADMINISTRATIVO II	60	0	0	60	0	60	0
9947	0	DIREITO TRIBUTÁRIO II	60	0	0	60	0	60	0
9953	0	DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	60	0	0	60	0	60	0
<b>ESTÁGIO ESPECIALIZANTE I</b>								<b>60</b>	
11683	0	ADMINISTRATIVO						60	0
11684	0	PENAL						60	0
11685	0	CIVIL						60	0
11686	0	TRABALHO						60	0
11688	0	CONSTITUCIONAL						60	0
17563	0	EMPRESARIAL						60	0
17564	0	TRIBUTÁRIO						60	0
<b>9 PERÍODO</b>									
1726	0	DEONTOLOGIA-ÉTICA PROFISSIONAL	30	0	0	30	0	30	0
2790	0	DIREITO DO CONSUMIDOR	30	0	0	30	0	30	0
8742	0	DIREITO INTERNACIONAL	60	0	0	60	0	60	0
9939	0	DIREITO EMPRESARIAL II	60	0	0	60	0	60	0
<b>Elativos</b>								<b>60</b>	
1029	0	INTERNATIONAL PROGRAM (Matriz:1.0.3)						0	0
1361	0	NID - ENEC (Matriz:1.0.2)						0	0
1371	0	NID - INSTITUCIONAL (Matriz:1.0.1)						0	0

**\*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\***

**ESCOLA:** 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
**CURSO:** 1468 DIREITO  
**MODALIDADE:** 1 BACHARELADO  
**HABILITAÇÃO:** 0  
**NRO.MATRIZ:** 2 RESOLUÇÃO Nº265/CONSUN-CAEN/2018

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	CH						
			Pre	Dig	Rem	Teo	Fra	TOT	Ext
1372	0	NEI - ENEC(Matriz:1.0.1)						0	0
1373	0	NID - ESCOLA DE ARTES (1373 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1373	0	NID - ESCOLA DE ARTES(Matriz:1.0.1)						0	0
1374	0	NEI - ESCOLA DE ARTES (1374 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1374	0	NEI - ESCOLA DE ARTES(Matriz:1.0.1)						0	0
1375	0	NID - EDUCAÇÃO (1375 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1375	0	NID - EDUCAÇÃO(Matriz:1.0.1)						0	0
1376	0	NEI - ESCOLA DE EDUCAÇÃO (1376 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1376	0	NEI - ESCOLA DE EDUCAÇÃO(Matriz:1.0.1)						0	0
1377	0	NID DA ESCOLA POLITÉCNICA (1377 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1377	0	NID DA ESCOLA POLITÉCNICA(Matriz:1.0.1)						0	0
1378	0	NEI - DA ESCOLA POLITÉCNICA (1378 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1378	0	NEI - DA ESCOLA POLITÉCNICA(Matriz:1.0.1)						0	0
1379	0	NID DA ESCOLA DA SAÚDE(Matriz:1.0.1)						0	0
1379	0	NID DA ESCOLA DA SAÚDE (1379 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1380	0	NEI - ESCOLA DA SAÚDE(Matriz:1.0.1)						0	0
1380	0	NEI - ESCOLA DA SAÚDE (1380 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1381	0	NID DA ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS(Matriz:1.0.1)						0	0
1381	0	NID DA ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS (1381 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1382	0	NEI - ESCOLA DA CIÊNCIAS JURÍDICAS(Matriz:1.0.1)						0	0
1382	0	NEI - ESCOLA DA CIÊNCIAS JURÍDICAS (1382 - MATRIZ:1.0.1)						0	0
1705	0	NUCLEO INICIAÇÃO A PESQUISA DA ECJS(Matriz:1.0.1)						0	0
5381	0	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS						60	0
<b>ESTÁGIO ESPECIALIZANTE II</b>								<b>60</b>	
11689	0	PENAL						60	0
11690	0	CIVIL						60	0
11691	0	TRABALHO						60	0
11692	0	TRIBUTÁRIO						60	0
17565	0	ADMINISTRATIVO						60	0
17566	0	CONSTITUCIONAL						60	0

**\*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\***

**ESCOLA:** 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
**CURSO:** 1468 DIREITO  
**MODALIDADE:** 1 BACHARELADO  
**HABILITAÇÃO:** 0  
**NRO.MATRIZ:** 2 RESOLUÇÃO Nº265/CONSUN-CAEN/2018

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	C/H					TOT	Ext
			Pre	Dig	Rem	Teo	Prá		
17567	0	EMPRESARIAL					60	0	
		<b>TRABALHO DE CURSO I</b>						<b>60</b>	
9944	0	TRABALHO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA					60	0	
18234	0	CIVIL E PROCESSO CIVIL					60	0	
18235	0	TRABALHO, PROCESSO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO					60	0	
18236	0	PENAL E PROCESSO PENAL					60	0	
18237	0	PÚBLICO -CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO					60	0	
18238	0	PÚBLICO - AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS					60	0	
<b>10 PERÍODO</b>									
9942	0	DIREITO EMPRESARIAL III	30	0	0	30	0	30	
9948	0	DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL	30	0	0	30	0	30	
9951	0	LEGISLAÇÃO ESPECIAL CIVIL	60	0	0	60	0	60	
9952	0	LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL	60	0	0	60	0	60	
24404	0	FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	0	30	0	30	0	30	
		<b>Elativas</b>						<b>90</b>	
1029	0	INTERNATIONAL PROGRAM(Matriz:1.0.3)					0	0	
1361	0	NID - ENEC(Matriz:1.0.2)					0	0	
1371	0	NID - INSTITUCIONAL(Matriz:1.0.1)					0	0	
1372	0	NEI - ENEC(Matriz:1.0.1)					0	0	
1373	0	NID - ESCOLA DE ARTES(Matriz:1.0.1)					0	0	
1373	0	NID - ESCOLA DE ARTES (1373 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1374	0	NEI - ESCOLA DE ARTES (1374 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1374	0	NEI - ESCOLA DE ARTES(Matriz:1.0.1)					0	0	
1375	0	NID - EDUCAÇÃO(Matriz:1.0.1)					0	0	
1375	0	NID - EDUCAÇÃO (1375 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1376	0	NEI - ESCOLA DE EDUCAÇÃO(Matriz:1.0.1)					0	0	
1376	0	NEI - ESCOLA DE EDUCAÇÃO (1376 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1377	0	NID DA ESCOLA POLITÉCNICA(Matriz:1.0.1)					0	0	
1377	0	NID DA ESCOLA POLITÉCNICA (1377 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1378	0	NEI - DA ESCOLA POLITÉCNICA(Matriz:1.0.1)					0	0	
1378	0	NEI - DA ESCOLA POLITÉCNICA (1378 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1379	0	NID DA ESCOLA DA SAÚDE (1379 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1379	0	NID DA ESCOLA DA SAÚDE(Matriz:1.0.1)					0	0	

**\*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\***

**ESCOLA:** 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
**CURSO:** 1468 DIREITO  
**MODALIDADE:** 1 BACHARELADO  
**HABILITAÇÃO:** 0  
**NRO.MATRIZ:** 2 RESOLUÇÃO Nº265/CONSUN-CAEN/2018

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	C/H					TOT	Ext
			Pre	Dig	Rem	Teo	Prá		
1380	0	NEI - ESCOLA DA SAÚDE(Matriz:1.0.1)					0	0	
1380	0	NEI - ESCOLA DA SAÚDE (1380 - MATRIZ:1.0.1					0	0	
1381	0	NID DA ESCOLA DE CIENCIAS JURIDICAS(Matriz:1.0.1)					0	0	
1381	0	NID DA ESCOLA DE CIENCIAS JURIDICAS (1381 MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1382	0	NEI - ESCOLA DA CIÊNCIAS JURÍDICAS (1382 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1382	0	NEI - ESCOLA DA CIÊNCIAS JURÍDICAS(Matriz:1.0.1)					0	0	
1705	0	NUCLEO INICIAÇÃO A PESQUISA DA ECJS(Matriz:1.0.1)					0	0	
5381	0	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS					60	0	
<b>TRABALHO DE CURSO II</b>							<b>60</b>		
9949	0	TRABALHO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA					60	0	
18239	0	CIVIL E PROCESSO CIVIL					60	0	
18240	0	TRABALHO, PROCESSO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO					60	0	
18241	0	PENAL E PROCESSO PENAL					60	0	
18242	0	PÚBLICO -CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO					60	0	
18243	0	PÚBLICO - AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS					60	0	
			C/H						
<b>TOTAL</b>			<b>Pre</b>	<b>Ead</b>	<b>Teo</b>	<b>Prá</b>	<b>TOT</b>	<b>Ext</b>	
<b>Carga Horária</b>			2820	210	2805	225	3420	300	
<b>Percentual</b>			82.46%	6.14%	82.02%	6.58%	100%	8.77%	

**\*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\***

ESCOLA: 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
 CURSO: 1468 DIREITO  
 MODALIDADE: 1 BACHARELADO  
 HABILITAÇÃO: 0  
 NRO.MATRIZ: 4 RESOLUÇÃO Nº177/CONSUN-CAEN/2024

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	C/H						
			Pre	Dig	Rem	Teo	Pra	TOT	Ext
<b>1 PERIODO</b>									
8735	0	LINGUAGEM JURÍDICA	60	0	0	60	0	60	0
24234	0	TEORIA DO DIREITO	60	0	0	60	0	60	0
31226	0	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	60	0	0	60	0	60	15
31227	0	DIREITO PENAL - TEORIA DO CRIME	60	0	0	60	0	60	0
31228	0	DIREITO CONSTITUCIONAL - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	60	0	0	60	0	60	0
<b>2 PERIODO</b>									
1550	0	CIÊNCIA POLÍTICA	60	0	0	60	0	60	0
8736	0	HISTÓRIA DO DIREITO	30	0	0	30	0	30	0
17267	0	HERMENÊUTICA JURÍDICA	30	0	0	30	0	30	0
31230	0	DIREITO CIVIL - FATOS JURÍDICOS	60	0	0	60	0	60	0
31231	0	DIREITO PENAL - TEORIA DA PENA	60	0	0	60	0	60	0
31232	0	DIREITO CONSTITUCIONAL-ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES	60	0	0	60	0	60	0
<b>3 PERIODO</b>									
1706	0	DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	60	0	0	60	0	60	0
22708	0	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	60	0	0	60	0	60	30
22711	0	DIREITOS HUMANOS	0	60	0	60	0	60	60
31233	0	DIREITO PENAL - CRIMES EM ESPÉCIE	60	0	0	60	0	60	0
31234	0	DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PARTE GERAL	60	0	0	60	0	60	0
<b>4 PERIODO</b>									
1711	0	DIREITO CIVIL - CONTRATOS	60	0	0	60	0	60	0
2790	0	DIREITO DO CONSUMIDOR	30	0	0	30	0	30	0
9936	0	PSICOLOGIA	30	0	0	30	0	30	0
9948	0	DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL	30	0	0	30	0	30	0
24404	0	FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	0	30	0	30	0	30	0
31236	0	DIREITO PROCESSUAL PENAL - INTRODUÇÃO	60	0	0	60	0	60	0
31237	0	DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO DE CONHECIMENTO	60	0	0	60	0	60	0
<b>5 PERIODO</b>									
9937	0	DIREITO CIVIL - POSSE E PROPRIEDADE	60	0	0	60	0	60	0
22732	0	PROJETO COMUNITÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	60	0	0	15	45	60	60
31238	0	DIREITO EMPRESARIAL - TEORIA DA EMPRESA	60	0	0	60	0	60	0
31239	0	DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS	60	0	0	60	0	60	0

**\*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\***

**ESCOLA:** 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
**CURSO:** 1468 DIREITO  
**MODALIDADE:** 1 BACHARELADO  
**HABILITAÇÃO:** 0  
**NRO.MATRIZ:** 4 RESOLUÇÃO Nº177/CONSUN-CAEN/2024

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	C/H-----						
			Pre	Dig	Rem	Teo	Pra	TOT	Ext
31240	0	DIREITO PROCESSUAL PENAL – ATOS E PROCEDIMENTOS	60	0	0	60	0	60	0
31241	0	DIREITO DO TRABALHO – TEORIA GERAL	60	0	0	60	0	60	0
<b>6 PERIODO</b>									
1691	0	DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	60	0	0	60	0	60	15
31242	0	DIREITO EMPRESARIAL – SOCIETÁRIO	60	0	0	60	0	60	0
31243	0	DIREITO PROCESSUAL PENAL – RECURSOS	60	0	0	60	0	60	0
31244	0	DIREITO DO TRABALHO – CONTRATO DE TRABALHO E DIREITO COLETIVO	60	0	0	60	0	60	0
31245	0	DIREITO PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO	60	0	0	60	0	60	0
33037	0	PRÁTICAS JURÍDICAS I	60	0	0	0	60	60	30
<b>7 PERIODO</b>									
1717	0	DIREITO CIVIL - SUCESSOES	60	0	0	60	0	60	0
8739	0	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	60	0	0	60	0	60	0
29227	0	DIREITO FINANCEIRO	30	0	0	30	0	30	0
31246	0	DIREITO EMPRESARIAL – RECUPERACIONAL E FALIMENTAR	30	0	0	30	0	30	0
31247	0	DIREITO ADMINISTRATIVO – TEORIA GERAL	60	0	0	60	0	60	0
31248	0	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – CONHECIMENTO	60	0	0	60	0	60	0
33038	0	PRÁTICAS JURÍDICAS II	60	0	0	0	60	60	60
<b>8 PERIODO</b>									
1726	0	DEONTOLOGIA-ÉTICA PROFISSIONAL	30	0	0	30	0	30	0
6189	0	DIREITO AMBIENTAL	60	0	0	60	0	60	0
31249	0	DIREITO TRIBUTÁRIO – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	60	0	0	60	0	60	0
31250	0	DIREITO DIGITAL	30	0	0	30	0	30	0
31251	0	DIREITO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO E CONTRATO	60	0	0	60	0	60	0
31252	0	METODOLOGIA DO TRABALHO DE CURSO	30	0	0	30	0	30	0
31253	0	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – RECURSOS E EXECUÇÃO	30	0	0	30	0	30	0
33039	0	PRÁTICAS JURÍDICAS ESPECIALIZANTE I	60	0	0	0	60	60	0
<b>9 PERIODO</b>									
2821	0	DIREITO ELEITORAL	30	0	0	30	0	30	0
9953	0	DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	60	0	0	60	0	60	0

**\*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\***

**ESCOLA:** 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
**CURSO:** 1468 DIREITO  
**MODALIDADE:** 1 BACHARELADO  
**HABILITAÇÃO:** 0  
**NRO.MATRIZ:** 4 RESOLUÇÃO N°177/CONSUN-CAEN/2024

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	CH						TOT	Ext
			Pr	Dig	Rem	Teo	Pra			
31235	0	ECONOMIA	30	0	0	30	0	30	0	
31255	0	TÓPICOS ESPECIAIS EM LEGISLAÇÃO PENAL	60	0	0	60	0	60	0	
31256	0	TÓPICOS ESPECIAIS EM LEGISLAÇÃO CIVIL	60	0	0	60	0	60	0	
31257	0	DIREITO TRIBUTÁRIO – PROCESSO TRIBUTÁRIO	30	0	0	30	0	30	0	
<b>TRABALHO DE CURSO I</b>								<b>30</b>		
31260	0	TRABALHO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA						30	0	
31261	0	CIVIL E PROCESSO CIVIL						30	0	
31262	0	TRABALHO, PROCESSO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO						30	0	
31263	0	PENAL E PROCESSO PENAL						30	0	
31264	0	PÚBLICO – CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO						30	0	
31265	0	PÚBLICO – AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS						30	0	
<b>PRÁTICAS JURÍDICAS - ESPECIALIZANTE II</b>								<b>60</b>		
33040	0	ADMINISTRATIVO						60	0	
33041	0	PENAL						60	0	
33042	0	CIVIL						60	0	
33043	0	TRABALHO						60	0	
33044	0	CONSTITUCIONAL						60	0	
33046	0	EMPRESARIAL						60	0	
33047	0	TRIBUTÁRIO						60	0	
<b>10 PERÍODO</b>										
1705	0	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	60	0	0	60	0	60	0	
8742	0	DIREITO INTERNACIONAL	60	0	0	60	0	60	0	
31258	0	INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NO DIREITO	30	0	0	30	0	30	0	
31259	0	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PÚBLICO	30	0	0	30	0	30	0	
<b>Eleivas</b>								<b>150</b>		
1029	0	INTERNATIONAL PROGRAM (Matriz:1.0.3)						0	0	
1361	0	NID - ENEC (Matriz:1.0.2)						0	0	
1361	0	NID - ENEC (Matriz:1.0.3)						0	0	
1372	0	NEI - ENEC (Matriz:1.0.1)						0	0	
1373	0	NID - ESCOLA DE ARTES (Matriz:1.0.1)						0	0	
1374	0	NEI - ESCOLA DE ARTES (1374 - MATRIZ:1.0.1)						0	0	
1374	0	NEI - ESCOLA DE ARTES (Matriz:1.0.1)						0	0	
1375	0	NID - EDUCAÇÃO (1375 - MATRIZ:1.0.1)						0	0	
1375	0	NID - EDUCAÇÃO (Matriz:1.0.1)						0	0	
1376	0	NEI - ESCOLA DE EDUCAÇÃO (Matriz:1.0.1)						0	0	
1376	0	NEI - ESCOLA DE EDUCAÇÃO (1376 -						0	0	

**\*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\***

**ESCOLA:** 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
**CURSO:** 1468 DIREITO  
**MODALIDADE:** 1 BACHARELADO  
**HABILITAÇÃO:** 0  
**NRO.MATRIZ:** 4 RESOLUÇÃO N°177/CONSUN-CAEN/2024

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	CH					TOT	Ext
			Pre	Dig	Rem	Teo	Pra		
		MATRIZ:1.0.1)							
1377	0	NID DA ESCOLA POLITÉCNICA (1377 - MATRIZ:1.0.2)					0	0	
1377	0	NID DA ESCOLA POLITÉCNICA(Matriz:1.0.1)					0	0	
1377	0	NID DA ESCOLA POLITÉCNICA(Matriz:1.0.2)					0	0	
1377	0	NID DA ESCOLA POLITÉCNICA (1377 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1378	0	NEI - DA ESCOLA POLITÉCNICA (1378 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1378	0	NEI - DA ESCOLA POLITÉCNICA(Matriz:1.0.1)					0	0	
1379	0	NID DA ESCOLA DA SAÚDE(Matriz:1.0.1)					0	0	
1379	0	NID DA ESCOLA DA SAÚDE(Matriz:1.0.2)					0	0	
1379	0	NID DA ESCOLA DA SAÚDE (1379 - MATRIZ:1.0.					0	0	
1379	0	NID DA ESCOLA DA SAÚDE (1379 - MATRIZ:1.0.					0	0	
1380	0	NEI - ESCOLA DA SAÚDE (1380 - MATRIZ:1.0.1					0	0	
1380	0	NEI - ESCOLA DA SAÚDE (1380 - MATRIZ:1.0.1					0	0	
1380	0	NEI - ESCOLA DA SAÚDE(Matriz:1.0.1)					0	0	
1381	0	NID DA ESCOLA DE CIENCIAS JURIDICAS(Matriz:1.0.1)					0	0	
1381	0	NID DA ESCOLA DE CIENCIAS JURIDICAS(Matriz:1.0.2)					0	0	
1381	0	NID DA ESCOLA DE CIENCIAS JURIDICAS (1381 MATRIZ:1.0.2)					0	0	
1381	0	NID DA ESCOLA DE CIENCIAS JURIDICAS (1381 MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1382	0	NEI - ESCOLA DA CIÊNCIAS JURÍDICAS(Matriz:1.0.1)					0	0	
1382	0	NEI - ESCOLA DA CIÊNCIAS JURÍDICAS (1382 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1382	0	NEI - ESCOLA DA CIÊNCIAS JURÍDICAS (1382 - MATRIZ:1.0.1)					0	0	
1705	0	NUCLEO INICIAÇÃO A PESQUISA DA ECJS(Matriz:1.0.1)					0	0	
		<b>TRABALHO DE CURSO II</b>					<b>30</b>		
31266	0	TRABALHO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA					30	0	
31267	0	CIVIL E PROCESSO CIVIL					30	0	
31268	0	TRABALHO, PROCESSO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO					30	0	

**\*\* MATRIZ DOS CURSOS \*\***

ESCOLA: 51 ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO: 1468 DIREITO  
MODALIDADE: 1 BACHARELADO  
HABILITAÇÃO: 0  
NRO.MATRIZ: 4 RESOLUÇÃO Nº177/CONSUN-CAEN/2024

CÓD.DIS.	Módulo EAD	NOME DA DISCIPLINA	C/H					Ext	
			Pre	Dig	Rem	Teo	Pra		TOT
31269	0	PENAL E PROCESSO PENAL					30	0	
31270	0	PÚBLICO – CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO					30	0	
31271	0	PÚBLICO – AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS					30	0	
		<b>PRÁTICAS JURÍDICAS - ESPECIALIZANTE III</b>					<b>60</b>		
33050	0	PENAL					60	0	
33052	0	CIVIL					60	0	
33055	0	TRABALHO					60	0	
33058	0	TRIBUTÁRIO					60	0	
33061	0	ADMINISTRATIVO					60	0	
33063	0	CONSTITUCIONAL					60	0	
33065	0	EMPRESARIAL					60	0	
		<b>OPTATIVA</b>					<b>0</b>		
5381	0	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS					60	0	
			C/H						
<b>TOTAL</b>			<b>Pre</b>	<b>Ead</b>	<b>Teo</b>	<b>Pra</b>	<b>TOT</b>	<b>Ext</b>	
<b>Carga Horária</b>			3000	90	2865	225	3420	270	
<b>Percentual</b>			87.72%	2.63%	83.77%	6.58%	100%	7.89%	

Fonte: Coordenação do Curso, 2025.

As atividades obrigatórias do Curso evidenciam o modelo de Currículo Conectado adotado na Univali e integram um conjunto de ações e disciplinas que permitem um percurso formativo ao englobar a flexibilização curricular, a interdisciplinaridade, a integração teoria-prática, o ensino pela pesquisa, as práticas e experiências profissionais, a curricularização da extensão e a internacionalização do currículo, aproximando o estudante ao mercado e a realidade da profissão. Essas ações serão desenvolvidas mediante acompanhamento intencional, orientação e avaliação docente, estruturadas para atender trilhas de aprendizagem que

preveem, ainda, o envolvimento de estudantes de diferentes cursos, possibilitando o desenvolvimento de práticas inovadoras de ensino, pesquisa e extensão.

## **5. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

No Curso de Direito da Univali Florianópolis o Estágio Supervisionado é chamado de Estágio Obrigatório. No biênio deste Projeto Pedagógico o curso ofereceu as disciplinas de Estágio Obrigatório referente a Matriz 2, tendo em vista que a Matriz 4 ainda está em implantação. Assim, na matriz 2 do Curso de Direito, o Estágio Supervisionado ou Estágio Obrigatório integraliza 300 horas de atividades. Possui regulamentação, Resolução 062/2022, e está em consonância com a Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. O documento respeita também as DCNs dos cursos de Direito.

A Matriz Curricular nº 2 do Curso de Direito tem seu Estágio Obrigatório realizado do 5. ao 9. período, suas 300 horas são integralizadas nas disciplinas denominadas “Estágio de Prática Jurídica” e nos chamados “Especializantes”.

As disciplinas se apresentam desta forma: Estágio de Práticas Jurídicas – código 24405, com 60 (sessenta) horas, Estágio de Práticas Jurídicas – código 24406, com 60 (sessenta) horas, Estágio de Práticas Jurídicas – código 24407, com 60 (sessenta) horas, Estágio Especializante – Nível I, com 60 (sessenta) horas, Estágio Especializante – Nível II, com 60 (sessenta) horas.

As disciplinas denominadas Estágio de Práticas Jurídicas estão divididas em módulos de atividades simuladas ou reais (realizadas no EMA ou nas Clínicas Jurídicas) e compreendem o 5º período (Atividades simuladas de Penal e Civil), 6º período (Atividades reais no Escritório Modelo de Advocacia-EMA/ Clínicas Jurídicas) e 7º período (Atividades simuladas de Trabalho e Atividades reais no Escritório Modelo de Advocacia-EMA/ Clínicas Jurídicas), totalizando 180 horas. As demais 120 horas encontram-se nos Estágios Especializantes, em que o acadêmico opta por uma das disciplinas citadas para aprofundar-se nos conhecimentos específicos daquela área escolhida, direcionando seus anseios profissionais.

A realização do Estágio Obrigatório tem como objetivo a promoção de vivências na prática profissional, dos conteúdos acadêmicos, propiciando desta forma a ampliação de conhecimentos e atitudes relacionadas com a profissão escolhida pelo estudante. Espera-se que os acadêmicos possam atuar como agentes de mudanças capazes de formalizar, em seus trabalhos escritos, a análise técnico-científica da realidade percebida e das propostas de mudanças sugeridas. Os estágios na Univali são planejados e executados sob critérios

rigorosos de tal modo que, além de cumprirem seu objetivo principal de formação do acadêmico como profissional e cidadão, simultaneamente valorizem, promovam e divulguem suas potencialidades.

As disciplinas de estágio desenvolvidas no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) têm como fim proporcionar aos alunos a realização do Estágio Obrigatório por meio da simulação de casos e ainda o exercício da prática forense junto à comunidade com a supervisão de professores e a colaboração de advogados e monitores.

O NPJ também possui regulamento específico destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas. Envolve a seguinte estrutura organizacional: o Coordenador de Curso; Professor Responsável pelo Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ (em Florianópolis as duas funções são ocupadas pelo Coordenador de Curso); Professores Orientadores da Prática Jurídica; Professor Responsável pelo Escritório Modelo de Advocacia - EMA (em Florianópolis a função é ocupada pelo Coordenador de Curso); Professores Orientadores do Escritório Modelo de Advocacia (EMA), Professor Responsável pelo Trabalho de Curso (em Florianópolis a função é ocupada pelo Coordenador de Curso), Professores Orientadores do Trabalho de Curso.

Nos módulos de atividades simuladas os alunos são orientados por professores a trabalharem com: estudos de caso, elaboração de peças jurídicas, simulação de atendimento ao cliente e outras atividades que propiciem a prática do conteúdo jurídico aprendido durante o curso.

Já o módulo de atividades reais é executado junto ao Escritório Modelo de Advocacia (EMA), no qual o acadêmico é orientado a: a) prestar, sob supervisão dos professores orientadores, atendimento jurídico individual à comunidade, passando a ser responsável pelo acompanhamento judicial e extrajudicial (utilizando-se de técnicas de negociação, conciliação, mediação e arbitragem) das demandas dele resultantes; b) trabalhar, sob supervisão dos professores orientadores, nas Clínicas Jurídicas, aproximando teoria e prática quando da resolução de casos reais.

Nestas clínicas o acadêmico trabalha na proposição de soluções para demandas reais das entidades conveniadas, que podem ser tanto judiciais como extrajudiciais.

No tocante às atividades extrajudiciais são realizadas consultas, conciliação e mediação de acordos, encaminhamentos de processos administrativos perante órgãos do governo na esfera estadual, municipal e federal, análise de contratos em geral, pareceres, notificações extrajudiciais, dentre outros que se fizerem necessários de acordo com a demanda recebida.

No tocante à arbitragem, até o presente momento, não surgiu dentro da prática real nenhuma demanda relativa à arbitragem.

No tocante à mediação, os alunos atendem os casos com esta necessidade e tomam as devidas providências para a realização da sessão de mediação.

Com relação às Clínicas Jurídicas cabe destacar que, em 2024-2025, funcionou no EMA a Clínica de Conciliação. Uma parceria firmada entre o Curso de Direito da Univali Florianópolis e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Clínica de Conciliação constitui prática formativa do Curso de Direito desenvolvida no âmbito do Escritório Modelo, por meio da qual os estudantes participam ativamente da realização de sessões de conciliação em processos judiciais, especialmente no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Nessa atividade, os alunos atuam como **Conciliadores Aprendizes**, conforme a regulamentação do Conselho Nacional de Justiça, sempre sob a supervisão direta de professores qualificados e em articulação com o Poder Judiciário.

As sessões de conciliação são realizadas, preferencialmente, em ambiente virtual, a partir de processos encaminhados pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC), possibilitando aos discentes o contato direto com as partes envolvidas e com a dinâmica real da resolução consensual de conflitos. Os estudantes exercem o acolhimento das partes, promovem o diálogo e auxiliam na construção de soluções consensuais, desenvolvendo competências técnicas, éticas e humanas essenciais à formação jurídica contemporânea.

Essa prática pedagógica tem como finalidade complementar a formação teórica, fomentar a cultura da paz e do consenso, fortalecer os métodos adequados de solução de conflitos e ampliar o acesso à justiça. Ao integrar ensino, prática e compromisso social, a Clínica de Conciliação contribui para a formação de profissionais do Direito mais sensíveis, qualificados e preparados para atuar de forma responsável e eficiente na solução de conflitos.

Com relação ao atendimento individual da comunidade, cabe destacar, que foi iniciado em 2023.1 e foi um sucesso entre os alunos e a comunidade. Os atendimentos são agendados pelo Whatsapp, por telefone, email ou ainda presencialmente no Campus Florianópolis. Os alunos atendem a comunidade sob a orientação de Professor qualificado e experiente para a atividade. A partir da análise do caso, alunos e professor decidem qual procedimento seguir: orientação jurídica, início de uma demanda judicial, ou início de uma demanda extrajudicial. Na sequência, alunos e professor dão continuidade ao atendimento acompanhando a questão extrajudicial ou judicialmente.

Com relação às visitas orientadas, elas se iniciaram, dentro das disciplinas de Prática Jurídica, em 2022 e são realizadas em todo o semestre em que o aluno possui prática real em sua grade curricular. Os alunos já visitaram: Ministério Público de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Tribunal Regional do Trabalho da 12.<sup>a</sup> Região, entre outros órgãos.

O Núcleo de Práticas Jurídicas, setor responsável por supervisionar o trabalho feito no EMA e nas Clínicas Jurídicas, conta, em Florianópolis, com a estrutura física do Laboratório de Práticas Profissionais – LPP, com professor orientador à disposição da comunidade, monitor, salas de atendimento individualizadas, sala de mediação e arbitragem e recepção com computador e telefone.

Assim, para ser atendido pelos alunos e professores, o membro da comunidade, ou a entidade interessada em atendimento, contará com o apoio da infraestrutura física, já existente no Curso de Direito da Univali em Florianópolis.

Diante disso, percebe-se que a finalidade do EMA é revestida de importância ético-social extremamente relevante, pois trata da prestação de serviço à comunidade carente da localidade onde se situa o campus de sua execução, mediante a atuação em processos judiciais, extrajudiciais e atendimento às consultas desta mesma coletividade.

O Escritório Modelo de Advocacia-EMA é referência de advocacia no atendimento à população hipossuficiente e daquelas demandas decorrentes de convênios firmados pela Univali, proporcionando ao acadêmico uma prática salutar da advocacia pautada no humanismo, responsabilidade, solidariedade e ética para o aprimoramento do Direito. Reveste-se, portanto, de prática jurídica relevante, prestando serviços jurídicos idôneos e dignos à sociedade local.

A avaliação é contínua em todas as disciplinas de estágio a partir do início das atividades até o seu término. Poderão ser apreciadas as seguintes atividades: confecção de peças jurídicas (judiciais e extrajudiciais); atividades simuladas; simulação de atendimento ao cliente, audiências simuladas, e procedimentos reais; atendimento jurídico de clientes no EMA e acompanhamento das atividades daí decorrentes; procedimentos de conciliação, mediação e arbitragem, atendimentos e trabalhos realizados nas Clínicas Jurídicas, relatório de pesquisa, relatório de atividades e avaliação integrada a critério do Colegiado de Curso.

A frequência do acadêmico no estágio obedecerá aos critérios definidos no art. 55 e seus incisos da Resolução 062/Consun-CaEn/2022.

O Regulamento, em seus artigos 62 e seguintes, estabelece que a avaliação será contínua, processando-se a partir do início das atividades até o seu término.

Cabe destacar que nos Cursos de Direito da Univali, a matriz curricular em execução e a legislação institucional estabelecem o Estágio Obrigatório realizado junto aos Núcleos de Práticas Jurídicas, não havendo prática profissional e/ou estágio externo para o cômputo de horas do Curso.

Percebe-se que o Estágio Obrigatório possibilita aos acadêmicos aplicar os conhecimentos jurídicos apropriados ao longo do Curso e objetiva, acima de tudo, o cultivo e a disseminação de valores relacionados ao desempenho profissional e cidadão, ou seja, a formação de pessoas capazes de refletir, compreender e atuar em diferentes cenários e de analisá-los criticamente. Por serem os estágios formas de integração entre a aprendizagem acadêmica e a experiência prática, representam contrapartidas fundamentais e indispensáveis à formação profissional.

A relação aluno/professor orientador nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado do Curso de Direito, no período de 2024 a 2025, não passou de 19,5 alunos por professor, o que evidencia a existência de planejamento institucional quanto à alocação do corpo docente, com vistas a assegurar condições adequadas de acompanhamento pedagógico, supervisão das atividades práticas e desenvolvimento das competências profissionais previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

No semestre 2024/1, o componente Estágio de Práticas Jurídicas I, com 31 estudantes atendidos por dois docentes supervisores, resultou em uma relação média de 15,5 alunos por professor, índice que se mostra compatível com as exigências de acompanhamento sistemático e avaliação contínua das atividades práticas, favorecendo a orientação individual e coletiva dos discentes.

No semestre 2024/2, no componente Estágio de Práticas Jurídicas II, observou-se a participação de 30 estudantes com supervisão de dois docentes, estabelecendo uma relação de 15 alunos por professor, também demonstrando a compatibilidade com o acompanhamento e avaliação contínua e próxima dos acadêmicos.

Em 2025/1, o componente Estágio de Práticas Jurídicas I contou com 39 estudantes supervisionados por dois docentes, resultando em uma relação de 19,5 alunos por professor, índice considerado adequado para o acompanhamento didático-pedagógico das atividades práticas iniciais. No mesmo período, o Estágio de Práticas Jurídicas III apresentou uma relação ainda mais favorável, com 28 estudantes distribuídos entre dois docentes, correspondendo a 14 alunos por professor, o que potencializa o acompanhamento próximo, o aprofundamento técnico e o desenvolvimento da autonomia profissional do discente.

No semestre 2025/2, o Estágio de Práticas Jurídicas I apresentou cenário bastante favorável, com 19 estudantes acompanhados por dois professores, resultando em uma relação de 9,5 alunos por professor, o que evidencia excelente condição de oferta, especialmente no que se refere à supervisão, orientação individualizada e avaliação formativa.

No Estágio de Práticas Jurídicas II, com 32 estudantes supervisionados por dois docentes, a relação estabelecida foi de 16 alunos por professor, configurando novamente a possibilidade de acompanhamento e avaliação contínua dos alunos, favorecendo a orientação individual e coletiva deles.

A análise da relação aluno/professor nos estágios supervisionados demonstra que o Curso de Direito apresenta condições adequadas de oferta, com índices que favorecem o acompanhamento pedagógico, a supervisão das práticas jurídicas e o desenvolvimento das competências profissionais previstas no perfil do egresso.

A Instituição evidencia capacidade de planejamento, monitoramento e ajuste do corpo docente, especialmente nos componentes práticos, atendendo aos critérios do INEP relativos à: organização didático-pedagógica; qualidade do estágio supervisionado; condições de acompanhamento discente no Núcleo de Práticas Jurídicas

Desta forma, pode-se dizer que, a relação aluno/professor nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado do Curso de Direito evidencia planejamento institucional e condições adequadas de acompanhamento pedagógico, garantindo orientação qualificada, supervisão sistemática das atividades práticas e avaliação contínua do desempenho discente, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e os critérios de qualidade estabelecidos pelo INEP.

Já o Estágio Não Obrigatório, para o Curso de Direito, é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, caracterizada como atividade complementar à formação acadêmico-profissional do estudante, realizada por sua livre escolha.

O Estágio Não Obrigatório apresenta oportunidades que irão contribuir para o percurso formativo do estudante, possibilitando-lhe adquirir habilidades e competências profissionais que a sua futura profissão exige.

A mediação da oferta de Estágio Não Obrigatório se dará por meio do “Univali Carreiras” que conecta alunos x empresas x cursos com um sistema próprio de gerenciamento das vagas de estágios não obrigatórios e de empregos. O Univali Carreiras cujo portal específico se encontra em implantação é atualmente atendido pelo Banco de Talentos

(<https://www.univali.br/vida-no-campus/banco-de-talentos>). Tem uso interno e externo e nele ocorre o controle e mediação da universidade com as empresas conveniadas e os alunos em estágio. A empresa para oferecer vaga de estágio/emprego aos estudantes precisa estar cadastrada e conveniada no Banco de Talentos conforme as exigências da Lei n.º 11.788/08 e de procedimentos internos.

O acompanhamento, comprovado por vistos nos Programas de Estágio e preenchimento de Relatório e Avaliação do Estágio Não Obrigatório, será atribuição do Coordenador do Curso. As atividades do Estágio Não Obrigatório poderão ser validadas como Atividades Complementares.

Poderão ser campos de Estágio Não Obrigatório para acadêmicos do Curso de Direito os escritórios de empresas e organizações; escritórios de advocacia; delegacias; fóruns; tribunais; Ministério Público; Defensoria Pública; Advocacia Pública; instituições sem fins lucrativos; departamentos jurídicos; procuradorias de prefeituras e outros órgãos públicos; além dos laboratórios e setores de áreas afins na Univali.

Quanto ao estágio não obrigatório, o Curso de Direito da Univali já possui convênios de estágios com: vários escritórios de advocacia, Tribunal de Justiça de SC, Tribunal Regional do Trabalho da 12. Região, Defensoria Pública do Estado de SC, Justiça Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Delegacia de Polícia Federal, Delegacia de Polícia Estadual, Prefeituras Municipais, Procuradoria Pública Estadual, Procuradoria Pública Municipal, entre outros.

## **6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

No biênio deste Projeto Pedagógico o curso executou o Trabalho de Curso em conformidade com a matriz 2. O Trabalho de Curso em conformidade com a matriz 4 ainda não foi oferecido para que os alunos se inscrevam, pois, a matriz é nova e está em implantação. Assim, passar-se-á a descrever o trabalho de curso conforme os regramentos da Matriz 2.

No Curso de Direito, o Trabalho de Curso, é realizado sob a forma de monografia, desenvolvido no nono e décimo períodos, totalizando 120 horas e tem como objetivos: vivenciar experiências teórico-práticas; desenvolver capacidades intelectuais e profissionais; aprofundar conhecimentos em uma ou mais áreas de formação profissional; desenvolver uma atitude profissional e ética; desenvolver visão sistêmica dos mercados internacionais; valorizar experiências teórico-práticas para a escolha consciente de uma área de especialização profissional e/ou para a área acadêmica; delimitar problemas e equacionar soluções para a

internacionalização dos negócios; consolidar a capacidade de elaboração de trabalhos acadêmicos; atuar de forma proativa, flexível, criativa e inovadora frente aos desafios organizacionais e oportunidades; promover a iniciação científica e a valorização da atividade de pesquisa para o desempenho profissional; desenvolver a capacidade linguística em idioma estrangeiro, se for o caso; e desenvolver a capacidade colaborativa nos trabalhos em dupla, quando for o caso. Existe um regulamento específico nos Cadernos Documentos Institucionais que especifica as regras para o planejamento, execução e acompanhamento dos trabalhos científicos da Universidade.

O Trabalho de Curso, é desenvolvido INDIVIDUALMENTE sob orientação de docente da Univali habilitado na área. Consiste na elaboração de uma monografia, no qual o acadêmico deverá integrar os conhecimentos adquiridos durante o Curso nas diversas disciplinas, atividades de pesquisa, extensão e estágio. Possui regulamentação específica (Resolução 062/2022).

O TC envolverá as seguintes etapas: orientação, produção e correção do Projeto e do TC; execução das atividades previstas no Plano de Ensino da disciplina; conclusão e entrega do TC; defesa do TC perante Banca Examinadora (composta por três membros escolhidos pelo responsável pelo NPJ); entrega da versão final devidamente corrigida para análise e avaliação do Professor.

A organização do TC é de responsabilidade de um professor, que, no caso do Curso de Direito de Florianópolis é o próprio Coordenador do Curso. As orientações individuais são realizadas pelo grupo de professores orientadores com formação em Direito, sendo estes preferencialmente, Mestres ou Doutores.

Para o desenvolvimento do TC os alunos têm o acompanhamento e orientação de um professor. Durante a orientação o aluno define sua área de atuação, delimita o escopo da monografia, realiza investigações (campo e bibliográfica), e elabora uma monografia ao final.

As orientações são semanais e ao final, o trabalho é apresentado em banca pública, composta pelo professor orientador e dois professores do Curso.

O quadro a seguir demonstra a quantidade de Trabalhos de Iniciação Científica realizados pelos acadêmicos no período 2024-2025, bem como, as áreas de preferências. A estrutura organizacional do TC do Curso é composta pelo Coordenador do Curso, Professor Orientador, Acadêmicos e o Colegiado do Curso.

**Quadro 4:** Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados nos anos 2024-2025

<b>TCCs 2024-2025 – DEFESA EM BANCA EXAMINADORA</b>				
<b>CURSO DIREITO</b>				
<b>2024/I</b>				
<b>Áreas/Linhas de pesquisa</b>	<b>Nº Trabalhos</b>	<b>Nº Professores Orientadores</b>	<b>Nº Acadêmicos</b>	<b>Relação Bolsistas/ Orientador</b>
Não tivemos defesas neste semestre				
<b>2024/II</b>				
<b>Áreas/Linhas de pesquisa</b>	<b>Nº Trabalhos</b>	<b>Nº Professores Orientadores</b>	<b>Nº Acadêmicos</b>	<b>Relação Bolsistas/ Orientador</b>
Civil	5	3	5	1,66
Penal	5	1	5	5
Trabalho	4	1	4	4
<b>2025/I</b>				
<b>Áreas/Linhas de pesquisa</b>	<b>Nº Trabalhos</b>	<b>Nº Professores Orientadores</b>	<b>Nº Acadêmicos</b>	<b>Relação Bolsistas/ Orientador</b>
Não tivemos defesas neste semestre				
<b>2025/II</b>				
<b>Áreas/Linhas de pesquisa</b>	<b>Nº Trabalhos</b>	<b>Nº Professores Orientadores</b>	<b>Nº Acadêmicos</b>	<b>Relação Bolsistas/ Orientador</b>

Ambiental	1	1	1	1
Civil	5	3	5	1,66
Constitucional	1	1	1	1
Penal	6	2	6	3
Trabalho	6	2	6	3

Fonte: Coordenação do Curso, 2025.

## 7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares compreendem ações paralelas às demais atividades acadêmicas, obrigatórias nos cursos de graduação, determinadas pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e pela Lei 9.394/96, que institui as Diretrizes da Educação Nacional, e ressalta em seu artigo 3º, a “valorização da experiência extraclasse”, devendo ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso.

Um dos principais objetivos no desenvolvimento das atividades complementares é estimular a participação do acadêmico em eventos e/ou projetos que enriqueçam os seus conhecimentos no decorrer do percurso formativo. Tais projetos devem fortalecer o desenvolvimento das competências requeridas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), oportunizando o crescimento social, cultural, profissional e humano do estudante, pois as Atividades Complementares possibilitam integração e aproveitamento das relações entre os conteúdos, contextos e experiências que integram a vivência e a prática profissional ao longo do processo formativo, privilegiando a construção das competências previstas no PPC para o profissional egresso do Curso de Direito.

A carga horária das atividades complementares no Curso é definida no Regulamento das Atividades de Conclusão de Curso (Resolução 062/2022) e engloba atividades relativas ao **ensino, pesquisa e extensão, inovação e internacionalização** que serão devidamente comprovadas quando admitida a participação dos estudantes em eventos internos e externos à Univali, nas modalidades presencial ou a distância, para integralizar a carga-horária mínima do curso. Aditem a participação dos estudantes em eventos internos e externos, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais, integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional, atividades de iniciação científica e de monitoria, entre outras. No curso de direito a carga-horária

destinada às atividades complementares é de 300 horas que serão integralizadas pelos acadêmicos ao longo da trajetória curricular.

O conjunto de disciplinas do currículo, aliado às experiências extracurriculares, possibilita trabalhar, ao mesmo tempo, os níveis pessoal, profissional e social da formação, configurando percursos formativos personalizados que levam em conta as características do estudante nas dimensões intelectivas e emocionais.

O desenvolvimento das Atividades Complementares no Curso é acompanhado pelos professores e validada pelo Coordenador do Curso, após solicitação realizada pelo estudante, via requerimento, mediante a apresentação da respectiva documentação comprobatória. Em cada caso, a verificação da atividade, carga horária e documentação origina um parecer disponível no sistema online do acadêmico indicando a aprovação ou não da sua validação.

Todas as atividades possibilitam integração e aproveitamento das relações entre os conteúdos e contextos por metodologias que integrem a vivência e a prática profissional ao longo do processo formativo e que privilegiem a construção de competências previstas no PPC.

Destaca-se ainda, a oferta de monitorias voluntárias e remuneradas; participação em estágios extracurriculares não obrigatórios ofertados pelo Banco de Talentos da instituição; participação em projetos de iniciação científica no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq) e no Programa de Bolsas de Iniciação Científica (ProBIC), participação em Grupos de Pesquisa da Univali, na área e/ou afim; publicação de artigos e produção acadêmica; participação em Projetos de Extensão; entre outros.

## **7.1 Ensino**

No período deste PPC, foram desenvolvidas atividades de ensino, que podem ser integralizadas como Atividades Complementares. Estas, envolvem especialmente a oferta de ambientação/inserção dos alunos na vida profissional, eventos científicos, e outros.

**Quadro 5** Eventos relativos ao ensino ofertados pelo Curso de Direito em 2024-2025.

<b>Eventos relacionados a ensino ofertados pelo Curso de Direito</b>				
<b>Semestr e</b>	<b>Evento</b>	<b>Período de desenvolvimento do evento e local</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Nº de Participante s</b>
<b>2024/I</b>	Recepção dos Calouros	04/03/2024 hall de entrada	Acolher os novos alunos	50
	Palestra Constitucionalizando a Globalização com José Luis Garcia Guerrero	Auditório do Campus Florianópolis	Promover a reflexão sobre a relação entre globalização e constitucionalis mo	30
	Visita a OAB	17/06/2024	Conhecer a OAB	15
<b>Semestr e</b>	<b>Evento</b>	<b>Período de desenvolvimento do evento e local</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Nº de Participante s</b>
<b>2024/II</b>	Visita Guiada ao Presídio Masculino de Florianópolis	27/11/2024 Presídio Masculino de Florianópolis	Conhecer o Presídio Masculino de Florianópolis	31
	Visita Guiada ao TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina	05/09/2024 TJSC	Conhecer o TJSC	36
	Visita Guiada ao MPSC – Ministério Público de Santa Catarina	26/09/2024 MPSC	Conhecer o MPSC	13
	Palestra – Protocolo para Julgamento com	12/11/2024	Promover a compreensão da	91

Perspectiva de Gênero: Implicações para as Relações Familiares	Auditório do Campus Florianópolis	aplicação da perspectiva de gênero nas decisões judiciais familiares.	
Palestra – Um diálogo entre o Direito e a Inovação	12/11/2024 Auditório do Campus Florianópolis	Estimular a reflexão sobre a relação entre o Direito e as inovações tecnológicas.	78
Palestra – Reflexões sobre o reconhecimento de pessoa no Processo Penal Brasileiro	11/11/2024 Auditório do Campus Florianópolis	Analisar criticamente os procedimentos de reconhecimento de pessoas no processo penal.	101
Palestra – Expectativa X Realidade: Os desafios no início da Carreira como advogado	13/11/2024 Auditório do Campus Florianópolis	Apresentar os desafios e perspectivas do início da carreira na advocacia.	79
Palestra – Mudanças Climáticas, desastres socioambientais e a atuação do Ministério Público	13/11/2024 Auditório do Campus Florianópolis	Discutir a atuação do Ministério Público frente a questões ambientais e desastres.	76
Palestra – Apresentação de Trabalhos Premiados	13/11/2024	Divulgar produções	25

	no Concurso de Artigos Científicos, promovido pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Auditório do Campus Florianópolis	científicas e incentivar a pesquisa jurídica.	
	Palestra – Direito do trabalho 4.0 e o Colonialismo Digital: O Papel da Regulação do Trabalho nas Revoluções Tecnológicas	14/11/2024 Auditório do Campus Florianópolis	Refletir sobre os impactos das tecnologias no trabalho e a necessidade de regulação jurídica.	82
<b>Semestr e</b>	<b>Evento</b>	<b>Período de desenvolvimento do evento e local</b>	<b>de</b> <b>do</b> <b>Objetivo(s)</b>	<b>Nº de Participantes</b>
	Campanha Sinal Vermelho	27/03/2025		77
<b>2025/I</b>	Visita Guiada à Acadepol	24/04/2025 Acadepol - Canasvieiras	Proporcionar aos alunos do Curso de Direito experiência prática sobre a atuação da Polícia Civil, ampliando a compreensão da aplicação da legislação e do funcionamento das instituições de segurança pública.	18

Semestr e	Evento	Período de desenvolvimento do evento e local	de do Objetivo(s)	Nº de Participante s
2025/II	Júri Simulado	03/12/2025 Auditório do Campus Florianópolis	Proporcionar aos acadêmicos do Curso de Direito e aos estudantes do Ensino Médio convidados uma experiência prática sobre o funcionamento de um júri, estimulando o desenvolvimento de habilidades jurídicas e a compreensão da rotina acadêmica.	21
	Palestra: O valor moral do inquérito policial e o desempenho da Polícia Civil de Santa Catarina	27/11/2025 Auditório do Campus Florianópolis	Proporcionar aos acadêmicos uma análise detalhada sobre o valor moral do inquérito policial e sobre o desempenho institucional da Polícia Civil de	167

			Santa Catarina, estimulando a reflexão sobre a importância da investigação qualificada, da ética profissional e do fortalecimento das instituições de justiça.	
Apresentação Programa Educando Cidadãos (MPSC) e do Projeto Educar, Inspirar e Transformar	08/10/2025	Auditório do Campus Florianópolis	Proporcionar aos estudantes a oportunidade de conhecer iniciativas do MPSC e da UNIVALI que estimulam o engajamento social e a transformação comunitária.	82
Visita dos Alunos da Univali à sede Menezes Niebuhr Sociedade de Advogados	01/10/2025	Sede Menezes Niebuhr Sociedade de Advogados	Proporcionou contato com a prática da advocacia e o ambiente profissional.	71
Visita Guiada à Acadepol	02/10/2025		Ampliou a compreensão sobre a atuação	24

			da Polícia Civil e a investigação criminal.	
	Visita guiada à Penitenciária de Florianópolis	28/08/2025	Proporcionar aos acadêmicos uma experiência prática e orientada que complemente os conteúdos teóricos abordados no curso	16
	Curso de Formação de Ledores para Alunos Cegos ou com Deficiência Visual	20/08/2025	Capacitar estudantes universitários para atuarem como ledores de provas e materiais acadêmicos para alunos cegos ou com deficiência visual. O curso abordará aspectos técnicos e éticos da leitura assistiva, promovendo a empatia, a comunicação clara e o respeito à autonomia da	14

			pessoa com deficiência.	
	Palestra – Cibercrime, privacidade e vigilância digital	11/11/2025	Discutir os desafios jurídicos relacionados à segurança digital, privacidade e crimes cibernéticos.	73
	Palestra Leal Operations: Uma nova Carreira no Direito	12/11/2025	Apresentar novas possibilidades de atuação jurídica voltadas à gestão e inovação no Direito.	85
	Palestra – Neopopulismo e suas implicações com a Ética e Direitos Humanos	13/11/2025	Analisar os impactos do neopopulismo sobre a ética e os direitos humanos.	106

Fonte: Coordenação do Curso, 2025.

## 7.2 Pesquisa

As atividades de Pesquisa se desenvolvem no contexto curricular, quando disciplinas, se avultam com foco na investigação, traduzindo um dos princípios do Currículo Conectado que envolve o ensino "conduzido por pesquisa". Iniciativas de pesquisas interdisciplinares, focadas na sociedade, inspiram e inspiram-se na experiência educacional.

No Curso de Direito a pesquisa de iniciação científica é conduzida pelos programas e projetos que admitem a participação de estudantes.

Em geral, as pesquisas desenvolvidas incrementam o envolvimento de alunos e docentes, aprimorando o processo de ensino - aprendizagem. Por outro lado, permitem a aproximação com a comunidade, principalmente, através do próprio desenvolvimento da pesquisa e da prestação de serviços técnico-científicos, como a realização de (atividades ligadas ao curso), além da divulgação dos resultados por meio de publicações diversas e da participação em eventos científicos.

As pesquisas iniciadas no período 2024-2025 são apresentadas na tabela abaixo:

**Tabela 1:** Projetos de Pesquisa 2024-2025 aprovados no Curso de Direito

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CURSO DE DIREITO			
Linha de Pesquisa	Autores: Docente e Acadêmico(s)	Título do Trabalho	Ano
Trabalho	Docente: Prof. <sup>a</sup> Giselle Kersten Acadêmico(s): Alle Mohamed Jara Dalloul	A Saúde e Segurança do Trabalhador no Ambiente Laboral	2024
Trabalho	Docente: Prof. <sup>a</sup> Giselle Kersten Acadêmico(s): Izabela Pellizzaro Cividini	Terceirização da Atividade-Fim: A Precarização do Trabalho após a Introdução da Lei 13.429/17	2024
Trabalho	Docente: Prof. <sup>a</sup> Giselle Kersten	A Empregabilidade do Apenado como Forma de Ressocialização: Do Direito à garantia da	2024

	Acadêmico(s): Juanna dos Passos Sagaz	oferta	
Trabalho	Docente: Prof. <sup>a</sup> Giselle Kersten Acadêmico(s): Pablo Nikisson Gonçalves Mareco	Transferências de Atletas Profissionais de Futebol e a proibição da “Third Party Ownership” pela Fifa	2024
Civil	Docente: Prof. <sup>a</sup> Cláudia Althoff Acadêmico(s): Camila Francine da Silva	A aplicabilidade da teoria da perda de uma chance nos casos de devolução do adotado/adotando após o seu envelhecimento durante o convívio com a família adotiva desistente: Uma consequência da adoção tardia no Brasil.	2024
Civil	Docente: Prof. <sup>a</sup> Cláudia Althoff Acadêmico(s): Giovanna Senem Hiansdts	Os resquícios da doutrina da situação irregular: Uma análise dos Julgamentos dos recursos no Tribunal De Justiça Do Estado De Santa Catarina	2024
Civil	Docente: Prof. <sup>a</sup> Cláudia Althoff Acadêmico(s): Nicolly Ribeiro Daniel Da Silva	ALIENAÇÃO PARENTAL: A Guarda Compartilhada como Mecanismo de Prevenção	2024
Penal	Docente: Prof. <sup>o</sup> Alan Pinheiro de Paula Acadêmico(s): Guilherme Martins Farias Saibro	A (In)Aplicabilidade do Princípio da Insignificância nos Crimes Militares	2024
Penal	Docente: Prof. <sup>o</sup> Alan Pinheiro de Paula Acadêmico(s): Manoela Owczarzak Raulino	A palavra da vítima como único meio de prova nos Crimes de estupro	2024

Penal	Docente: Prof.º Alan Pinheiro de Paula Acadêmico(s): Larissa Cristina Cardoso	Psicopatia no sistema Penal Brasileiro: (Ir)Responsabilidade e sanções	2024
Penal	Docente: Prof.º Alan Pinheiro de Paula Acadêmico(s): Natália Castro Vieira	A (Ir)Responsabilidade Criminal pela simulação de imagem por Meio de Inteligência Artificial de Criança e adolescente em cena de sexo explícito ou pornografia	2024
Penal	Docente: Prof.º Alan Pinheiro de Paula Acadêmico(s): Manuella Oliveira Mann Dias	Jogos de azar e a (Ir)Responsabilidade dos Influenciadores Digitais	2024
Empresarial	Docente: Prof.º Julio Cesar Marcellino Acadêmico(s): Carla Regina Nardi	(In)Eficiência do Instituto da holding familiar como mecanismo corporativo de planejamento sucessório	2024
Administrativo	Docente: Prof.º Julio Cesar Ribeiro Acadêmico(s): Leonardo Hasckel Pereira	A responsabilidade do Estado, no âmbito do sistema de saúde, pela oferta de medicamentos à população. Da atuação do Poder Judiciário, uma vez provocado pela advocacia pública e privada.	2024
Penal	Docente: Prof.º Alan Pinheiro de Paula Acadêmico(s): Yasmin Gaube Bastiani Nicola	(Ir)Retroatividade da Lei que restringiu a saída temporária na execução da pena	2025
Penal	Docente: Prof.º Alan Pinheiro de Paula	A (In)Constitucionalidade da regressão cautelar de regime na execução da pena	2025

	Acadêmico(s): Hugo Tiberio Santos de Moraes		
Penal	Docente: Prof.º Alan Pinheiro de Paula Acadêmico(s): Luis Fernando Soares Martins	Os efeitos da violência policial no processo penal	2025
Penal	Docente: Prof.º Alan Pinheiro de Paula Acadêmico(s): Ronei Silva de Andrade	A (In)Constitucionalidade do sistema de cotas para o ingresso de mulheres nas forças armadas	2025
Penal	Docente: Prof.º Alan Pinheiro de Paula Acadêmico(s): Fabiano Domingos Bernardo	Atuação dos tribunais de contas no acordo de não persecução civil em ação de improbidade administrativa	2025
Civil	Docente: Prof.º Alessandro Mueller Acadêmico(s): Lorena Olga da Fonseca Silva	Desocupação de edifícios residenciais em áreas de preservação permanente. Caso Lagoa da Conceição: Conflito entre direitos fundamentais na desocupação de moradias em áreas de preservação permanente na Lagoa da Conceição.	2025
Civil	Docente: Profª Aline de Camargo Martins Acadêmico(s): Denise Becker	A prática da sessão privada (caucus) durante a mediação de conflitos familiares	2025
Civil	Docente: Profª Aline de Camargo Martins Acadêmico(s): Patricia Sorgatto	Métodos consensuais de resolução de conflitos nas relações de consumo: uma análise no Tribunal de Justiça de Santa Catarina	2025
Civil	Docente: Prof.ª Cláudia Althoff	A teoria da aparência como instrumento para a materialização do trinômio necessidade-capacidade-proporcionalidade em ações de	2025

	Acadêmico(s): Gustavo Amante de Souza	alimentos: uma análise doutrinária e legislativa sobre o uso das provas digitais	
Civil	Docente: Prof. <sup>a</sup> Cláudia Althoff Acadêmico(s): Iury Schäffer dos Santos	A eficácia das medidas alternativas à prisão para alimentantes inadimplente	2025
Trabalho	Docente: Prof. <sup>a</sup> Giselle Kersten Acadêmico(s): Rodrigo Freitas Machado	O contrato de trabalho do jogador de futebol menor de idade	2025
Trabalho	Docente: Prof. <sup>a</sup> Giselle Kersten Acadêmico(s): Natalia Cristine Fiuza	Sharenting e o limite da exposição da criança na internet: aspectos legais e a LGPD	2025
Civil	Docente: Prof. <sup>a</sup> Marciane Ferreira Acadêmico(s): Fernanda Beduschi, Antonioli Neves	Ação renovatória na locação não-residencial: Garantia da estabilidade empresarial e seus reflexos jurídicos	2025
Trabalho	Docente: Prof. <sup>a</sup> Michelli Giacomossi Acadêmico(s): Angelita Nicolao	Responsabilidade subsidiária da administração pública em contratos de terceirização no Brasil: análise jurisprudencial	2025
Trabalho	Docente: Prof. <sup>a</sup> Michelli Giacomossi Acadêmico(s): Isadora de Azevedo Traebert	Direitos trabalhistas das mulheres no Brasil: Entre a igualdade jurídica e a disparidade fática	2025
Trabalho	Docente: Prof. <sup>a</sup> Michelli Giacomossi	A revolução da inteligência artificial e da automação no mercado de trabalho: reconfiguração das relações de emprego e os	2025

	Acadêmico(s): Thalyta Salgado Bueno de Camargo	desafios jurídico-regulatórios na era tecnológica	
Trabalho	Docente: Profª Michelli Giacomossi Acadêmico(s): Brunna Marcelino de Mesquita	Assédio sexual no ambiente de trabalho: Desafios probatórios e a (des)valorização do dano moral na jurisprudência trabalhista	2025
Ambiental	Docente: Prof.º Ricardo Bruno Boff Acadêmico(s): Maria Clara Gomes da Silva	As reservas de desenvolvimento sustentável: Avanço ou retrocesso da perspectiva socioambientalista na política ambiental brasileira	2025
Constitucional	Docente: Prof.º Roberto Wohlke Acadêmico(s): Paulo Antonio Camilli Monteiro	Anistia no contexto brasileiro: uma análise dos limites da aplicação da lei da anistia à luz dos paradigmas da justiça de transição, da convencionalidade e da constitucionalidade	2025
Penal	Docente: Prof.º Sergio Lima dos Anjos Virtuoso Acadêmico(s): Eduardo Fornari Varnier	Liberdade de expressão ou apologia à violência? O discurso das torcidas organizadas sob a ótica penal uma análise da responsabilidade penal individual e coletiva	2025

Fonte: Coordenação do Curso, 2025.

### 7.3. Extensão

A Curricularização da Extensão Universitária se organiza a partir de disciplinas, projetos e cursos dedicados a práticas extensionistas na comunidade. A Univali entende a extensão universitária como um processo contínuo de intercâmbio de saberes entre a Universidade e a Comunidade, no desenvolvimento de atividades que contribuam à formação profissional, ética e cidadã dos acadêmicos, promovendo o desenvolvimento regional.

No contexto do Currículo Conectado, em todos os cursos da Univali existe a oferta de disciplinas voltadas para a concretização de práticas extensionistas, como, por exemplo, a disciplina de Projeto Comunitário de Extensão Universitária. A inclusão destas disciplinas nos PPCs sempre considera a aderência da Matriz Curricular do Curso, tanto ao Mercado de Trabalho quanto no alinhamento aos anseios da comunidade, focados em sua melhoria.

No período de 2024-2025 foram ofertadas pelo Curso as seguintes atividades na modalidade extensão:

**Quadro 6** Ações comunitárias desenvolvidas com a participação do Curso em 2024-2025

2024				
DATA	TÍTULO	OBJETIVO(S)	PARTICIPANTES	RESULTADOS ALCANÇADOS
09 de maio	Oficina de Maquetes – reciclagem de materiais Campus Florianópolis	Apoio na organização dos materiais	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
14 de maio	Organização de doações para enchentes RS Campus Florianópolis	Apoio na organização dos materiais	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
24 e 25 de maio	Empreende Brazil Conference Arena OPUS – São José	Apoio na organização – recepção, informações, montagem de kits	Alunos dos cursos de graduação e comunidade em geral	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.

28 de junho	Montagem de kits para eventos e organização de materiais  Campus Florianópolis	Apoio na organização dos materiais	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
03 e 04 de agosto	Stun Festival Game  Floripa Airport - Florianópolis	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das atividades	Alunos dos cursos de graduação e comunidade em geral	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
26 de agosto	Visita ao Campus Florianópolis do Colégio Santa Catarina	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação e alunos e professores do Colégio	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares
16 de setembro	Montagem de Kits para eventos –  Campus Florianópolis	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação e alunos e professores do Colégio	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
21 de setembro	Ratones Cidadã –  Associação dos Moradores de Ratones - Florianópolis	Apoio na organização – montagem, desmontagem, orientações e consultas jurídicas	Alunos dos cursos de graduação e comunidade em geral	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.

22 de setembro	17 <sup>a</sup> BENEFEST- Feijoada beneficente  Parador P 12 - Florianópolis	Apoio na organização – recepção e recreação, montagem e desmontagem	Alunos dos cursos de graduação e comunidade em geral	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
04 de outubro	Feira de Profissões – Colégio ALPHA  São José	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação e alunos e professores do Colégio	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
03 de novembro  Sem fotos	Recepção na prova do ENEM  IEE – Instituto Estadual de Educação – Florianópolis	Distribuição de kit para alunos na prova do ENEM	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
06 de novembro	Curso Livre – Mesa Posta e Etiqueta à Mesa	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das atividades	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
19 de novembro	Formatura do curso Universidade da Criativa Idade	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das atividades	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.

	Campus Florianópolis			
07 e 29 de novembro	Oficinas de Reciclagem Campus Florianópolis - Florianópolis	Apoio na organização – reutilização de materiais, confecção de decoração junina, produção de enfeites para recreação, reutilização de banners	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.

Fonte: Coordenação do Curso, 2025.

**2025**

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>OBJETIVO(S)</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>
23 e 24 de maio	Empreende Brazil Conference Arena OPUS – São José	Apoio na organização – recepção, informações, montagem de kits	Alunos dos cursos de graduação e comunidade em geral	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
09 de junho	Montagem de kits para eventos Campus Florianópolis	Apoio na organização dos materiais	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
11 de junho	Palestra Potência Máxima	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
18 de junho	Feira de Profissões – EEB Aderbal Ramos Da Silva Florianópolis	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
24 de junho	Café com os Gestores Campus Florianópolis	Apoio na organização, recepção e desmontagem	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
01 de julho	Júri Simulado	Organização e encenação dos	Alunos dos cursos de graduação e	Cumprimento das horas do serviço

	Educandário Imaculada Conceição Florianópolis	acadêmicos nos vários papéis do Júri	professores e alunos dos colégios	voluntário e horas complementares.
02 de julho	EEB Jacó Anderle – Florianópolis	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação e professores e alunos dos colégios	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
19 de agosto	Jornada das Profissões Colégio MOHVI – São José	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação e professores e alunos dos colégios	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
23 e 24 de agosto	Stum Games Festival Floripa Airport - Florianópolis	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação e comunidade em geral	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
28 de agosto	Feira de Profissões Colégio Bom Jesus Coração de Jesus Florianópolis	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação e professores e alunos dos colégios	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.

28 de agosto	Feira de Profissões Colégio Santa Terezinha Florianópolis	Apoio na organização – montagem, desmontagem, monitoria das palestras	Alunos dos cursos de graduação e professores e alunos dos colégios	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
28 de setembro	18 <sup>a</sup> BENEFEST-Feijoada beneficente Parador P 12 - Florianópolis	Apoio na organização – recepção e recreação, montagem e desmontagem	Alunos dos cursos de graduação e comunidade em geral	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.
26 de	Montagem de kits para eventos Campus Florianópolis	Apoio na organização dos materiais	Alunos dos cursos de graduação	Cumprimento das horas do serviço voluntário e horas complementares.

Fonte: Coordenação do Curso, 2025.

O curso desenvolveu, no período os seguintes projetos de Extensão:

**Quadro 7** Projetos e Programas de Extensão desenvolvidos pelo Curso

2024			
Título	Objetivo(s)	Participantes	Resultados alcançados
Projeto de Extensão Cidadania em Foco da Grande Florianópolis.	Promover a informação do cidadão para facilitar o acesso à justiça.  Ligar a teoria da sala de aula com a prática forense na defesa dos direitos dos cidadãos.	Alunos voluntários dos cursos de Direito da Grande Florianópolis. Em 2024 o projeto contou com 19 alunos voluntários.	Produção de cartilhas informativas e cards para o Instagram com linguagem acessível.  Engajamento de 95 seguidores diretos no perfil do projeto.  Interligação de teoria e prática.
2025			
Título	Objetivo(s)	Participantes	Resultados alcançados
Projeto de Extensão Cidadania em Foco da Grande Florianópolis.	Promover a informação do cidadão e facilitar seu acesso à justiça.  Ligar a teoria da sala de aula com a prática forense na defesa dos direitos dos cidadãos.  Contribuir para a	Alunos voluntários de várias fases dos cursos de direito da Grande Florianópolis. Em 2025 o projeto cresceu exponencialmente contando com 69 alunos voluntários.	Foram produzidos 91 materiais (como cartilhas e cards) pelos alunos ,  O projeto alcançou 3.297 visualizações acumuladas em rede social.  Além disso, os alunos aprofundaram suas pesquisas e passaram a compreender melhor as questões jurídicas também como problemas sociais.

	educação jurídica da população beneficiada.		
--	--	--	--

Fonte:

Coordenação do Curso, 2025.

## 8. ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS

O DCE – Diretório Central dos Estudantes é uma entidade estudantil que representa todos os estudantes (corpo discente). Congrega vários Centros Acadêmicos (CAs) e proporciona diferentes espaços de discussão e decisões; defende os interesses, as ideias, auxilia na solução de problemas e reivindicações dos direitos dos estudantes da universidade.

O DCE da Univali foi fundado em 1999, e a sua Diretoria é escolhida a cada 2 anos por meio de eleições diretas entre todos os estudantes da graduação.

O papel do DCE e dos CAs é estudar, discutir, definir e lutar pelos interesses do conjunto dos estudantes dentro da Universidade: a qualidade do ensino e a saúde da Universidade.

As Organizações Estudantis que os alunos do Curso participam são:

### - Diretório Central dos Estudantes

O DCE – Diretório Central dos Estudantes é uma entidade estudantil que representa todos os estudantes (corpo discente) de uma instituição de Ensino Superior, como um espaço sujeito a disputas democráticas no campo dos interesses dos estudantes. Congrega vários Centros Acadêmicos (CAs) e proporciona diferentes espaços de discussão e decisões; defende os interesses, as ideias, auxilia na solução de problemas e reivindicações dos direitos dos estudantes da universidade.

O DCE da Univali foi fundado em 1999, e a sua Diretoria é escolhida a cada 2 anos por meio de eleições diretas entre todos os estudantes da graduação.

O papel do DCE e dos CAs é estudar, discutir, definir e lutar pelos interesses do conjunto dos estudantes dentro da Universidade: a qualidade do ensino e a saúde da Universidade.

### Contatos:

Campus Professor Edison Villela (Itajaí): **setor C, sala 101**

**Telefone:** 3341-7617

**e-mail:** [dce@univali.br](mailto:dce@univali.br)

**Facebook:** <https://pt-br.facebook.com/UNIVALIDCE/>

**Instagram:** [@dceunivali](https://www.instagram.com/dceunivali)

### **- Centro Acadêmico**

Um Centro Acadêmico (CA) é uma entidade que representa todos os estudantes de um curso. E para representar, mantém com os mesmos um canal direto e permanente de contato, realizando as discussões, debates, palestras e reuniões, de forma democrática e aberta, a todos que quiserem participar.

Dentre as funções básicas do CA está, principalmente, garantir o contato dos estudantes do curso com os órgãos de representação geral (DCE, Colegiado de Curso, etc.); discutir soluções para os problemas do curso (avaliação dos professores, frequência da turma, mudanças curriculares, rendimento dos alunos), garantir que haja representação dos estudantes nos órgãos colegiados e departamentos, fazer a recepção de calouros, organizar confraternizações e zelar pela universidade, também são importantes funções de um Centro Acadêmico.

Os alunos do Curso de Direito de Florianópolis não possuem CA. Porém, participam de uma Associação Atlética chamada de Associação Atlética Univali Floripa – AAUF.

As atividades da AAUF tiveram início no ano de 2022. As ações realizadas pela AAUF no período de 2024 e 2025 incluem, sem se limitarem: Recepção de calouros no auditório da faculdade; Festas de Confraternização; Divulgação de eventos da faculdade e de seus cursos; Realização de eventos próprios; Divulgação de vagas de estágio e emprego para os alunos.

A AAUF realiza a integração com os docentes e com a gestão do curso através de reuniões com os coordenadores do curso e gerente do campus. A AAUF possui sede na Rodovia, SC-401, 5025 - Saco Grande, Florianópolis - SC, 88032- 005. Os meios de comunicação e redes sociais da AAUF são: E-mail: [aauf.univali@gmail.com](mailto:aauf.univali@gmail.com); Instagram: [aauf\\_oficial](https://www.instagram.com/aauf_oficial).

## **9. FORMAS CONVENCIONAIS DE ACESSO AO CURSO**

A Univali possui uma diversidade de formas de ingresso para Estudantes, tais como: Seletivo Comunitário, Seletivo Univali, Vestibular, Nota do ENEM, Transferência Univali, Diplomados, Egresso Univali e Bolsa Desempenho.

Todas essas formas de ingresso ocorrem com periodicidade trimestral e são regulamentadas por Editais específicos, que podem ser conferidos na página: <https://portal.univali.br/prouni>.

No Seletivo Comunitário pessoas não portadoras de diploma de curso superior podem pleitear essa forma de ingresso, devendo ainda ser a primeira matrícula do aluno em um curso de graduação da Univali, ter renda familiar per capita de até quatro salários mínimos e patrimônio compatível com a situação financeira comprovada, além de ser residente em Santa Catarina.

Já o Seletivo Univali também tem como principal característica o ingresso na Univali sem a realização de prova, basta apresentar o certificado de conclusão do Ensino Médio.

O ingresso pela nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é utilizado na Univali como critério de seleção para o ingresso no curso, além de conceder bolsas de estudos de até 100%.

No ingresso pela Transferência Univali, o aluno ainda obtém uma bolsa de estudos de 30%, durante todo o curso.

Para os portadores de diploma de curso superior, há outras duas formas de ingressar na Univali: Diplomados e Egressos Univali (2ª graduação). Os diplomados, ao apresentarem seus diplomas da primeira graduação, obtém bolsas de 20% e, para os Egressos da Univali, é concedido 25% durante toda a sua segunda graduação.

Outra forma de ingresso nos cursos de graduação da Univali é por meio desempenho das notas no histórico escolar que, além do ingresso, concede Bolsa de até 30% em todo o curso.

A divulgação das formas de ingresso ocorre por meio de programas institucionais direcionados aos alunos concluintes do Ensino Médio, nas escolas das regiões de influência da Instituição. Além disso, há campanhas de marketing específicas para cada forma de ingresso com a utilização de diferentes mídias. E de maneira permanente a Univali divulga as formas de ingresso pelo endereço: <https://www.univali.br>, clicando em “Inscrições e Resultados”.

## **10. APOIO AO DISCENTE**

A Univali oferece ao discente informação impressa, na intranet e na intranet. Constituem Programas de Acolhimento e Acessibilidade ao Ensino Superior da Univali:

- **Portal do aluno** - estruturado na intranet, para que o estudante possa acessar informações acadêmicas, financeiras e serviços da Biblioteca, fazer solicitações e processos como a matrícula on-line, construir seu endereço de correio eletrônico individual e acessar ao programa *Software Legal*, que viabiliza obtenção gratuita de licenças de *softwares*.

- **Vida Acadêmica** – guia disponibilizado por meio da Intranet com informações sobre locais, serviços, atividades que a Universidade oferece, ações interativas, a vida no campus, o calendário acadêmico e setores que dão suporte aos estudantes, relacionados a bolsas, estágios, aprendizagem de idiomas, práticas desportivas, serviços voluntários e eventos, dentre outros.

- **Secretaria Acadêmica** - equipe de funcionários que fornece informações e controla a documentação discente, a qual é arquivada em pastas individuais. A interação entre a Secretaria acadêmica com o aluno realiza-se pela internet, disponibilizada através do aplicativo *mobile* Minha Univali.

- **Comunidade Alumni Univali** – grupo para estabelecer diálogo contínuo com os egressos da Universidade, especialmente da graduação, por meio de site e comunicação via *e-mail* e redes sociais. Tem como direcionamentos fortalecer formandos e egressos para entrada no mercado de trabalho; tornar a participação um hábito; formação continuada e convivência. Com foco na carreira, propõe-se cursos, feiras e *workshops* preparatórios, além de reestruturação de plataforma de oportunidades e conteúdo do Portal Univali Carreiras. Para estimular a participação, a ideia é viabilizar que os Alumni possam integrar-se nas atividades de voluntariado, empreendedorismo e em mentorias. Dentro desta proposta são estruturados encontros de *networking* e ainda, a ampliação do relacionamento para oferta da formação continuada (trilhas formativas), cursos de extensão e formações focadas no desenvolvimento pessoal e profissional.

- **Univali Carreiras** – setor que tem por objetivo integrar atividades dos processos, dos trâmites internos e a ampliação de ações com o intuito de desenvolver a comunidade acadêmica na preparação para o mercado profissional. As ações desenvolvidas atendem empresas, alunos do ensino médio dos colégios da região de abrangência da universidade, acadêmicos da graduação e pós-graduação. Entre as suas atividades estão o gerenciamento dos estágios e monitorias e a divulgação de oportunidades de estágios remunerados, por meio do Banco de Talentos, para alunos da graduação e pós-graduação da Univali. Além disso oferta, semestralmente, programas de apoio à carreira, que conta com o acompanhamento do curso de Psicologia e mentoria de carreira realizada pela psicóloga do setor.

- **Acolhimento aos Discentes** - com o apoio das Escolas do Conhecimento, a Univali estrutura ações permanentes de acolhimento aos discentes ingressantes, esclarecendo e integrando-os ao ambiente universitário, explicitando seus direitos e deveres, bem como, as atividades desenvolvidas na Universidade, no Curso e na Escola. Destaca os programas de

apoio existentes, as possibilidades de participação em pesquisa e extensão e disponibilizada informações sobre eventos, transporte para a universidade e moradia.

- **Brinquedoteca** - espaço de recreação destinado às crianças no período noturno, enquanto seus pais estudam ou trabalham. São oferecidas, durante o período de permanência das crianças, oficinas de literatura, dramatização, expressão corporal, música, jogos pedagógicos, confecção de brinquedos, jogos e brincadeiras.

- **Atendimento Psicopedagógico** - mediação psicopedagógica realizada por profissionais da área de Psicologia (Clínica de Atendimento Psicológico da Univali), com o objetivo de melhora do desempenho acadêmico e profissional. O serviço destina-se a alunos dos Colégios de Aplicação da Univali, da graduação e pós-graduação e funcionários. São promovidas ações de prevenção, intervenção e investigação nas questões de ordem emocional e pedagógica com atendimento e orientação a estudantes e familiares.

- **Atendimento Psicológico** - ações de atendimento psicológico e psicoterapêutico a pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA e seus familiares, no espaço da Clínica Escola de Psicologia. Este atendimento destina-se também aos acadêmicos dos cursos de graduação da Univali, que apresentam algum tipo de sofrimento emocional.

- **Núcleo de Acessibilidade da Univali (NAU)** - Há mais de 20 anos, a Univali disponibiliza um programa de serviços de Atenção aos Discentes com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem, deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e dificuldades de aprendizagem em diferentes níveis. Suas ações têm o propósito de acompanhar os alunos em sua trajetória de aprendizagem no ambiente universitário, promovendo o acolhimento e o seu acompanhamento. Ligado à Pró-Reitoria de Ensino, o NAU possui uma equipe multidisciplinar que oferece orientação especializada a estudantes e suas competências estão centralizadas em ações de inclusão voltadas ao acesso, à permanência e à participação de estudantes na Instituição – acessibilidade metodológica, instrumental e de comunicação. O NAU está localizado fisicamente no Campus Itajaí – Setor B1, Sala 104 – com atendimento das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30 e atende todos os *campi* pelo e-mail [nauinstitucional@univali.br](mailto:nauinstitucional@univali.br).

- **Programa Acolher** - Implantado na Universidade em parceria com o Centro de Valorização da Vida (CVV), o Programa Acolher é uma ação inovadora de apoio ao discente. Visa a promoção da Saúde Mental Universitária e a prevenção e o tratamento ao sofrimento psíquico e a violência de gênero.

- **Atendimento de Urgência e Emergência** – em casos de Urgência e Emergência, a Univali disponibiliza atendimento assistido pelo Bombeiro Privado de Itajaí e também atendimento pelos Brigadistas Voluntários nos seguintes *Campi*: Penha, Florianópolis, São José - Kobrasol, Biguaçu, Tijucas e no Museu Oceanográfico, em Balneário Piçarras. Na ausência do Bombeiro (atendimento assistido), ou em situações que o Bombeiro Privado da Univali esteja realizando outro atendimento ou conduzindo paciente ao Hospital, aciona-se a Brigada Voluntária de Emergência para avaliação do cenário.

- **Atendimento e acolhida ao intercambista** – alunos intercambistas provenientes de universidades estrangeiras conveniadas podem usufruir de Cursos de Língua Portuguesa e atividades de integração à universidade e à cultura brasileira e regional. Os estudantes também possuem o *Buddy Program*: serviço voluntário (prestado pela comunidade acadêmica) de acompanhamento ao estudante de outro país. Além disso, a Instituição oferta cursos semanais pela Escola de Idiomas da Univali, acompanhamento nas matrículas e nas primeiras atividades de inserção nos cursos.

- **Cursos de Língua Portuguesa específicos** – outra iniciativa de inclusão diz respeito ao atendimento às comunidades de língua estrangeira, para quem a Univali mantém cursos de Língua Portuguesa específicos. É aberto a todos os interessados e os acadêmicos de outros países participantes do Programa de Intercâmbio de Alunos (PIA), instituído pela Diretoria de Internacionalização, frequentam essas aulas gratuitamente. Quando em temporada no exterior, os intercambistas da Univali encaminhados pela Diretoria de Internacionalização dispõem, nessas Instituições, de cursos gratuitos do idioma do país escolhido para o intercâmbio.

- **Univali Idiomas** – Inglês on-line – ensino de língua inglesa por meio de uma plataforma on-line oferecida aos alunos dos Colégios de Aplicação da Univali, da graduação e da pós-graduação, funcionários e egressos. Para alunos de graduação, professores e funcionários o curso é gratuito. Para os demais, alunos do CAU, da Pós-graduação e Alumni (egressos), o Inglês on-line um pacote semestral no início de cada semestre mediante pagamento de taxa.

- **Programa de Nivelamento** – tem por finalidade promover aos acadêmicos o conhecimento em patamar adequado para um melhor desempenho e aproveitamento dos conteúdos a serem desenvolvidos nas Unidades de Aprendizagem das disciplinas. Este Programa integra a Política Institucional de apoio aos estudantes, alinhado ao Instrumento de Avaliação do Sinaes, indicador Apoio ao Discente. Por meio deste programa, a instituição desenvolve e/ou intensifica o domínio de conhecimentos específicos de seus estudantes nas áreas de Matemática e Português. O programa é ofertado em períodos que antecedem e/ou

simultaneamente à oferta dos conteúdos relacionados na matriz curricular dos cursos, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e disponibilizado para os estudantes da modalidade a distância.

Quanto ao apoio ao financiamento dos estudos, as oportunidades incluem os seguintes programas (<https://portal.univali.br/bolsas>): Auxílio aos Estudantes Universitários (de acordo com o Art. 192 da Lei Orgânica Municipal), Bolsa Arte e Cultura da Univali, Bolsa Atleta, Bolsa Concessão de Vagas, Bolsa Convênio, Bolsa Egresso, Bolsa Empresa, Bolsa Enem, Bolsa Extensão, Bolsa Grupo Familiar, Bolsa Intercâmbio, Bolsa Mérito Estudantil, Bolsa Ouro, Bolsa Pesquisa, Bols Reingresso, Certidão de Estudo Externa, Certidão de Estudos Interna, Programa Sou + Univali; Seletivo Comunitário; Seleção Top 3, Segunda Graduação, Top 30 presencial, vagas remanescentes, Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU (com recursos garantidos pelo Artigo 170 e 171 da Constituição do Estado) e Programa Universidade Gratuita. Em termos de financiamento: Programa de Financiamento Estudantil – FIES e de Apoio Financeiro a Estudantes.

Intercâmbios também são oferecidos e ficam sob os cuidados da Diretoria de Internacionalização, cuja missão é inserir a Univali no cenário acadêmico internacional, fortalecendo a cooperação e a interação com instituições de ensino superior estrangeiras. Os Cursos estimulam ações neste sentido, propiciando a oferta de eventos científicos, palestras e fóruns com profissionais e instituições nacionais e estrangeiras, socializando experiências de docentes e acadêmicos em projetos nacionais e internacionais. (<https://www.univali.br/intercambio/Paginas/default.aspx>).

### **10.1 Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais**

Desde os anos de 1990, a Univali disponibiliza serviços de atenção ao discente, inicialmente por meio da implantação do Setor de Orientação e Assistência ao Educando (SOAE). Nos anos 2000, fez avançar essa política com a implantação do Programa de Atenção a Discentes, Egressos e Funcionários – PADEF, para acolhimento em forma de apoio psicopedagógico, às áreas auditiva e visual. Considerando-se a constante atualização da legislação, os processos de regulação, avaliação e supervisão da Educação Superior implantados pela Lei nº 10.861/04, que instituiu o SINAES, o Decreto nº 5773/06, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2012 e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o PNE, em 2014 tomaram-se medidas para implantação do Núcleo de Acessibilidade da Univali – NAU, em substituição ao PADEF. O NAU está localizado

fisicamente no Campus Itajaí – Setor B1, Sala 104 – com atendimento das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30 e atende todos os campi pelo e-mail nauinstitucional@univali.br.

Empenhada em reduzir e, com o tempo, eliminar barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, a Universidade do Vale do Itajaí mantém um setor dedicado a disseminar políticas de inclusão que promovam a igualdade de condições para todos. O Núcleo de Acessibilidade da Univali está à disposição dos alunos e, entre seus objetivos, acompanha os alunos em sua trajetória de aprendizagem no ambiente universitário. Ligado à Diretoria de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino.

O objetivo do NAU é promover o acolhimento, o acompanhamento de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e dificuldades de aprendizagem em suas trajetórias no ambiente escolar nos seus diferentes níveis. O setor é composto por uma equipe multidisciplinar que oferece orientação especializada a estudantes, e suas competências estão centralizadas nas ações de inclusão voltadas ao acesso, à permanência e participação de estudantes, além do assessoramento a comunidade acadêmica nas atividades desenvolvidas na Instituição. A Instituição propicia também adequação arquitetônica dos espaços físicos.

**Atendimento e Apoio a Acessibilidade:** Após a declaração do acadêmico na matrícula, informando que possui alguma deficiência, o setor promove o acolhimento realizando os atendimentos iniciais. Estes atendimentos são presenciais, remotos ou via e-mail e telefone. No primeiro contato, busca-se conhecer a pessoa e sua demanda para que seja ofertado o melhor recurso de acessibilidade. Se necessário, a equipe faz o encaminhamento para outros serviços da Universidade. Após conhecer o acadêmico na sua subjetividade, confirmar a sua deficiência, ele é inserido no Banco de Dados e passa a ser acompanhado sistematicamente pela equipe. Importante afirmar que nem todos os acadêmicos com deficiência demandam recursos de acessibilidade, e, quando necessitam, eles são ofertados junto aos professores e Coordenação, com a aprovação do acadêmico.

**Recursos de acessibilidade:** são ofertados respeitando a subjetividade de cada indivíduo, podendo ser tecnológicas e/ou de comunicação/informação, conforme a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que estabelece que o acesso e a adaptação sejam garantidos às pessoas com deficiência. Partindo do pressuposto de que a exclusão decorre da relação entre as pessoas e as barreiras de natureza cultural, social, econômica e política, materializadas nas condições educacionais, laborais, arquitetônicas e comunicacionais, dentre outras, a Convenção determina, em seu artigo 24, que para efetivar o direito das pessoas com deficiência à educação, deve-se

assegurar um sistema educacional inclusivo, ao longo da vida. Dessa forma, é fundamental a oferta de recursos de acessibilidade com qualidade, pois é a partir dos acessos que serão eliminadas as barreiras que atrapalham o desenvolvimento do sujeito com deficiência.

#### **- Deficiências e seus recursos de acessibilidade**

**Deficiência Intelectual:** A Área Intelectual atende as pessoas com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, Transtornos Específicos de Aprendizagem (Dislexia, Discalculia e Disgrafia), Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Altas Habilidades/Superdotação e Dificuldades Gerais de Aprendizagem (dificuldades de adaptação, dificuldades de interação social com colegas e professores, processamento cognitivo reduzido, dentre outros). Para estas demandas existem atendimentos individuais e/ou grupos de estudo e outras atividades formativas que ocorrem ao longo do ano letivo para a comunidade acadêmica. Ainda, com vistas à uma adaptação efetiva no que concerne ao processo de aprendizagem de cada discente, algumas estratégias específicas são adotadas.

**Deficiência Visual e Auditiva:** A área Sensorial subdivide-se em Auditiva e Visual. Essa área atende acadêmicos que possuem desde baixa audição/visão à surdez ou cegueira. Em relação aos recursos da deficiência visual, o apoio pode dar-se com máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada a computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, acervo bibliográfico em fitas de áudio, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a um computador, acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em braile. Aos alunos com deficiência auditiva, o apoio pode se dar por meio de intérpretes de língua de sinais, especialmente durante a realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito, dando flexibilidade na correção das provas, valorizando o conteúdo semântico e aprendido da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita.

O artigo 21 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que trata da liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação, versa sobre as medidas para assegurar às pessoas com deficiência o direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha.

**Deficiência Física:** As solicitações de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência física variam conforme a mobilidade e lesão instalada no corpo.

Exemplos de recursos de acessibilidade ofertados pelo NAU: Atendimento psicopedagógico (organização dos estudos, rotina, estratégias de aprendizagem, e de avaliação, etc.); Tempo estendido de prova (prova sala separada/no computador/ampliada); Mobilidade (salas de fácil acesso, recurso humano para locomoção, cadeira adaptada, tecnologias assistivas, etc.); Texto ampliado, braille, descrição da imagem, vídeo adaptado; Orientação passo a passo das plataformas de estudo remotas/híbrido e presencial; Interprete de Libras, legenda, prioridade para sentar-se na frente, alteração de texto por imagem, leitura labial; Orientação sobre o uso do abafador/sentar longe da janela para alunos autistas que são sensíveis ao barulho; Orientação sobre o Cão guia; Auxílio no trajeto e mobilidade com alunos cegos e autistas; Solicitação de material antecipado aos professores; Ledor e transcritor de provas.

A educação inclusiva deve ser um espaço de acolhimento da diversidade, constituindo-se em um ambiente relacional que possibilita a interação entre os acadêmicos, promovendo o conhecimento mútuo e a auto compreensão. Esse processo contribui para que todos se sintam valorizados em suas diferenças, fortalecendo a inclusão no ambiente universitário.

Além disso, o NAU participa também do Macroprograma Trilhas Formativas, promovendo oficinas e palestras sobre Acessibilidade, Deficiências e afins. O Núcleo participa de conselhos de direitos e estabelece parcerias com instituições não-governamentais que atendem pessoas com deficiência, entre outras iniciativas de atuação também na comunidade.

Questões que não competem ao NAU são direcionadas para outros setores, como clínicas da área da saúde dentre da Univali (Programa Acolher (Saúde Mental) e Clínica Escola de Psicologia). O NAU conta ainda com o setor de Serviço Social quando necessário, como também dispõe da opção de encaminhamentos para as redes de atenção do Sistema Único de Saúde.

No que se trata de dissolver as barreiras arquitetônicas da Universidade, conta no campus: informações visuais para sinalizar vagas disponíveis no estacionamento, utilizando o símbolo internacional de acesso; os trajetos para as diversas áreas do campus estão livres de obstáculos (escadas) para o acesso das pessoas que utilizam cadeira de rodas e há rampas para acesso aos demais pavimentos; nas salas, laboratórios e ambientes comuns há espaço para a circulação de cadeirantes; tem-se banheiros adaptados disponíveis em todos os blocos; há faixas no piso, com textura e cor diferenciadas para facilitar a identificação do percurso para deficientes visuais e placas de identificação do mapa do campus com os signos em Braille, atendendo às disposições da Constituição Federal/1988, da Lei Nº 10.098/2000, dos Decretos Nº 5.296/2004 e Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011/99, da NBR 9050/2004, da ABNT

e da Portaria Nº 3.284/2003, que balizam a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Equipe NAU presta os mesmos atendimentos aos alunos da modalidade EaD, tendo liberação de acesso às plataformas digitais para verificações contínuas de acessibilidade, produção de vídeos informativos com interpretação/tradução em libras após publicações dos professores conforme cronograma estabelecido com Equipe EaD, produção de materiais adaptados (transcrição de atividades imagéticas para textos) e atendimentos via canais institucionais remotos: e-mail; telefone.

O NAU confirma que os diversos espaços onde ocorrem as relações de ensino-aprendizagem são adequados para as dinâmicas das diferentes disciplinas e conteúdos, tendo como pressuposto implantar e implementar no cotidiano pedagógico o uso de metodologias que desenvolvam o raciocínio, a precisão de conceitos, o crescimento em atitudes de participação e crítica que se apresentam como fatores relevantes para acessibilidade, tanto pedagógica quanto atitudinal, percebendo o processo de inclusão como permanente, participativo e dinâmico.

## **11. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Na Univali, a Avaliação Institucional, reconhecida no Sinaes como autoavaliação, sob a denominação de Programa de Avaliação Institucional da Univali – Paiuni, faz parte da política institucional da Universidade. Com uma trajetória histórica de mais de duas décadas, têm se firmado e evidenciado seu potencial como ferramenta de gestão universitária, para a garantia da qualidade de ensino e das demais necessidades/recursos/insumos que integram seu desenvolvimento e o seu processo de autoavaliação institucional. O Programa de Avaliação Institucional da Univali iniciou na década de 1990 e encontra-se consolidado. Com a promulgação da Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a Univali deu continuidade a esse programa, ampliando-o para diferentes aspectos.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Univali, em atenção à legislação federal, foi criada pelo Conselho Universitário (CONSUN) por meio da Resolução nº 042/CONSUN/2004 e homologada pela Resolução nº105/CONSUN/2004, na condução dos processos de avaliação internos da instituição a partir da coleta, sistematização e análise de informações, além do fornecimento de dados ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) por meio de relatório elaborado anualmente.

Constituída por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária (docentes, discentes e técnico-administrativos), além de membros da sociedade civil, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Univali foi inicialmente organizada a partir do campus sede, em Itajaí. Até dezembro de 2016, manteve-se como um único comitê, quando teve seu Regulamento alterado.

Em 21 de maio de 2018, a Resolução nº 056/CONSUN/2018 instituiu um novo marco regulatório, estabelecendo uma estrutura composta por um Comitê Central (no campus sede), pelo Comitê Regional dos *Campi* de Balneário Camboriú e Tijucas e pelo Comitê Regional dos Campi da Grande Florianópolis. Essa organização passou a atuar com o apoio de uma equipe técnica e de uma Secretaria.

O marco mais recente ocorreu em 17 de junho de 2025, com a aprovação de uma nova alteração no Regulamento da CPA. A partir dessa atualização, a estrutura da Comissão passou a ser organizada em três instâncias articuladas:

- Comitê Estratégico, responsável por planejar e acompanhar as políticas e ações de Avaliação Institucional em todas as etapas e níveis;
- Comitê Executivo, encarregado do monitoramento e da execução das ações previstas;
- Estrutura de Apoio, formada pela equipe técnica e pela Secretaria.

No novo arranjo, cabe à equipe técnica a sistematização dos dados e informações que fundamentam o Relatório da CPA. Já a Secretaria mantém o apoio operacional às atividades da Comissão, incluindo a organização e secretariação das reuniões.

No período de 2019 a 2022, a Avaliação Institucional passou por importantes transformações metodológicas, que abrangeram desde a concepção das etapas de pesquisa até a forma de divulgação dos resultados aos participantes. Essas mudanças foram motivadas por uma metaavaliação realizada em 2018, na qual discentes e docentes apontaram a necessidade de aprimoramentos tanto no instrumento quanto na aplicação da Avaliação Institucional, dando origem ao projeto que se consolidaria como o FazAí.

O processo de redesenho da Avaliação Institucional foi conduzido pela CPA, em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino, que atuou de forma articulada na definição das etapas e no planejamento das transformações necessárias. Esse trabalho conjunto estruturou as bases de uma nova abordagem para a avaliação, mais alinhada às demandas da comunidade acadêmica e às tendências de inovação tecnológica e metodológica.

Como resultado desse esforço, a Avaliação Institucional passou a ter uma nova identidade e

uma estratégia de comunicação mais direta com seus públicos. Sob o nome FazAí, a avaliação adotou um modelo de acessibilidade ampliada, com todas as pesquisas sendo aplicadas via aplicativo móvel — o Minha Univali — disponível para dispositivos Android® e iOS®. Essa mudança possibilitou que estudantes, professores e colaboradores respondessem às pesquisas de qualquer lugar e a qualquer momento, tornando o processo mais flexível e aderente às rotinas da comunidade universitária.

O redesenho metodológico incluiu, ainda, quatro premissas centrais: (1) **Pesquisa acessível**, com aplicação e consulta de resultados diretamente no aplicativo móvel; (2) **Pesquisa mais independente**, priorizando menor interferência externa e garantindo processos de sensibilização, aleatoriedade e consistência; (3) **Integração entre FazAí e desempenho acadêmico**, mediante o uso de métodos estatísticos e ciência de dados para identificar possíveis vieses; e (4) **Ampliação da divulgação dos resultados**, proporcionando retorno mais transparente e acessível, inclusive aos estudantes.

O questionário aplicado pelo FazAí também foi redesenhado para acompanhar a lógica de agilidade da plataforma, adotando formatos de resposta mais práticos e adequados ao uso em dispositivos móveis. Por estar integrado ao aplicativo Minha Univali, o FazAí estabelece um contato direto com seus públicos, utilizando o sistema de notificações para comunicar a abertura, o andamento e a finalização das pesquisas. Essa dinâmica permite que o participante acompanhe o processo em tempo quase real, com acesso rápido e simplificado às informações relevantes.

Ao término de cada pesquisa, os dados são consolidados e analisados pela equipe da Diretoria de Ensino, em conjunto com a CPA. A devolutiva dos resultados é direcionada conforme o público-alvo. Para os estudantes, as informações são disponibilizadas diretamente no aplicativo, apresentando as médias da Universidade, da Escola do Conhecimento e do Curso no item avaliado. Para os docentes, é gerado um boletim individual que também pode ser consultado no aplicativo, permitindo visualizar seus resultados e compará-los com os desempenhos do Curso, da Escola e da Universidade. Já os Gestores — Administração Superior, Diretores de Escola e Coordenadores de Curso — têm acesso às informações completas por meio do aplicativo de *Business Intelligence* (BI), onde são disponibilizados todos os indicadores e dimensões avaliadas.

O *Business Intelligence* do FazAí oferece aos Gestores uma visão integrada e dinâmica das pesquisas, abrangendo resultados específicos de cada Curso e toda a série histórica dos indicadores. A ferramenta contempla desde aspectos de Gestão e Coordenação até o desempenho docente, possibilitando análises mais consistentes para o planejamento de

ações de melhoria contínua. Dentro desse ambiente, destaca-se o Boletim dos Professores, que permite acompanhar o desempenho individual de cada docente, com médias gerais e específicas por disciplina, além de análises por turma e turno. O BI também possibilita comparações entre disciplinas e entre diferentes períodos históricos, ampliando a capacidade de diagnóstico e tomada de decisão da gestão acadêmica.

Entre 2019 e 2022, a aplicação das pesquisas institucionais passou por diferentes fases, acompanhando as transformações acadêmicas e metodológicas do período. Em 2019, foram realizadas cinco pesquisas, incluindo a avaliação das Disciplinas Regulares e dos Cursos de Educação a Distância no primeiro semestre, além da Autoavaliação Docente, da pesquisa de Curso e Coordenação e da avaliação das Disciplinas Digitais no segundo semestre.

Em 2020, com a pandemia, a Avaliação Institucional foi adaptada para o formato “FazAí Em Casa”, garantindo a continuidade das coletas em ambiente totalmente remoto, mas com atividades síncronas entre professores e estudantes. Naquele ano, as pesquisas concentraram-se na avaliação da transposição do ensino presencial para o remoto e nas disciplinas regulares, digitais, projetuais e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mantendo o cronograma previsto das dimensões avaliadas.

Nos anos de 2021 e 2022, retomou-se a regularidade dos processos avaliativos no Ensino Superior, tanto na modalidade presencial quanto a distância. As pesquisas abrangeram novamente todas as tipologias de disciplinas — regulares, digitais, projetuais e TCC — e foram aplicadas de forma ampla a alunos e professores.

Quanto ao engajamento da comunidade acadêmica, as taxas de participação permaneceram relativamente estáveis no período. A adesão discente passou de 33,2% em 2021 para 35% em 2022, indicando leve crescimento no envolvimento dos estudantes. Entre os docentes, a participação foi de 56,9% em 2021 e de 50,7% em 2022, mantendo-se em patamar considerado positivo e demonstrando o compromisso da maioria dos professores com a Avaliação Institucional.

Em 2023, a Avaliação Institucional passou por mais uma mudança metodológica com a implantação de um projeto piloto voltado aos discentes. A inovação central consistiu na criação de estratos que consideraram diferentes estágios do percurso acadêmico — ingressantes, alunos de meio de jornada, concluintes e egressos — com instrumentos específicos para cada grupo, sendo a pesquisa com egressos realizada via plataforma Alumni. Além disso, foi adotada a pesquisa por amostragem para alunos de meio de jornada e concluintes, permitindo otimizar a coleta de dados e garantir representatividade estatística. A autoavaliação docente manteve o modelo censitário, considerando a totalidade dos

professores. Em 2024, essa metodologia foi consolidada, com a continuidade da amostragem para os discentes e da aplicação censitária para os docentes.

Os resultados do FazÁi 2023-2024 abrangeram as pesquisas com alunos de meio da jornada, concluintes, autoavaliação docente e percepção específica dos concluintes. No entanto, em razão da estratégia amostral adotada, grande parte dos cursos não atingiu o número mínimo de respondentes necessário para garantir representatividade estatística por Curso. Por esse motivo, os resultados consolidados foram apresentados apenas nos níveis geral da Universidade e por Escola do Conhecimento, assegurando validade e possibilidade de generalização das análises.

Mesmo sem representatividade formal por Curso, os dados coletados foram utilizados no processo interno de análise e planejamento de melhorias. Comentários abertos e tendências observadas, ainda que provenientes de grupos reduzidos, contribuíram para diagnósticos locais e para o desenvolvimento de estratégias de sensibilização e engajamento da comunidade acadêmica. Nesse contexto, os Coordenadores de Curso foram convidados a refletir sobre as evidências disponíveis e registrar nos Projetos Pedagógicos dos Cursos as ações decorrentes da Avaliação Institucional, reforçando o compromisso de cada Curso com o processo avaliativo e seu papel estratégico no aprimoramento contínuo da formação acadêmica.

A pesquisa de Avaliação Institucional aplicada aos alunos analisou a atuação e o desempenho docente com base em seis eixos temáticos: cumprimento das atividades programadas no plano de ensino, domínio do conteúdo, estratégias de ensino que favorecem a aprendizagem, estímulo à autonomia e ao senso crítico, discussão dos resultados das avaliações com a turma e promoção de valores e atitudes éticas. Os resultados obtidos permitiram identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria no processo de ensino-aprendizagem, além de oferecer subsídios para ações formativas e de valorização docente.

Em relação à pesquisa com alunos de meio da jornada acadêmica, em 2023 participaram 1.715 estudantes, o que correspondeu a 24,7% da amostra sorteada. No ano de 2024, a participação aumentou significativamente, com 3.331 respondentes e um percentual de cobertura de 34,3%.

A comparação dos resultados evidencia um cenário de estabilidade com leve tendência de melhoria na percepção acadêmica. No eixo “Cumprimento das atividades programadas no plano de ensino”, a média geral passou de 9,16 em 2023 para 9,22 em 2024, indicando maior consistência no cumprimento do planejamento docente. De forma semelhante, no eixo “Domínio do conteúdo”, a média evoluiu de 9,26 para 9,33, reforçando a percepção positiva

quanto à segurança e ao domínio demonstrados pelos professores. Esses resultados sugerem continuidade na qualidade do ensino ofertado e aprimoramento gradual das práticas pedagógicas observadas pelos estudantes.

Na pesquisa com alunos concluintes, em 2023 participaram 431 estudantes (23,1% da amostra sorteada) e, em 2024, 831 alunos (29,4% da amostra). Assim como no grupo de meio da jornada, também se observa evolução positiva na percepção sobre o trabalho docente. No eixo “Cumpre as atividades programadas no plano de ensino”, a média geral passou de 9,09 em 2023 para 9,24 em 2024, indicando maior alinhamento entre planejamento e execução das atividades na etapa final do curso. Já no eixo “Tem domínio do conteúdo”, a média aumentou de 9,29 para 9,40, demonstrando que os concluintes reconhecem, de forma ainda mais expressiva, a solidez e profundidade do conhecimento dos professores. Esses resultados refletem a maturidade crítica dos estudantes ao final da formação e sugerem avanços consistentes no desempenho docente percebido nesse segmento.

Quanto à autoavaliação docente, em 2023 responderam à pesquisa 492 professores (59,3% do total da Univali) e, em 2024, 483 professores (55,3%). Os resultados revelam a manutenção de um padrão elevado de percepção sobre a própria atuação, característica recorrente nos diferentes eixos avaliados. No item “Promovo a vivência de valores e atitudes éticas”, a média evoluiu de 9,64 para 9,67, evidenciando o compromisso dos docentes com práticas éticas no cotidiano acadêmico. No eixo “Tenho domínio do conteúdo”, as médias permaneceram estáveis em 9,59 nos dois anos, reforçando consistência e confiança no domínio das áreas de conhecimento. Já no item “Cumpro as atividades programadas no plano de ensino”, a média passou de 9,56 para 9,60, indicando reforço da percepção de responsabilidade e organização no desenvolvimento das atividades acadêmicas. As elevadas médias como um todo refletem a confiança dos professores em seu desempenho e a valorização das práticas pedagógicas que adotam.

Na pesquisa de percepção geral do Curso, em 2023 participaram 132 estudantes (18,7% da amostra sorteada) e, em 2024, 229 estudantes (18,6%). Os resultados evidenciam tendência positiva de evolução em aspectos importantes para a qualidade da formação. No indicador “O Curso propiciou experiências de aprendizagens inovadoras”, a média aumentou de 8,27 para 8,66, sinalizando que as estratégias pedagógicas, metodologias ativas e práticas diferenciadas implementadas têm ampliado a inovação e diversificado as experiências dos estudantes. Já o item “As atividades e/ou trabalhos de conclusão de curso contribuíram para qualificar sua formação profissional” manteve estabilidade em um patamar elevado, com média de 8,82 nos dois anos, reforçando o reconhecimento do valor formativo do TCC e das

atividades integradoras finais.

De forma geral, os resultados revelam que os cursos têm conseguido avançar em aspectos relacionados à inovação pedagógica, ao mesmo tempo em que mantém qualidade consolidada nas atividades de conclusão. Esse conjunto de evidências aponta para a coerência entre a proposta formativa, as práticas docentes e a percepção discente ao longo do período avaliado.

Os resultados apresentados demonstram que os cursos mantêm um padrão consistente de qualidade percebida, com avanços graduais em diferentes dimensões da prática docente e da experiência acadêmica. A convergência entre as percepções de alunos de meio de jornada, concluintes e docentes evidencia um ambiente educativo que valoriza o planejamento, o domínio do conhecimento e o compromisso ético, ao mesmo tempo em que busca fortalecer práticas inovadoras e métodos que ampliem a aprendizagem. A estabilidade das médias em patamares elevados, combinada com os incrementos observados em 2024, reforça que as ações formativas, as estratégias pedagógicas adotadas e os processos de acompanhamento institucional têm gerado efeitos positivos na qualidade do ensino. Esses resultados oferecem subsídios importantes para a continuidade do aprimoramento pedagógico e para o fortalecimento de uma cultura institucional orientada ao desenvolvimento docente e à excelência acadêmica.

## **12. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

A avaliação do desempenho acadêmico na Univali assume a cultura da avaliação formativa, que busca auxiliar o ensino e orientar a aprendizagem, conforme procedimentos estabelecidos no Regimento Geral da Universidade.

A avaliação neste paradigma é concebida como um processo mediador na construção do currículo intimamente ligada à gestão da aprendizagem dos alunos e tem como objetivos: esclarecer acadêmicos e professores sobre o processo de aprendizagem em ação; privilegiar a autorregulação do processo ensino/aprendizagem; diversificar a prática pedagógica; explicitar o que se espera construir e desenvolver por meio do ensino; tornar os dispositivos e critérios de avaliação transparentes; ampliar o campo de observação dos avanços e progressos do aluno pelo uso de variados instrumentos, procedimentos e critérios de avaliação.

Estes objetivos se viabilizam nas normas regimentais vigentes e por meio da transparência dos instrumentos e critérios de avaliação divulgados no plano de ensino, da publicação

periódica das médias parciais, da diversificação dos instrumentos e da devolução, discussão e análise dos resultados com os acadêmicos.

Ao assumir a concepção da avaliação formativa a instituição busca qualidade de ensino por meio da interação ensino/aprendizagem/avaliação. O atual sistema de avaliação resulta do compromisso da Universidade e de seus professores em promover uma avaliação capaz de possibilitar aos alunos a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes para a sua formação estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso.

O ensino deve possibilitar situações de aprendizagem que conduzam o acadêmico a interagir criticamente com o conhecimento avaliado, relacionar novos conhecimentos a outros anteriormente adquiridos, estabelecer e utilizar princípios integradores de diferentes ideias e estabelecer conclusões com base em fatos analisados.

A avaliação compreende a frequência e o aproveitamento nos estudos, este expresso em notas, os quais deverão ser atingidos conjuntamente, será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que não obtiver frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para a disciplina. Para as atividades de conclusão de curso, poder-se-á exigir frequência superior a 75% e média acima de seis, desde que previsto em regulamento próprio, aprovado pelo CONSUN-CaEn.

O registro das notas e frequência é efetuado no diário *on-line*, no final do semestre é impresso, assinado e entregue à coordenação e arquivado na Secretaria Acadêmica.

Os instrumentos de avaliação, os respectivos critérios e pesos são definidos previamente no plano de ensino e/ou redefinidos no decorrer do semestre com ciência dos acadêmicos, devendo resultar em três médias parciais: M1, M2, M3. Os resultados das avaliações são objeto de discussão e análise junto aos acadêmicos de acordo com as normas em vigor. É facultado ao acadêmico requerer revisão da avaliação à coordenação do curso, observando-se as normas específicas aprovadas pelo CONSUN-CaEn.

As médias parciais são publicadas, aproximadamente, nos períodos que completam um terço, dois terços e ao final da carga horária da disciplina expressas por notas, graduadas de zero a dez, com duas casas decimais, sem arredondamento.

A média final para aprovação na disciplina deverá ser igual ou superior a seis não podendo ser fracionada aquém ou além de zero vírgula cinco, obtida da média aritmética simples das três médias parciais. As frações intermediárias da média final são arredondadas conforme estabelecido no Regimento Geral da Univali.

Os critérios do sistema de avaliação e de frequência das disciplinas a distância podem ser distintos da modalidade presencial aprovados pelo CONSUN-CaEn.

Considerando que o processo de ensino necessita desenvolver no estudante atributos que o ajudem a desenvolver o raciocínio, criando a capacidade de processamento de informação para que consiga se instrumentalizar adotando meios próprios de expressão do seu pensamento, as disciplinas do curso buscam utilizar instrumentos que contribuam para este processo de aprendizagem e que são aplicados em todo o processo do curso. Nesse sentido destacam-se os seguintes instrumentos no processo de ensino e avaliação: análise de texto e análise de imagem; avaliações coletivas; desenvolvimento de projetos; prova escrita; prova prática; pesquisa teórica; produção de imagem; resenha; seminário; trabalho individual; trabalho em grupo; saídas técnicas; narrativas imagéticas; proposições com profissionais de mercado empregando tecnologias de comunicação e outros.

Balizado pela concepção de avaliação formativa, o Curso aperfeiçoa a metodologia de ensino num esforço conjunto de adoção de estratégias de ensino e instrumentos de avaliação coerentes com as competências profissionais esperadas. Para tanto, entende-se que o acadêmico necessita de momentos individuais de aprendizagem e de momentos de socialização de seus conhecimentos e habilidades. prova escrita, prova prática e trabalhos técnicos, produções textuais, de vídeos, infográficos e relatórios, conforme as especificidades de disciplinas e uso de softwares e equipamentos. Nos momentos de socialização, predominam as apresentações orais e os debates.

### **13. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

Os Cursos ofertados pela Univali incorporam continuamente as TICs, por meio de diversas ferramentas, destacando-se nas disciplinas a distância o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a Jornada Docente, a Biblioteca Virtual, o Avalia e o Atendimento Virtual ao Aluno.

As tecnologias adotadas nos cursos EaD e nas disciplinas digitais propiciam diversas interações: professor tutor – aluno; aluno – aluno; aluno – tutor técnico-administrativo; aluno – Coordenação de curso; aluno – Coordenação de EaD; aluno – Secretaria Acadêmica.

Ciente da relevância de canais eficientes de comunicação, a IES oferece ao estudante diferentes canais de comunicação que permitem realizar chamadas para esclarecimento de dúvidas sobre os serviços oferecidos, além de acolhimento de reclamações, sugestões e

solicitações diversas. São eles: Sala da Coordenação/Comunidade do Curso; Portal do Aluno; Mural de Interação, *WhatsApp*, E-mail, Telegram e Ouvidoria.

Cabe destacar que, para manter contato com a Coordenação de Curso, o aluno tem acesso, no Ambiente Virtual EaD, à aba Comunidades, uma sala virtual da coordenação com diversas informações acerca do Curso ao qual se vincula, como matriz, contato do(a) coordenador(a), eventos, estágios e atividades complementares.

As Tecnologias de Informação adotadas no âmbito da Univali Digital promovem grande adesão e interatividade dos atores que buscam essa modalidade de ensino na Instituição. Permitem expressiva acessibilidade digital e comunicacional ao longo de toda a jornada e são acompanhadas pelos Professores Tutores, Tutor Administrativo e Coordenador de curso para que os resultados dos relatórios gerados sirvam para implementar, de forma continuada, técnicas de gerenciamento nas diversas áreas da Univali Digital. As contribuições dos recursos e dos processos de ensino-aprendizagem, mediados por TICs, são especialmente analisadas na avaliação institucional, provocando tomadas de decisões no atendimento às proposições registradas pelos estudantes e tutores nela envolvidos.

Vale acrescentar ainda que as TICs permitem ao acadêmico grande flexibilidade, na medida em que ele tem acesso aos materiais e recursos didáticos adotados no âmbito dos cursos digitais da IES em qualquer hora e lugar, valendo-se de diversos dispositivos – PC, notebook, tablet, smartphone.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem oferece condições para que experiências diferenciadas de aprendizagem ocorram nas disciplinas de práticas imersivas - Projetos Integradores e similares. Nestes ambientes, os alunos interagem entre si, via mural de interação, webconferência ou fórum, com a possibilidade de realizar trabalhos em grupos on-line, seminários de compartilhamento de experiências, além realizar as atividades avaliativas, no caso dos projetos com foco na profissão.

A Biblioteca A é a ferramenta que propicia o acesso dos acadêmicos a centenas de obras digitais sobre os mais diversos assuntos e áreas do conhecimento, e vivenciam a experiência da leitura ativa, o que significa ler, escutar, assistir, interagir e simular o que aprendeu a qualquer hora e lugar. Todo o material fica à disposição da comunidade acadêmica.

Da mesma forma, o Professor Tutor tem à sua disposição na plataforma várias ferramentas de gestão da disciplina (Analytics), que permitem monitorar o engajamento dos acadêmicos, possibilitando um mapeamento fidedigno da trilha de aprendizagem percorrida pelo aluno ou por turma, inclusive com dados de desempenho e tempo de participação. Isso permite que se

faça um contato periódico com os alunos, dando feedbacks e estimulando a participação e o engajamento.

Em paralelo ao uso desses recursos de ensino-aprendizagem, o corpo docente adota outras tecnologias, como as redes sociais, para compartilhamento de informações e apresentações. A Universidade mantém uma rede *wireless* de qualidade, acessível a todos os alunos da Instituição e laboratórios de informática com máquinas atualizadas em todos os *campi*. Também disponibiliza aplicativos móveis – *mobile* – desenvolvidos pela Instituição para seus acadêmicos. Em paralelo ao uso desses recursos de ensino-aprendizagem, o corpo docente adota outras tecnologias, como as redes sociais, para compartilhamento de informações e apresentações.

No momento, os acadêmicos da Univali contam com dois aplicativos: o acesso de informações do Portal do Aluno e o Aplicativo Minha Univali. Tal sistema de comunicação proporciona uma interação dinâmica e eficaz no processo ensino-aprendizagem, com ferramentas que objetivarão proporcionar maior interatividade e experiências diferenciadas de aprendizagens. Modalidades de jogos, interação e comunicação virtuais e digitais serão sempre previstas tendo em vista o acompanhamento ao avanço tecnológico nacional e internacional.

A Universidade mantém uma rede *wireless* de qualidade, acessível a todos os alunos da Instituição e laboratórios de informática com máquinas atualizadas em todos os *campi*. Também disponibiliza aplicativos móveis – *mobile* – desenvolvidos pela Instituição para seus acadêmicos.

## **B - CORPO DOCENTE**

### **1. QUADRO DOCENTE**

Desde sua fundação, a Univali oferta um ensino de qualidade e o corpo docente é parte importante dessa ação, pois figura entre suas responsabilidades a análise dos conteúdos integrantes dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente.

Dessa forma, o Curso de Direito conta com um corpo docente formado de professores qualificados, com titulação obtida em programas de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* (reconhecidos pela CAPES), e atuação profissional de qualidade e com sólida afirmação no mercado. Esta qualidade está expressa nos resultados do trabalho desenvolvido em conjunto aos alunos, geradores de publicações (nacionais e internacionais), projetos de pesquisa e de extensão, ações comunitárias e prestação de serviços.

Em relação à titulação do seu Corpo Docente, em dezembro de 2025, o Curso de Direito conta com 21 docentes, sendo 42,85% doutores, 52,38 % mestres e 4,77% especialistas. Dessa forma, o Curso tem seu corpo docente composto por 95,25% entre mestres e doutores.

As características referentes à formação específica e titulação do corpo docente se apresentam compatíveis aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas desenvolvidas e às características da concepção do Curso. Com isso, a universidade busca proporcionar uma formação profissional aos acadêmicos compatível com as exigências do mercado, contextualizada e operacionalizada por práticas aliadas às teorias estudadas e com a concepção da instituição, por meio de uma educação de qualidade, inovadora, voltada para a comunidade e apoiada pela pesquisa, tecnologias e experiências internacionais.

Esses professores, com perfis que aliam titulação, experiência profissional e acadêmica para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem apresentam atitudes de acolhimento e liderança; assumem o compromisso com a contextualização dos conteúdos, abordando a relevância e conexão destes na atuação profissional e acadêmica; apoiam o estudante na superação das suas dificuldades; ofertam atividades específicas para a promoção da aprendizagem, utilizando estratégias de ensino diversificadas, ativas e colaborativas. Para o acompanhamento do desenvolvimento do processo são aplicadas avaliações formativas, cujos resultados são utilizados para apoiar a redefinição das rotas percorridas pelo estudante e de sua prática docente.

Os docentes participam de reuniões periódicas promovidas no Curso (momentos de integração entre professores específicos do Curso e professores de disciplinas institucionais), quando analisam os conteúdos dos componentes curriculares, discutem a relevância da organização curricular para a atuação profissional e a trilha acadêmica do discente propostas no PPC, avaliam propostas metodológicas e ações integradas que fomentem o raciocínio crítico, a curiosidade, a criatividade e a aplicação de conhecimentos com base em literatura atualizada e para além dela, dentro e fora da universidade e incentivam a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação. Nestas, encontra-se ainda o conhecimento das ações administrativas e acadêmicas direcionadas ao Curso e à IES em geral e dos resultados das avaliações, mantendo-se assim integrados a todos os processos referentes ao bom andamento do Curso.

Também é de responsabilidade do docente a inserção, em seus planos de aula, das atividades que serão realizadas no semestre, alicerçadas nas reuniões e no trabalho realizado pela coordenação do curso, assessoria pedagógica da Escola de Conhecimento, a própria Escola e a instituições. O planejamento das aulas tem como uma de suas metas promover o raciocínio crítico, com base em literatura especializada, para além da bibliografia constante nos planos de ensino das Unidades Curriculares, integrando ensino, pesquisa, extensão universitária, inovação e internacionalização, fomentando o raciocínio crítico entre os alunos com base em referenciais atualizados, em atenção aos objetivos da disciplina e ao perfil do egresso.

Em relação ao regime de trabalho do corpo docente do Curso, de acordo com o Art. 28 do Plano de Carreira, Sucessão e Remuneração, aprovado pelo Conselho de Administração Superior (Resolução nº 029/CAS/2009, de 26/8/2009, alterada pela Resolução nº 016/CAS/2013, de 22/8/2013), o docente da Carreira do Ensino Superior estará vinculado a um dos seguintes regimes de trabalho: I – Tempo integral: 40 horas/aula ou mais semanais; II – Tempo parcial: 12 a 39 horas/aula semanais. Dessa forma, o regime de trabalho dos docentes do Curso tem a seguinte configuração: 33% tem carga horária em regime de tempo integral e 57,14% em regime de tempo parcial.

## **2. ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)**

O NDE na Univali é regulamentado pela Resolução nº 177/CONSUN-CaEn/2020. O grupo integrante é formado por professores de elevada titulação que responde, após designação feita por Resolução do Conselho Universitário, pela formulação, implementação e

desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, podendo fornecer diagnósticos à Comissão Própria de Avaliação.

De acordo com o Artigo 9º desta Resolução, é de competência do NDE participar do processo de formulação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC); promover a atualização periódica do PPC; atuar nos processos de reestruturação curricular para aprovação nos órgãos competentes, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); avaliar o impacto do sistema de avaliação e aprendizagem na formação do estudante; analisar a adequação do perfil do egresso às novas demandas do mundo do trabalho, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs e os estudos de empregabilidade realizados; acompanhar os processos de avaliações interna e externa do Curso e seus resultados; referendar o relatório de adequação das bibliografias básica e complementar das disciplinas do Curso, considerando o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título; contribuir para a integração horizontal e vertical da matriz curricular do Curso, respeitando os eixos e núcleos estabelecidos pelo PPC; participar da organização de estratégias de interação com estudantes egressos e entidades de classe, na busca de subsídios à avaliação e à implementação permanente do PPC do Curso; contribuir para a articulação das atividades de ensino, pesquisa, inovação, extensão e internacionalização do Curso; contribuir para a produção científica do Curso; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas relativas a área de conhecimento do Curso; representar o Curso em Organizações e/ou Conselhos Profissionais.

A composição do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito, de acordo com o estabelecido na Resolução 177/CONSUN-CaEn/2020 e Portaria 272/2023 é a seguinte:

**Quadro 8:** Composição do NDE do Curso de Direito, 2024-2025

<b>Nome</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime de Trabalho</b>
Dirajaja Esse Pruner - Coordenador do Curso	Dra.	Parcial
Aline de Camargo Martins	MSc	Parcial
Marcos Leite Garcia	Dr.	Integral
Rodrigo Mioto dos Santos	Dr.	Integral
Maryualê Malvessi Mittmann	Dra.	Parcial

Fonte: Coordenação do Curso, 2025.

Ao longo dos anos, o engajamento da Coordenação e o NDE tem gerado excelentes resultados para a gestão pedagógica do curso.

### 3. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado de Curso é órgão consultivo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e cultura, sendo composto pelo Coordenador do Curso, quatro docentes, escolhidos por seus pares, e dois acadêmicos também escolhidos por seus pares e funciona como núcleo complementar de tomada das decisões peculiares ao Curso, procurando estabelecer as metas e as estratégias condizentes com a realidade circundante. Conforme Art. 56 do Capítulo VII, Seção I do Regimento Geral da Univali.

Os membros do Colegiado do Curso de Direito são escolhidos por seus pares. Atualmente é constituído pelos seguintes membros, de acordo com a Resolução 011/ECJS/2023:

**Quadro 9:** Composição do Colegiado de Curso, 2024-2025

<b>Nome</b>	<b>Atribuição</b>
Dirajaia esse Pruner	Coordenador do Curso
Aline de Camargo Martins	Docente
Maryualê Malvessi Mittmann	Docente
Marciane Zimmermann Ferreira	Docente
Marcos Leite Garcia	Docente
Patrine Vargas Lacerda Garcia	Acadêmico
Gerson Henrique Campedelli Pereira	Acadêmico

Fonte: Coordenação do Curso, 2025.

As reuniões ocorrem semestralmente, assim como por convocação da Coordenação do Curso ou pelos próprios membros do Colegiado de acordo com demanda específica. As pautas, suas análises, decisões das reuniões e procedimentos finais são registrados em atas devidamente arquivadas na coordenação. As principais pautas de assuntos incluem: análise de dispensa de disciplinas; novas propostas pedagógicas; concessão de vagas externas; elaboração do cronograma do semestre; avaliação dos resultados da avaliação institucional; e a avaliação das solicitações de quebra de pré-requisitos e mérito acadêmico. Cabe ainda

ao Colegiado do Curso de sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades do Curso.

#### **4. TITULAÇÃO DOS DOCENTES – DOUTORES E MESTRES**

Em relação a titulação do Corpo Docente, o curso conta com 21 docentes, sendo 42,85% doutores, 52,38 % mestres e 4,77% Especialistas. Dessa forma, o curso de tem seu corpo docente composto por 95% de Mestres e Doutores.

#### **5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE**

Em relação à experiência profissional dos 21 docentes do Curso de direito, 100% possuem mais de três anos de experiência no mercado. Quando se tem como referência os professores que atuam em disciplinas técnicas na área jurídicas, o percentual da experiência também é de 100%. A atuação profissional do grupo abrange: juízes, advogados, procuradores públicos, delegados, pesquisadores, etc....

#### **6. EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR**

O Corpo Docente selecionado para o Curso de Direito possui experiência na Docência Superior de forma a promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercendo liderança e sendo reconhecido pela sua produção. Essas práticas são possíveis diante dos índices que revelam a atuação profissional na área jurídica por professores de disciplinas técnicas, relacionadas as referidas atuações no mercado. No conjunto de 21 docentes do Curso de Direito, 100% possuem experiência na Docência Superior por mais de 3 anos e 60% contam com mais de 10 anos de experiência.

## **7. EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

A experiência docente na Educação a Distância contribui para a atuação do professor, tanto no ensino à distância quanto nas disciplinas ofertadas no formato digital, desde a escolha dos conteúdos de ensino a serem trabalhados, com a compreensão sistêmica do trabalho pedagógico, até a compreensão da importância do domínio das ferramentas disponíveis e do próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além disso, a partir de sua experiência o docente é capaz de: orientar o aluno quanto ao estudo autônomo, organizado e a responsabilidade com esta possibilidade; e pensar nas ofertas dos momentos síncronos e assíncronos e na diversificação de estratégias que envolvam o estudante e que o façam avançar nas trilhas de aprendizagem de sua formação profissional, características de um ensino mediado pela tecnologia.

Essa experiência do professor favorece o desenvolvimento do ensino com base no exercício da profissão, da pesquisa e de seus resultados, na aplicação dos conhecimentos com vistas à ampliação de habilidades e atitudes pela execução de avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados também para a redefinição de sua prática docente.

No Curso de Direito, do total de 21 docentes, 100% possui experiência no exercício da Docência na Educação a Distância, sendo que 100% tem mais de três anos de experiência .

## **C – INFRAESTRUTURA**

### **1. ESPAÇO DE TRABALHO DOCENTE, COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS**

O Curso de Direito está localizado no Campus Florianópolis.

São características do campus Florianópolis:

- acesso por entradas localizadas Rodovia José Carlos Daux (SC 401) - Saco Grande, Florianópolis - SC e, ao lado, pela Rua Orlando Phillipi. O estacionamento gratuito, incluídas as vagas especiais e a segurança veículos e pedestres. A saída está localizada em frete ao condomínio, na Rodovia José Carlos Daux;
- acesso a transporte público localizado em frente ao campus Florianópolis;
- praça de alimentação localizada no térreo do Campus Florianópolis;
- área de lazer e de convivência localizadas em espaços interno e externo. (<https://www.univali.br/vida-no-campus/centro-de-vivencia/Paginas/default.aspx>);
- auditório;

- laboratórios especializados e ambientes de estudo comuns aos alunos;
  - salas de aula adequadas ao número de alunos matriculados por turmas.
- Em todos os *Campi* da Univali a infraestrutura é adequada, tanto para a oferta de seus cursos, quanto para atendimento aos critérios de qualidade referidos na legislação. Investimentos são previstos pelo grupo gestor da Univali periodicamente, sendo indicados pelos docentes, discentes e funcionários através da Direção das Escolas do Conhecimento e pelos resultados da Avaliação Institucional, apontados pela Comissão Própria de Avaliação -CPA.

O Curso de Direito disponibiliza espaços de trabalho para docentes em tempo integral visando o desenvolvimento de suas ações acadêmicas, que integram desde o planejamento didático-pedagógico ao atendimento a discentes e orientandos. Existe espaço para guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança. O acesso a este espaço é facilitado por escadas ou elevador. O Campus Florianópolis disponibiliza vários espaços de estudo. Um deles é a sala dos professores, na qual há espaço para realização de reuniões privativas. A sala conta com uma mesa para 06 pessoas, 02 poltronas individuais e mesa para café e uma bancada de trabalho. Está à disposição dos docentes durante todo o tempo que o Campus está aberto. O ambiente dispõe de acesso à rede wireless da Universidade. Outro ambiente está localizado dentro do Laboratório de Práticas Profissionais -LPP, que conta com cinco espaços de atendimento individual, cada um com cinco cadeiras e duas mesas. Uma sala de atendimento individual reservada, com mesa, cadeira e armário. Uma sala para mediação com mobiliário adequado. Uma recepção com mesa, cadeiras, armários, computador e telefone, acesso à rede wireless da Universidade, que serve para estudos e atendimentos aos acadêmicos. Ainda na Biblioteca Comunitária do Campus Florianópolis, o curso oferece um ambiente com mesas e equipamentos de informática (computador e impressora), que fica disponível aos professores durante todo o horário de funcionamento do campus. No contraturno, também existem salas de aula para uso exclusivo do curso (climatizadas; com rede de internet a cabo e sem fio) que ficam disponíveis para os professores, seja para preparar aulas ou orientar alunos. Todos os ambientes são iluminados, ventilados e têm manutenção técnica de equipamento e de limpeza, para a maior comodidade do professor..

Ao professor responsável pelas atividades de conclusão dos cursos, que é o Coordenador do Curso, é disponibilizada uma sala reservada para desenvolvimento de suas atividades e atendimento aos alunos. Desta forma, o espaço da coordenação do curso está localizado na sala das coordenações, no segundo piso, permitindo contato com todos os envolvidos direta ou indiretamente na formação do profissional do direito – docentes, estudantes, colaboradores e comunidade. Facilita o acesso àqueles que buscam uma atenção personalizada para

atender as suas necessidades de informação, orientação, reclamação e solução de seus problemas, sejam individualmente ou em grupo.

O acesso a este espaço é feito por escadas ou elevador e a sala atende adequadamente às demandas do próprio coordenador, dos alunos, professores, pais, colaboradores, parceiros e do curso como um todo. Ela oferece equipamentos de informática para acesso imediato a todos os documentos que se fizerem necessários, ar-condicionado e móveis compatíveis com as demandas. O coordenador tem à sua disposição também softwares, aplicativos, nuvem de documentos, para possibilitar que este trabalhe em rede ou remotamente quando necessário.

Há ainda a sala do Núcleo Docente Estruturante – NDE, que se encontra no segundo piso, próximo a sala do coordenador do curso.

Além da sala de professores e da sala da Coordenação, o Curso de Direito utiliza para solicitação de serviços e agendamento de laboratórios, espaço de reprodução de fotocópias e impressões, auditório, a Secretaria Acadêmica e Biblioteca.

Ademais, convém destacar que, a Secretaria Acadêmica do Campus Florianópolis está localizada também no segundo piso. Está equipada com 04 computadores e uma impressora multifuncional. A sala possui 04 estações de atendimento direto ao aluno com cadeiras individuais. O corpo funcional é composto de 03 funcionárias que atendem professores e alunos das 8h às 22h.

A Secretaria Acadêmica apresenta como principais funções: gerenciar segurança de acesso, função que registra usuários, grupos de acesso, restrições e atribuições, com o objetivo de controlar o acesso de cada pessoa às funções do sistema; controlar o processo de matrícula dos alunos (cadastro do aluno, registro dos eventos acadêmicos, disciplinas cursadas); controlar integração acadêmico/financeiro: registro e controle de eventos financeiros decorrentes da atividade de ensino (matrículas, mensalidades) e da prestação de serviços aos alunos. É responsável pela troca de dados entre o sistema de contas a receber e o sistema de gestão acadêmica, viabilizando maior controle dos eventos financeiros, função que controla também as ocorrências relativas a bolsas de estudo e créditos educativos.

## **2. SALA DE PROFESSORES**

O Curso dispõe de uma sala de professores no segundo piso, com 18 m<sup>2</sup>, destinada para o atendimento de professores. Esse espaço, além de viabilizar o trabalho docente, possui recursos de tecnologias das informação e comunicação apropriados ao quantitativo de

docentes, além de permitir o descanso, atividades de lazer, de integração e dispor de apoio técnico-administrativo próprio.

A sala conta com uma mesa para 06 pessoas, 02 poltronas individuais e mesa para café e duas estações de trabalho. Está à disposição dos docentes e coordenadores durante todo o período que o Campus está aberto. O ambiente também dispõe de acesso à rede wireless da Universidade. O espaço é de fácil acesso, e tem realizada limpeza diária.

### **3 SALA DE AULA**

Em todos os cursos e *campi* da Univali, as salas de aula atendem às necessidades institucionais e do Curso: apresentam manutenção regular e higienização diária; são compostas por mobiliário adequado e confortável, compatível com os números de alunos das turmas e climatizadas. Essas salas são de fácil acesso, localizadas no segundo piso, acessíveis por escadas ou elevador.

Em cada sala de aula é disponibilizado projetor multimídia e rede para acesso à internet, adequados às atividades a serem desenvolvidas. Nas salas é favorecida a alteração do *layout* do mobiliário para diversificação de configurações espaciais que, por sua vez, oportunizam situações de ensino-aprendizagem colaborativas. Para alocação das turmas considera-se o número de alunos matriculados, os recursos necessários às atividades acadêmicas e as necessidades especiais de alunos e professores.

O Curso tem à disposição 12 salas de aula, situadas no segundo andar, com capacidade para 40 alunos, em média. Todas as salas são equipadas com cortinas do tipo blackout ou persianas verticais, cadeiras estofadas, sistema de áudio, tela de projeção, projetor multimídia, quadro negro e/ou branco, possuem boa ventilação, iluminação natural e/ou artificial, climatização, espaço para criação em grupos e rede wireless.

As salas de aula utilizadas pelo Curso possuem características diversas, de acordo com o tipo de disciplina e atividade a ser desenvolvida. O espaço físico das salas de aula varia de 44,52m<sup>2</sup> a 181,69m<sup>2</sup>. Estas dimensões foram calculadas para capacidade média de 40 alunos e, portanto, são bastante adequadas ao tamanho das turmas.

Laboratórios compartilhados e outros específicos também servem para o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa do curso, tais como Laboratórios de Informática, detalhados em item específico e o Laboratório de Práticas Profissionais – LPP.

O auditório, localizado no 2º andar, com capacidade para 157 pessoas, é de uso do curso também para as atividades de ensino.

No Campus, além das salas de aula existem: dois laboratórios de informática, um estúdio de fotografia - FOTOLAB, um camarim, um laboratório de áudio-AUDIOLAB, o Laboratório de Práticas Profissionais – LPP, um auditório e a biblioteca comunitária, que conta com duas salas de orientação e estudos, e uma sala de trabalho para os professores em tempo integral, além de nove espaços de trabalho individuais. Além disso, o curso pode contar com outros espaços de apoio em outros campi da Univali e que podem ser utilizados pelo Curso mediante agendamento/reserva, via sistema intranet ou solicitação interna por e-mail.

A limpeza dos espaços é realizada sempre no final de cada período letivo, assim, mantendo os espaços apropriados para a utilização dos alunos. A iluminação e acústica dos espaços são apropriadas para cada ambiente, sendo que variam dependendo do tamanho do espaço, todas as salas possuem ar condicionado, mantendo uma temperatura adequada para os alunos.

#### **4. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Univali (2022-2026), a instituição dispõe, a alunos e professores, mais de 40 Laboratórios de Informática, distribuídos em seus *campi* e equipados com quadro branco, projetor, computadores e impressoras atualizados, bem como um conjunto de *softwares* específicos para atender às necessidades de cada curso.

Conforme as políticas institucionais, as Direções de Escola e as Coordenações de Curso promovem o controle, a revisão e a adequação da infraestrutura desses laboratórios, propondo as ampliações necessárias, as trocas e as manutenções de equipamentos, bem como as adequações de espaço ao número de alunos, por meio dos projetos de manutenção e/ou de investimentos cadastrados no *OutBuyCenter* e/ou no Qualitor infraestrutura para os casos de demandas menores.

Segundo o tipo de equipamento existente, a manutenção periódica é realizada por equipe interna da universidade (como a manutenção de equipamentos eletroeletrônicos).

Quanto ao material de consumo, os colaboradores alocados em laboratórios solicitam periodicamente material para ensino, a partir de um sistema informatizado de pedido de compras (compras on-line). Tais solicitações são submetidas à apreciação conforme a hierarquia institucional sob a qual estão organizadas.

Toda estrutura de equipamentos e itens que compõem os Laboratórios de Informática têm relação direta com as diretrizes dos projetos pedagógicos dos cursos, notadamente para atender às disciplinas do currículo e às práticas requeridas no perfil de formação profissional.

Os Laboratórios de Informática têm seu espaço físico dimensionado de acordo com o número de estações de trabalho, necessário para atender aos seus objetivos. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 8h às 22h30min. Aos sábados, a abertura é sob demanda, principalmente, para atender às aulas de pós-graduação *lato sensu*.

Os laboratórios de informática do Campus de Direito são de uso comum aos cursos. O acesso a eles pode ser feito por escada ou elevador.

Os espaços físicos dos laboratórios apresentam: iluminação (natural e artificial); ventilação natural com janelas na lateral; cortinas do tipo *blackout* em tecido; climatização; cadeiras estofadas; bancadas para computador; projetor multimídia; quadro branco; tela de projeção; mobiliário higienizado. As salas onde funcionam os laboratórios recebem limpeza diária no intervalo de cada turno. Os laboratórios estão disponíveis para o Curso nos seguintes horários: segunda a sexta-feira das 8h às 22h30min.

Os laboratórios estão aparelhados com número de computadores de acordo com as demandas das turmas, permitindo uso individual e/ou coletivo dos equipamentos durante as aulas. Cada laboratório possui uma configuração, de acordo com sua utilização. Os *softwares* específicos mais utilizados pelo Curso são: pacote office. O pacote office está disponíveis respectivamente nos laboratórios 1 e 2. Todos os *softwares* destinados à prática pedagógica estão instalados e recebem manutenção periódica do setor de Tecnologia da Informação. Cada laboratório tem uma configuração, de acordo com sua utilização, e a capacidade dos computadores varia de acordo com os softwares instalados.

Os laboratórios dispõem do seguinte conjunto de recursos tecnológicos requeridos para as atividades acadêmicas e de ensino:

- **Computadores** – possuem aproximadamente 1.004 computadores para uso exclusivo das atividades acadêmicas. As configurações são definidas de acordo com a necessidade de Software de cada laboratório.
- **Softwares** – os *softwares* instalados em cada laboratório são devidamente licenciados, atualizados e coerentes com os perfis e com as diretrizes dos projetos pedagógicos dos cursos e da matriz curricular de formação.
- **Serviços de Impressão** – os laboratórios estão equipados com impressoras de alta performance (55 páginas por minuto) à disposição de alunos e professores. Alunos possuem

a quota de impressão gratuita de 50 páginas por semestre e se estiverem cumprindo estágios ou trabalhos de conclusão de curso, podem receber um adicional de mais 50 páginas. Com o objetivo de facilitar as impressões nos laboratórios, os alunos têm a opção de compra de quotas, gerenciadas por um sistema de autoatendimento na intranet. Professores possuem quota de impressão gratuita maior, de acordo com o seu número de turmas e de alunos no semestre.

– **Acesso à internet** – os computadores dos laboratórios estão conectados à internet pela rede cabeada. Todo laboratório possui ainda rede *Wi-Fi* disponível para os dispositivos pessoais de alunos e professores. A banda de internet disponível é de 3 Gbits, permitindo o acesso com uma boa *performance*.

– **Segurança** – os computadores estão vinculados ao “domínio” da rede Univali e são gerenciados de forma centralizada e com as devidas atualizações de segurança.

– **Pessoal Técnico de Apoio** – os Laboratórios de Informática contam com um auxiliar de laboratório responsável pela organização do ambiente, pelo apoio a alunos e professores e pelo primeiro contato com os técnicos de suporte da Gerência de Tecnologia da Informação. Esta, por sua vez, possui uma equipe exclusiva para suporte aos usuários e ao funcionamento dos laboratórios. Trata-se de técnicos de suporte da área de *service-desk*, responsáveis por apoiar qualquer necessidade nos laboratórios, além de manter computadores, impressoras, *softwares* e rede em funcionamento.

Com qualidade de navegação e identificação de todos os usuários, a Univali entrega cobertura de sinal wireless em toda extensão de seus *campi*, nas áreas acadêmicas da universidade. Todos que já possuem algum vínculo com a Instituição utilizam a rede por meio de login e senha pessoais. Aos visitantes, a Universidade dispõe um cadastro rápido para identificação e liberação do acesso por um colaborador.

## 5. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Univali (Sibiun) é composto por 7 bibliotecas: Biblioteca Comunitária Campus Itajaí, Biblioteca Campus Balneário Piçarras, Biblioteca Comunitária Campus Balneário Camboriú, Biblioteca Comunitária Campus Tijucas, Biblioteca Comunitária Campus Biguaçu, Biblioteca Campus Kobrasol – São José e Biblioteca Comunitária Campus Florianópolis.

Com essa estrutura, o Sibiun viabiliza maior cooperação entre as suas Bibliotecas, unindo competências e recursos para prestar serviços de qualidade para apoio ao ensino, à pesquisa

e à extensão a toda comunidade universitária. Além disso, todas as suas bibliotecas estão abertas à comunidade em geral. As Bibliotecas instaladas nos *campi* Univali apresentam infraestrutura física adequada para o desenvolvimento de suas atividades.

O acervo é dividido de acordo com o tipo de material, e distribuído nos seguintes setores: Acervo de livros, periódicos, literatura cinzenta e multimeios. Além do acervo, outros setores integram a Biblioteca: Aquisição, Processamento Técnico e Serviço de Referência.

A Universidade também possui uma vasta Biblioteca Digital, que reúne o conteúdo dos seguintes selos editoriais: Artmed, Artes Médicas, Bookman, McGraw-Hill, Penso, Saraiva entre outros. São mais de 2000 títulos disponíveis, em todas as áreas do conhecimento, desenvolvidos por grandes autores nacionais e estrangeiros. Integram a Biblioteca digital os títulos indexados pela Biblioteca A, que converge o acervo digital do Grupo A, do acervo digital da Editora Saraiva, e da VLEX, uma coleção voltada à pesquisa jurídica nacional.

Para manter atualizado o acervo de livros, periódicos e multimeios, a Diretoria de Ensino orienta o Corpo Docente a incluir os títulos referentes à Bibliografia Básica e Complementar nos planos de ensino. Esta informação é a base para a aquisição de novos títulos para o acervo das bibliotecas.

## **6. PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS**

A Biblioteca da Univali disponibiliza o acesso a uma série de periódicos (revistas, jornais, boletins, anuários, *journals* científicos etc.) para a consulta e acesso de seus usuários, cuja lista é atualizada continuamente, no atendimento às necessidades e demandas dos Cursos. Essas publicações são encontradas nos formatos impresso e digital, conforme disponibilidade no mercado editorial.

Como parte de sua Biblioteca Digital, a Univali disponibiliza o acesso à EBSCO Host, banco de dados que reúne uma coleção de conteúdo, com títulos nacionais e internacionais em texto completo, resumos de artigos, teses e dissertações, anais de congresso, além de outros conteúdos científicos e comerciais; e ao Portal de Periódicos CAPES, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, contendo uma coleção de acesso livre com títulos nacionais e internacionais em texto completo e bases de dados referenciais.

Outro recurso ofertado pela biblioteca é o ICAP, que permite o acesso e/ou solicitação de artigos de periódicos de outras universidades e instituições que participam da Rede.

Os cursos *stricto sensu* da Universidade mantêm nove revistas científicas com periodicidade normal, além de números especiais. Essas publicações institucionais, incluindo anais, periódicos e revistas, são disponibilizadas de forma gratuita no portal de periódicos da Univali, no endereço: <https://periodicos.univali.br/>, administrado pela Editora Univali.

Na relação de periódicos especializados para uso do Curso, na área jurídica, destacam-se:

### **PORTAL CAPES**

Aegean Review of the Law of the Sea and Maritime Law American business law journal

Asia-Pacific journal on human rights and the law Berkeley journal of international law

Brazilian political science review

Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS Cadernos Ibero-americanos de Direito Sanitário

Common law world review Communications lawyer

Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional

Direito público

Direito, estado e sociedade Educação & Sociedade Environmental law review Environmental policy and law Espaço Jurídico

European Law Journal Health and human rights Human Rights

Human rights & human welfare Law & Society Review

Law, environment & development journal Lex Humana Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política Quaestio Iuris

Review of European Comparative and International Environmental Law Revista Brasileira de Direito

Revista brasileira de direito animal Revista Brasileira de Direito Civil

Revista Brasileira de Direito do Consumidor Revista Brasileira de Direito Empresarial

Revista Brasileira de Direito Processual Penal

Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais Revista Brasileira de Filosofia do Direito

Revista Brasileira de Sociologia do Direito Revista de Direito Revista de Direito Brasileira  
Revista de Direito Público Revista de Direito Sanitário Revista de Direitos e Garantias  
Fundamentais

RECHTD - Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito Revista  
Direito e Práxis Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM Percurso Scientia Iuris

Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos The computer & Internet lawyer

The international journal of children's rights

### **EBSCO**

American Journal Of Criminal Law American Journal Of Family Law American Journal Of  
Law & Medicine Behavioral Sciences & The Law California law review

Case Western Reserve Journal Of International Law Child & Youth Care Forum

Civitas - Revista de Ciências Sociais Criminal Law

Direito e práxis

Direito, Estado E Sociedade DoisPontos

Ecology law quarterly Economic inquiry Education & The Law

Employee relations law journal Environmental Law Review

European Journal Of Crime, Criminal Law and Criminal Justice European Journal Of Health  
Law

European Journal Of Migration and Law European Law Journal

Family Law Quarterly

FBI Law Enforcement Bulletin Harvard law review

Health Matrix: Journal Of Law-Medicine International affairs

International Community Law Review International Criminal Law Review International  
financial law review

International Journal Of Marine and Coastal Law International labour review

International Law Update

International Review Of Law, Computers & Technology Issues in law and medicine

Journal Of Criminal Law

Journal Of Criminal Law & Criminology Journal of the history of international law Journal of health politics, policy & law Journal of human resources  
Journal of internet law  
Journal Of Law & Religion (Journal Of Law & Religion) Journal Of Law & Society  
Journal Of Law, Medicine & Ethics Journal Of Psychiatry & Law  
Journal Of Social Welfare & Family Law Labor law journal  
Law & Contemporary Problems Law & Policy  
Law & Social Inquiry Law & society review Law library journal Legal History Review  
Legal information management Modern Family Law: Cases & Materials Modern Law Review  
Nuclear Law Bulletin  
Ocean Development & International Law PHRONESIS - Revista do Curso de Direito da FEAD Prisma Jurídico  
Public Administration & Development Quaestio iuris Ratio Juris.  
Review of european community & international environmental law Revista Brasileira de Política Internacional  
Revista Crítica de Ciências Sociais. Revista de Derecho Público  
Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito Revista juridica  
Revista Jurídica Revista Percurso Revista Seqüência Universitas Jus Widener Law Journal  
Yale Law & Policy Review Yale Law Journal

### **Outras Revistas Eletrônicas**

Ambiente & sociedade Ângulos ÂNIMA / On-Line : Revista Eletrônica do Curso de Direito da Opet Anuário mexicano de depreco internacional  
Cadernos cedex Cadernos ebape.br Cadernos metrópole Contexto internacional Duc In Altum - Cadernos de Direito  
EOS : revista jurídica da Faculdade de Direito Espaço Jurídico : Journal of Law [EJLL] Lua nova: revista de cultura e política Nomos: revista do programa de pós-graduação em direito da UFC Novos estudos - CEBRAP Novos estudos jurídicos Política & sociedade  
República: revista eletrônica de direito público Revista brasileira de ciência política Revista brasileira de ciências sociais Revista Brasileira de Direito Animal Revista brasileira de

política internacional Revista criminalidad Revista da Faculdade de Direito-UFBA Revista de administração pública Revista de bioética y Derecho

Revista de derecho privado Revista de direito econômico e socioambiental Revista de economia política

Revista de lá facultad de derecho

Revista de lá facultad de derecho y ciências políticas

Revista de relaciones internacional és, estratégia y seguridad

Revista de sociologia e política Revista direito e práxis

Revista direito governança e novas tecnologias Revista do CEPEJ

Sequência (Florianópolis) Serviço social & sociedade Sociedade e estado

Suar. Revista internacional de direitos humanos Urbe. Revista brasileira de gestão urbana

Revista do Curso de Direito da UNIFACS Revista dos estudantes de direito da UnB Revista

Faculdade de Direito / Universidade de Caxias do Sul Revista Jurídica : [Curitiba] Scientia :

revista do Centro Universitário Vila Velha Sequência : estudos juridicos e políticos

## **7. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE, QUALIDADE E SERVIÇOS**

De acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional da Univali, a Universidade possui 295 Laboratórios didáticos especializados e de Informática em seus *Campi*. A área média ocupada por laboratório é de cerca de 90m<sup>2</sup>, e a capacidade média de cada laboratório é de 20 alunos. Todos os laboratórios, ambientes e cenários para prática curricular atendem às necessidades institucionais, considerando os aspectos, serviços, normas de segurança e acessibilidade.

Conforme as políticas institucionais, as Direções de Escola e as Coordenações de Curso promovem o controle, a revisão e a adequação da infraestrutura desses laboratórios, propondo as ampliações necessárias, as trocas e as manutenções de equipamentos, bem como as adequações de espaço ao número de alunos, por meio dos projetos de investimentos e/ou manutenção cadastrados no *OutBuyCenter* e/ou dos Chamados no Qualitor infraestrutura para os casos de demandas menores.

De acordo com o tipo de equipamento existente, a manutenção periódica é realizada por equipe interna da universidade (como a manutenção de equipamentos eletroeletrônicos). Quanto ao material de consumo, os colaboradores alocados em laboratórios solicitam

periodicamente material para ensino, a partir de um sistema informatizado de pedido de compras (compras on-line). Tais solicitações são submetidas à apreciação conforme a hierarquia institucional sob a qual estão organizadas.

#### **- Laboratórios Didáticos de Formação Básica**

Os estudantes do Curso Direito têm à disposição a rede de laboratórios de informática da Univali, bem como a infraestrutura de acesso à internet, para servirem à formação no curso, apoiando o estudante em seus acessos, estudos e na realização de tarefas.

Os laboratórios didáticos de formação básica servem ainda para suprir necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico para oportunizar aos estudantes o acesso a condições para estudo e elaboração de seus trabalhos acadêmicos de sua adequação, qualidade e pertinência.

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança dos ambientes e apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. A quantidade de insumos, materiais e equipamentos é condizente com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas institucionais e do Curso, dos serviços prestados e da qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

#### **- Laboratórios Didáticos de Formação Específica**

Os Laboratórios Didáticos de Formação Específica permitem a realização de atividades pedagógicas de conexão entre teoria e prática, englobando as unidades curriculares direcionadas para a aquisição de conhecimentos e habilidades específicos do Curso, de acordo com o perfil de egresso descrito no PPC.

O laboratório específico disponível para as aprendizagens voltadas à atuação profissional do Curso de Direito é o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ).

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) do Curso de Direito atende às demandas práticas do curso e estimula a interdisciplinaridade das matérias legais. O órgão é responsável,

basicamente, pela supervisão e fiscalização das atividades do Estágio Obrigatório, do Estágio Não Obrigatório, do Trabalho de Curso e das Atividades Complementares do Curso de Direito.

No caso do Estágio Obrigatório, tanto as atividades simuladas quanto as atividades reais poderão ocorrer no ambiente presencial, junto às salas de aula do Campus Florianópolis ou ainda nas dependências do LPP – Laboratório de Práticas Profissionais. Cabe destacar que o módulo de atividades reais é executado junto ao Escritório Modelo de Advocacia (EMA), e nas Clínicas Jurídicas, onde o estudante trabalha na proposição de soluções para demandas reais da comunidade atendida e das entidades conveniadas, que podem ser tanto judiciais como extrajudiciais. Neste módulo, a estrutura física do Laboratório de Práticas Profissionais – LPP, do Campus Florianópolis, será usada como apoio no agendamento e atendimento dos clientes.

O LPP conta com espaços de atendimento individual, cada um com cinco cadeiras e duas mesas. Uma sala de atendimento individual reservada, com mesa, cadeira e armário. Há uma recepção com mesa, cadeiras, armários, computador e telefone.

Assim, o referido laboratório atende as necessidades do Curso, seguem normas de utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica comprovada documentalmente, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e a adequada capacidade de vagas de atendimento das turmas.

Também ocorre avaliação periódica quanto às demandas institucionais e do Curso para os laboratórios, dos serviços prestados e da qualidade dos mesmos, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

**- Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais**

A partir do ano de 2022 o Curso de Direito de Florianópolis ofereceu as disciplinas de Estágios de Práticas Jurídicas sob a coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ.

No biênio deste PPC foram oferecidas as disciplinas de práticas jurídicas referentes a Matriz 2, em virtude da Matriz 4 estar em implantação, desta forma, todo o descritivo aqui envolverá disciplinas da Matriz 2.

No Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) é realizado o Estágio Obrigatório, por meio das disciplinas de Práticas Jurídicas, as quais têm como fim proporcionar aos alunos do curso de graduação a oportunidade de exercer a prática forense junto a comunidade, com a supervisão de professores e a colaboração de advogados e monitores.

O Núcleo de Práticas Jurídicas possui regulamento específico (Resolução n.º 062/2022) destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e visitas orientadas. Envolve a seguinte estrutura organizacional: o Coordenador de Curso; Professor Responsável pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (função ocupada, em Florianópolis, pelo Coordenador do Curso); Professores Orientadores da Prática Jurídica; Professor Responsável pelo Escritório Modelo de Advocacia – EMA (função ocupada, em Florianópolis, pelo Coordenador do Curso); Professores Orientadores do Escritório Modelo de Advocacia (EMA), Professor Responsável pelo Trabalho de Curso (função ocupada, em Florianópolis, pelo Coordenador do Curso) e Acadêmicos.

O Estágio Obrigatório da Matriz 2 é direcionado aos acadêmicos regularmente matriculados no Curso de Direito, a partir do 5º semestre, e suas atividades são desenvolvidas nas seguintes disciplinas, com as seguintes cargas horárias: Estágio de Práticas Jurídicas I – código 24405, com 60 (sessenta) horas, Estágio de Práticas Jurídicas II – código 24406, com 60 (sessenta) horas, Estágio de Práticas Jurídicas III – código 24407, com 60 (sessenta) horas, Estágio Especializante – Nível I, com 60 (sessenta) horas, Estágio Especializante – Nível II, com 60 (sessenta) horas.

Buscando o aprimoramento didático-pedagógico, o Estágio Especializante – Nível I e o Estágio Especializante – Nível II são operacionalizados em disciplinas específicas:

- Grupo Estágio Especializante – Nível I: Administrativo – código 11683, com 60 (sessenta) horas; Penal – código 11684, com 60 (sessenta) horas; Civil – código 11685, com 60 (sessenta) horas; Trabalho – código 11686, com 60 (sessenta) horas; Constitucional – código 11688, com 60 (sessenta) horas; Empresarial – código 17563, com 60 (sessenta) horas; Tributário – código 17564, com 60 (sessenta) horas;

- Grupo Estágio Especializante – Nível II: Administrativo – código 11683, com 60 (sessenta) horas; Penal – código 11689, com 60 (sessenta) horas; Civil – código 11690, com 60 (sessenta) horas; Trabalho – código 11691, com 60 (sessenta) horas; Constitucional – código 11688, com 60 (sessenta) horas; Empresarial – código 17563, com 60 (sessenta) horas; Tributário – código 11692, com 60 (sessenta) horas.

Nos módulos de atividades simuladas os alunos são orientados por professores a trabalharem com: estudos de caso, elaboração de peças jurídicas, simulação de atendimento ao cliente e outras atividades que propiciem a prática do conteúdo jurídico aprendido durante o curso.

Já o módulo de atividades reais é executado junto ao Escritório Modelo de Advocacia (EMA), no qual o acadêmico é orientado a: a) prestar, sob supervisão dos professores orientadores, atendimento jurídico individual à comunidade, passando a ser responsável pelo acompanhamento judicial e extrajudicial (utilizando-se de técnicas de negociação, conciliação, mediação e arbitragem) das demandas dele resultantes; b) trabalhar, sob supervisão dos professores orientadores, nas Clínicas Jurídicas, aproximando teoria e prática quando da resolução de casos reais.

Nestas clínicas o acadêmico trabalha na proposição de soluções para demandas reais das entidades conveniadas, que podem ser tanto judiciais como extrajudiciais.

No tocante às atividades extrajudiciais são realizadas consultas, conciliação e mediação de acordos, encaminhamentos de processos administrativos perante órgãos do governo na esfera estadual, municipal e federal, análise de contratos em geral, pareceres, notificações extrajudiciais, dentre outros que se fizerem necessários de acordo com a demanda recebida.

No tocante à arbitragem, até o presente momento, não surgiu dentro da prática real nenhuma demanda relativa à arbitragem.

No tocante à mediação, os alunos atendem os casos com esta necessidade e tomam as devidas providências para a realização da sessão de mediação.

Com relação às Clínicas Jurídicas cabe destacar que, em 2024-2025, funcionou no EMA a **Clínica de Conciliação**. Uma parceria firmada entre o Curso de Direito da Univali Florianópolis e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Clínica de Conciliação constitui prática formativa do Curso de Direito desenvolvida no âmbito do Escritório Modelo, por meio da qual os estudantes participam ativamente da realização de sessões de conciliação em processos judiciais, especialmente no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Nessa atividade, os alunos atuam como **Conciliadores Aprendizes**, conforme a regulamentação do Conselho Nacional de Justiça, sempre sob a supervisão direta de professores qualificados e em articulação com o Poder Judiciário.

As sessões de conciliação são realizadas, preferencialmente, em ambiente virtual, a partir de processos encaminhados pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC), possibilitando aos discentes o contato direto com as partes envolvidas e com a dinâmica real da resolução consensual de conflitos. Os estudantes exercem o acolhimento das partes,

promovem o diálogo e auxiliam na construção de soluções consensuais, desenvolvendo competências técnicas, éticas e humanas essenciais à formação jurídica contemporânea.

Essa prática pedagógica tem como finalidade complementar a formação teórica, fomentar a cultura da paz e do consenso, fortalecer os métodos adequados de solução de conflitos e ampliar o acesso à justiça. Ao integrar ensino, prática e compromisso social, a Clínica de Conciliação contribui para a formação de profissionais do Direito mais sensíveis, qualificados e preparados para atuar de forma responsável e eficiente na solução de conflitos.

Com relação ao atendimento individual da comunidade, cabe destacar, que foi iniciado em 2023.1 e foi um sucesso entre os alunos e a comunidade. Os atendimentos são agendados pelo Whatsapp, por telefone, email ou ainda presencialmente no Campus Florianópolis. Os alunos atendem a comunidade sob a orientação de Professor qualificado e experiente para a atividade. A partir da análise do caso, alunos e professor decidem qual procedimento seguir: orientação jurídica, início de uma demanda judicial, ou início de uma demanda extrajudicial. Na sequência, alunos e professor dão continuidade ao atendimento acompanhando a questão extrajudicial ou judicialmente.

Com relação às visitas orientadas, elas se iniciaram, dentro das disciplinas de Prática Jurídica, em 2022 e são realizadas em todo o semestre em que o aluno possui prática real em sua grade curricular. Os alunos já visitaram: Ministério Público de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Tribunal Regional do Trabalho da 12.<sup>a</sup> Região, entre outros órgãos.

O Núcleo de Práticas Jurídicas, setor responsável por supervisionar o trabalho feito no EMA e nas Clínicas Jurídicas, conta, em Florianópolis, com a estrutura física do Laboratório de Práticas Profissionais – LPP, com professor orientador à disposição da comunidade, monitor, salas de atendimento individualizadas, sala de mediação e arbitragem e recepção com computador e telefone.

Assim, para ser atendido pelos alunos e professores, o membro da comunidade, ou a entidade interessada em atendimento, contará com o apoio da infraestrutura física, já existente no Curso de Direito da Univali em Florianópolis.

Diante disso, percebe-se que a finalidade do EMA é revestida de importância ético-social extremamente relevante, pois trata da prestação de serviço à comunidade carente da localidade onde se situa o campus de sua execução, mediante a atuação em processos judiciais, extrajudiciais e atendimento às consultas desta mesma coletividade.

O Escritório Modelo de Advocacia é referência de advocacia no atendimento à população hipossuficiente e daquelas demandas decorrentes de convênios firmados pela Univali,

proporcionando ao acadêmico uma prática salutar da advocacia pautada no humanismo, responsabilidade, solidariedade e ética para o aprimoramento do Direito. Reveste-se, portanto, de prática jurídica relevante, prestando serviços jurídicos idôneos e dignos à sociedade local.

Nas disciplinas Estágio de Práticas Jurídicas Especializante, com 60 horas cada, o acadêmico poderá escolher uma dentre as áreas oferecidas e dedicar-se-á às atividades simuladas desta área específica durante todo o laboratório. Referida disciplina propicia ao estudante direcionar sua rotina de prática jurídica para uma área específica, de sua escolha e interesse, auxiliando-o em sua prática profissional.

No tocante à avaliação, em todas as disciplinas de estágio a avaliação é contínua, processando-se a partir do início das atividades até o seu término. Poderão ser apreciadas as seguintes atividades: confecção de peças jurídicas (judiciais e extrajudiciais); atividades simuladas; simulação de atendimento ao cliente, audiências simuladas, e procedimentos reais; atendimento jurídico de clientes no EMA e acompanhamento das atividades daí decorrentes; procedimentos de conciliação, mediação e arbitragem, atendimentos realizados nas Clínicas Jurídicas, relatório de atividades, relatório de pesquisa e avaliação integrada a critério do Colegiado de Curso.

Cabe destacar que, nos Cursos de Direito da Univali, de acordo com a matriz curricular em execução e legislação institucional, há apenas, para o cômputo de horas do Curso, o Estágio Obrigatório, realizado junto aos Núcleos de Práticas Jurídicas, não havendo prática profissional e/ou estágio externo.

Percebe-se que o Estágio Obrigatório possibilita aos acadêmicos aplicar os conhecimentos jurídicos apropriados ao longo do Curso e objetiva, acima de tudo, o cultivo e a disseminação de valores relacionados ao desempenho profissional e cidadão, ou seja, a formação de pessoas capazes de refletir, compreender e atuar em diferentes cenários e de analisá-los criticamente. Por serem os estágios formas de integração entre a aprendizagem acadêmica e a experiência prática, representam contrapartidas fundamentais e indispensáveis à formação profissional.

Vale ainda destacar que, em conformidade com a Resolução 062/2022 - Regulamento do NPJ, o Coordenador do Curso, junto com o Professor Responsável pelo NPJ (que no caso de Florianópolis são a mesma pessoa) tem como competência coordenar e organizar os trabalhos realizados no NPJ. Faz parte desta coordenação a análise do atendimento da demanda do Curso pelo NPJ.

Assim, no planejamento do semestre, a Coordenação analisa o número de alunos que precisam realizar as disciplinas de estágio obrigatório e estabelece quantas turmas serão necessárias e oferecidas. Também analisa quantos atendimentos de prática real e quantas visitas serão necessárias, montando assim o cronograma das atividades realizadas dentro do Ema ou das Clínicas Jurídicas que é compartilhado com professores e alunos no início do semestre.

Com relação a outra atividade básica do NPJ, conforme já mencionado, trata-se do Estágio Não Obrigatório, que é aquele desenvolvido pelo acadêmico como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, como incremento da formação acadêmico-profissional, que visa contribuir para o percurso formativo dos estudantes que estejam frequentando o ensino superior na Univali, possibilitando-lhes como estagiários adquirir habilidades e competências profissionais que a sua futura profissão exige. As atividades de Estágio Não Obrigatório poderão ser validadas como Atividades Complementares, desde que devidamente registradas no sistema Univali e de acordo com a pontuação determinada pelo Regulamento específico. A estrutura organizacional do Estágio Não Obrigatório envolverá: Responsável pela Instituição de Ensino; Coordenador de Curso, que atuará como Professor Orientador do Estágio Não Obrigatório; Parte Concedente do Estágio Não Obrigatório; Supervisor indicado pela Parte Concedente; e Acadêmicos. Ao Professor Responsável pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) competirá administrar e supervisionar, de forma global, as atividades de Estágio Obrigatório.

Com relação ao Trabalho de Curso, cabe ao NPJ: indicar os Professores Orientadores do Trabalho de Curso; administrar e supervisionar o desenvolvimento das atividades do Trabalho de Curso com os Professores Orientadores e acadêmicos; solucionar problemas oriundos do Trabalho de Curso com os Professores Orientadores, divulgar, semestralmente, a relação dos Professores Orientadores por área; publicar o cronograma de atividades de Trabalho de Curso e o cronograma de apresentações das Bancas Examinadoras; manter atualizada a documentação comprobatória do Trabalho de Curso de cada semestre; decidir sobre requerimentos do acadêmico (tais como prorrogação de prazo de entrega, troca de orientador, etc.); definir cronograma de execução das atividades do Trabalho de Curso e divulgá-lo, no início do semestre, aos acadêmicos; enviar convite e material de análise para os membros da Banca Examinadora em tempo hábil, com apoio da Secretaria; auxiliar o Coordenador do Curso na administração e supervisão do desenvolvimento das atividades do Trabalho de Curso com os Professores Orientadores e acadêmicos; cumprir e fazer cumprir as disposições do Regulamento e demais atos normativos internos; e exercer outras atividades inerentes à função, não especificadas no Regulamento, conforme solicitação da Coordenação.

Com relação às Atividades Complementares, cabe ao NPJ: a validação da pontuação alcançada individualmente, de acordo com o previsto em regulamento específico e dentro dos limites e tipos fixados no Regulamento.

## **9. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

A apreciação ética de projetos de pesquisa é realizada por dois comitês independentes, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/Univali) e a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA/Univali).

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/Univali) está subordinado ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/CNS/MS e, portanto, respeita as características de um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa de acordo com padrões éticos. A apreciação dos protocolos de pesquisa segue as prerrogativas éticas previstas na Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012.

O CEP/Univali foi instituído em 16 de abril de 1997, a fim de atender a necessidades de pesquisadores da Universidade do Vale do Itajaí e também a demandas externas, por solicitação da CONEP/CNS/MS. Teve seu registro renovado junto à CONEP/CNS/MS, documentado por meio do Ofício nº. 591/2023/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS de 26 de julho de 2023.

A composição do CEP/Univali vigente, conforme Portaria de Designação nº. 251/2023, se dá por 47 membros, sendo 23 titulares e 23 suplentes, mais um membro Coordenador. Reuniões são realizadas mensalmente, sendo o calendário divulgado por e-mail institucional, além de permanecer disponível na página da instituição ([www.univali.br/etica](http://www.univali.br/etica)). Desde a sua criação, o CEP/Univali conta com regulamento interno próprio.

Atualmente, a tramitação ocorre por meio do sistema Plataforma Brasil, criado em 2012, o qual consiste em um portal para inserção das pesquisas envolvendo seres humanos realizadas em todas as instituições que atuam nessa área em Território Nacional. Pela Plataforma, o CEP/Univali recebe o protocolo da pesquisa e o pesquisador responsável poderá acompanhar todas as etapas da análise através de seu login.

O CEP/Univali tem exercido também seu papel educativo no âmbito dos cursos. O programa “CEP/Univali vai aos Cursos” leva representantes do Comitê a participar das disciplinas de

metodologia da pesquisa ou de bioética, discutindo com os acadêmicos aspectos relacionados ao respeito aos seres humanos envolvidos em pesquisas.

Ressalta-se que a coordenação do CEP/Univali disponibiliza agenda para os pesquisadores que necessitam de orientação pessoal, no sentido de acolher suas demandas e acompanhar a submissão dos projetos.